



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
SOCIEDADE

MOÍZA SIBERIA SILVA DE MEDEIROS

PRIMEIRO-DAMISMO NO CEARÁ: Luíza Távora na
gestão do social.

FORTALEZA – CEARÁ
2012

MOÍZA SIBERIA SILVA DE MEDEIROS

PRIMEIRO-DAMISMO NO CEARÁ: Luíza Távora na gestão do social.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade do Centro de Humanidade e Centro de Estudos Sociais Aplicados, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre Políticas Públicas e Sociedade. Área de concentração: Planejamento e Gestão de Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Helena de Paula Frota

FORTALEZA – CEARÁ
2012

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho**

M488p Medeiros, Moíza Sibéria Silva de
Primeiro – damismo no Ceará: Luiza Távora na gestão do
social. / Moíza Sibéria Silva de Medeiros . – 2012.
138f. : il. color, enc. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará,
Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado
Acadêmicos em Políticas Públicas e Sociedade, Fortaleza, 2012.

Área de Concentração: Planejamento e Gestão de Políticas
Públicas.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Maria Helena de Paula Frota.

1. Primeiro damismo. 2. Gestão social. 3. Gestão. I. Título.

CDD: 658

MOÍZA SIBERIA SILVA DE MEDEIROS

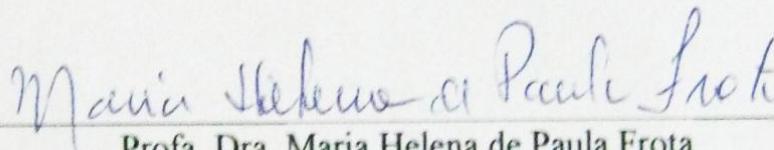
PRIMEIRO-DAMISMO NO CEARÁ: Luíza Távora na Gestão do Social.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas e Sociedade.

Área de concentração: Políticas Públicas

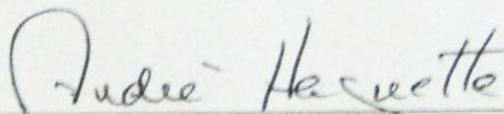
Aprovada em: 30/07/2012

BANCA EXAMINADORA



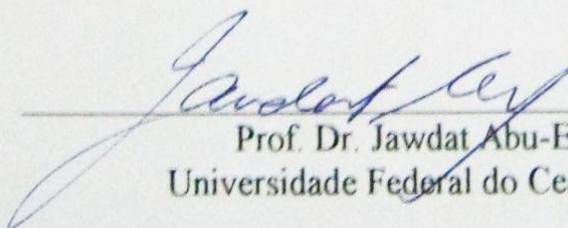
Profa. Dra. Maria Helena de Paula Frota
(Orientadora)

Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Andre Haguette

Universidade Federal do Ceará – UFC



Prof. Dr. Jawdat Abu-El-Haj

Universidade Federal do Ceará – UFC

FOLHA DE AVALIAÇÃO

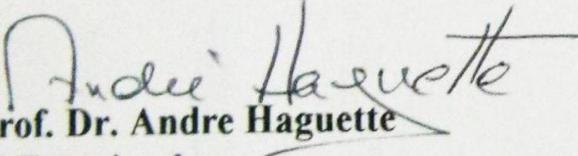
Título da Dissertação: PRIMEIRO-DAMISMO NO CEARÁ: Luíza Távora na Gestão do Social.

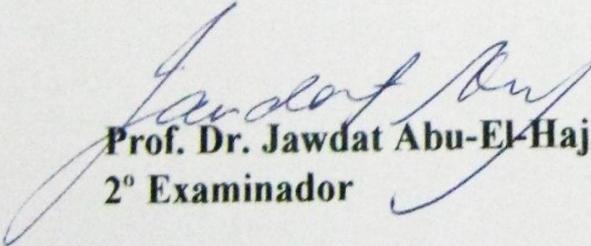
Nome da Mestranda: Moíza Siberia Silva de Medeiros

Nome da Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena de Paula Frota

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Helena de Paula Frota
Orientadora


Prof. Dr. Andre Haguette
1º Examinador


Prof. Dr. Jawdat Abu-El-Haj
2º Examinador

Data da Defesa: 30/07/2012

Conceito obtido: satisfatório

O nosso trabalho é um ato constante de amor ao próximo

Luíza Távora

Às mulheres que em seu cotidiano buscaram
inovar e estar à frente do seu tempo.

Aos que compreendem a mulher como sujeito
histórico, e lutam para que as desigualdades de gênero
sejam superadas.

Aos profissionais do social que, a seu modo e
em seu tempo, buscaram a melhoria das condições de vida
da população cearense.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, pelo milagre que sou, pela saúde, coragem e determinação que me concedeu para a realização deste prazeroso trabalho.

À minha família, em especial à minha mãe Maria do Carmo Silva, pelo apoio e crédito, e ao meu querido esposo, Adalto Filho, com quem compartilhei as angústias e os momentos difíceis e alegres dessa empreitada, e que sempre se mostrou grande companheiro e admirador incondicional de meu trabalho. Pelo auxílio na pesquisa documental no manuseio dos arquivos e jornais.

À mais nova pessoa da minha vida, o bebê Moisés que espero em meu ventre, maior motivação para a conclusão deste trabalho.

Às minhas amigas Raquel Jales, Kelly Menezes, Denise Furtado, Priscila Luz e ao meu amigo Luiz Alberto pelas contribuições teóricas, revisões literária e ortográfica e pela ajuda na transcrição das entrevistas. Pelo incentivo e pelos momentos alegres e de crescimento pessoal e intelectual que passamos juntas (os) nos últimos anos.

À minha orientadora professora Dra. Helena Frota, pela paciência, por ter me feito descobrir a beleza que é pesquisar esse tema, por ter acreditado no meu potencial e pelo crescimento intelectual e pessoal.

Aos professores do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da UECE, pelo compartilhamento de experiências teóricas que muito contribuíram para a elucidação do objeto de pesquisa.

Aos professores Hermano Lima e Horácio Frota pelas co-orientações em relação ao objeto, e à pesquisa, inclusive com fornecimento de material e realização de momentos de estudo.

Às professoras do Curso de Serviço Social pela ajuda com informações e contatos que facilitaram a procura pelos interlocutores.

Aos (às) profissionais do Arquivo Público do Estado do Ceará e da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, que me auxiliaram no manuseio dos arquivos e jornais.

Aos (às) interlocutores (as) da pesquisa por terem se disponibilizado a repensar o passado-presente. Sem suas contribuições este trabalho não seria possível.

Aos professores Andre Haguette e Gisafran Jucá pelas contribuições teórico-metodológicas dadas na banca de qualificação.

Aos professores Andre Haguette e Jawdat Abu-El-Haj que prontamente atenderam o convite para participarem da banca.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela possibilidade de ter meu Mestrado custeado com recursos públicos.

A todos que estiveram na torcida para que eu concluísse esse trabalho.

RESUMO

Este trabalho dissertativo teve como objetivo geral compreender o papel da primeira-dama Luíza Távora na gestão do social no Ceará, durante os dois mandatos de seu marido, Virgílio Távora, no executivo estadual nos anos de 1963-1966 e de 1979- 1982, quando retorna ao poder. E como objetivos específicos: problematizar a atuação de Luíza Távora nas esferas pública e privada e compreender os papéis desempenhados por ela no social. O estudo caracteriza-se pelo recurso à memória, tendo lançado mão, primordialmente, da História Oral, com a realização de sete entrevistas com pessoas que atuaram no social durante o segundo período da gestão de Luíza Távora; e se utilizado dos arquivos disponíveis no Acervo Virgílio Távora e dos jornais da época, referentes aos dois períodos estudados. Com o estudo, concluiu-se que: as propostas para o social nesse período estiveram em constante contradição, apresentando uma hibridação entre moderno e tradicional, público e privado. Assim, demarcam-se dois momentos distintos na atuação de Luíza: a primeira gestão, com a primeira experiência de planejamento, tendo a aliança com a Igreja Católica e o voluntariado como carro-chefe, o que coloca o Estado mais no papel de subsidiário do que de executor, e Luíza como uma mulher-benemerente; e a segunda gestão, marcada pela ênfase maior na técnica, na burocracia e no planejamento, com as ações sendo coordenadas e executadas pelo Estado, tendo como característica principal a atuação de profissionais especialistas em cada área de intervenção, e Luíza como mulher-chefe. Assim, infere-se que a atuação de Luíza Távora no social se apresentou de forma híbrida: de um lado buscava inovar no âmbito do social dando ênfase à qualidade técnica dos serviços, com a introdução do planejamento, com a ampliação do número de atendimentos e serviços, porém, de outro, se projetava a figura da benemerência e da caridade, da vocação ao cuidado do outro, associado ao signo cristão e “feminino” do próximo e do amor aos pobres.

Palavras-chave: Primeiro-Damismo, Gestão, Social.

ABSTRACT

This work dissertational aimed to understand the role of first lady Luiza Tavora in the management of the social in Ceará during the two terms of her husband, Virgílio Tavora, the state executive in the years 1963-1966 and 1979 - 1982, when returns to power. And the following objectives: to discuss the performance of Luiza Tavora in public and private spheres and understand the roles played by it in society. The study is characterized as a study of memory, having profited primarily from the Oral History, with the completion of seven interviews with people who worked in the media during the second period of administration of Luiza Tavora, and used the files available on Collection Virgílio Tavora and newspapers. The study also concluded that the proposals for the office in that period were in constant conflict, with a hybridization between modern and traditional, public and private. Thus, to demarcate two distinct moments in the work of Lois, but that will have as background this contradiction: the first term, with the first planning experience, and the alliance with the Catholic Church and volunteering as a flagship, the that puts the state in more than subsidiary role of executor, and Lois as a woman-meritorious, and the second administration, marked by increased emphasis on technique, bureaucracy and planning, with the actions being coordinated and executed by the State, having main characteristic is the role of specialists in each area of intervention, and Lois as a woman chief. Thus, it appears that the role of the social Luiza Tavora is provided a hybrid: on one hand sought to innovate in the social with an emphasis on technical quality, with the introduction of planning, with the increase in the number of consultations and services, but on the other, the projected figure of benevolence and charity, the vocation to care for the other, the sign associated with Christian and "feminine" love of neighbor and the poor.

Keywords: First Damismo, Management, Social.

LISTA DE SIGLAS

- APEC** - Arquivo Público do Estado do Ceará
- ARENA** - Aliança Renovadora Nacional
- BNB** - Banco do Nordeste do Brasil
- BNH** - Banco Nacional de Habitação
- CAGES** - Coordenadoria de Assistência a Grupos Especiais
- CEMAPROS** - Centros Maternais Profissionalizantes
- CEPAL** - Comissão Econômica para a América Latina
- CETRECE** - Centro de Treinamento do Ceará
- CETREMI**s - Centros de Triagem e Encaminhamento de Migrantes
- DACOM** - Divisão de Ativação Comunitária
- DASP** - Departamento de Administração do Serviço Público
- ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente
- FCOS** - Fichário Central de Obras Sociais do Ceará
- FEB** - Força Expedicionária Brasileira
- FEBEMCE** - Fundação do Bem-Estar do Menor
- FSSF** - Fundação do Serviço Social de Fortaleza
- FUNSESCE** - Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará
- GTAP** - Grupo de Trabalho de Atividades Paroquiais
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LBA** - Legião Brasileira de Assistência
- MAPPS** - Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade
- MDB** - Movimento Democrático Brasileiro
- MPS** - Movimento de Promoção Social
- Munic** - Pesquisa de Informações Básicas Municipais
- NOVACAP** - Companhia Urbanizadora da Nova Capital
- PLAMEG** - Plano de Metas Governamentais
- PNAS** - Política Nacional de Assistência Social
- PNCSU** - Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos
- PROAFA** - Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana
- PROFILURB** - Programa de lotes urbanizados

PROMORAR - Programa de Erradicação de Sub-habitação
PRONAV - Programa Nacional do Voluntariado da LBA
SALTE - Saúde, Alimentos, Transporte e Energia
SAM - Serviço de Assessoramento aos Municípios
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI - Serviço Social de Aprendizagem Industrial
SESC - Serviço Social do Comércio
SESI - Serviço Social da Indústria
SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
STDS - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UDN - União Democrática Nacional
UECE - Universidade Estadual do Ceará
UnB - Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO – “CAMINHANDO É QUE SE FAZ O CAMINHO”	16
1.1 Por que o Primeiro-Damismo?.....	16
1.2 A primeira-dama Luíza Távora: alguns elementos de sua biografia	24
1.3 Estrutura da Dissertação	30
PARTE 1 – HISTÓRIA, POLÍTICA E PLANEJAMENTO PÚBLICO	32
2. METODOLOGIA DA PESQUISA: A OPÇÃO POR UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO	33
2.1 O recurso à memória, à História Oral e às fontes documentais no percurso metodológico da pesquisa	33
2.2 Rompendo o silêncio da História: as mulheres nos estudos historiográficos	42
3. A ARTE DE FAZER POLÍTICA NO CEARÁ: O DISCURSO DA MODERNIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO PÚBLICO	49
3.1 A Arte de fazer política: entre o patrimonialismo e a burocracia	50
3.2 As propostas de desenvolvimento para o Ceará: modernizar conservando?.....	57
3.3 O planejamento público e as propostas para o social	62
PARTE 2 – GÊNERO, PRIMEIRO-DAMISMO E GESTÃO DO SOCIAL ..	69
4. RELAÇÕES DE GÊNERO E POLÍTICA: PROBLEMATIZANDO A ASCENSÃO DAS MULHERES À ESFERA PÚBLICA	70
4.1 “Lugar de mulher é em casa”: o papel das mulheres na esfera privada, a significação do masculino e a resistência feminina	70
4.2 O social e a política: a paradoxal ascensão das mulheres à esfera pública	74
4.3 Assistência Social e Primeiro-Damismo: as mulheres chamadas a intervir no social	78

5. A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DE LUÍZA TÁVORA NA GESTÃO DO SOCIAL: A PARCERIA LBA E IGREJA CATÓLICA E OS PROJETOS PARA AS MULHERES	86
6. A SEGUNDA EXPERIÊNCIA DE LUÍZA TÁVORA NA GESTÃO DO SOCIAL: PROAFA, FUNSESCE E A PROMOÇÃO HUMANA	106
6.1 A Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza – PROAFA: a proposta de urbanização via programas habitacionais	106
6.2 A Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará – FUNSESCE: o discurso da promoção social e os primeiros passos da Política de Assistência Social no Ceará	112
6.3 “O que engorda o gado é o olho do dono”	120
6.4 A Luíza que ficou no imaginário dos que a conheceram	122
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127
APÊNDICES	136
ANEXOS	138

1. INTRODUÇÃO – “CAMINHANDO É QUE SE FAZ O CAMINHO”.

1.1 Por que o Primeiro-Damismo?

Os estudos que buscaram empreender uma teoria acerca do povo brasileiro, dos fundamentos de sua formação, do que faz o Brasil, Brasil, do que seria singular ao “jeitinho brasileiro” lançaram-se nessa difícil e instigante tarefa para chegar a alguns apontamentos que subsidiam, hoje, o debate acerca das políticas públicas e das formas de intervenção no social.

Acredita-se que retomar os estudos acerca da cultura política no contexto da formação da sociedade brasileira possibilita compreender as nuances do primeiro-damismo como arte de fazer política e reconstruir os elementos históricos dessa. Tal tematização permite encontrar os fundamentos para se pensar também as práticas políticas dos governantes e os modelos de gestão que balizaram as ações voltadas para o social, notadamente aquelas delimitadas como práticas assistenciais.

Alguns mecanismos encontrados com singular intencionalidade na forma de fazer política no Brasil são a chave de leitura para compreender as estratégias adotadas para a gestão do social. Nesse sentido, caridade, filantropia, benemerência, assistencialismo, paternalismo, clientelismo, assistência social, possibilitaram relações de doação entre damas católicas da sociedade e pobres, instituições e clientela, classes dominantes e classes subalternas, governantes e governados, nação e povo, Estado e cidadãos. Foram muitas e diversas as estratégias para combater as expressões da pobreza ou, pelo menos, dar-lhes respostas emergenciais. Algumas delas, de forma híbrida, colocaram em prática mais de uma dessas relações. Exemplo disso foram as ações promovidas pelas primeiras-damas.

De acordo com o site da *National Library First Ladies* (Biblioteca Nacional das Primeiras-Damas) dos Estados Unidos, a denominação *First Lady* ou primeira-dama teria surgido nos Estados Unidos quando o Presidente Zachary Taylor (1849-1850) teria utilizado-o para referir-se à mulher de seu antecessor James Madison, na cerimônia fúnebre dela. Esse termo, porém, não é um título oficial, nem gesta prerrogativas ou direitos, mas é comumente

utilizado pela imprensa em todo o mundo para designar a mulher de um governante.

Há que se destacar que, nos Estados Unidos, apesar de primeira-dama não ser um cargo eletivo, não exercer funções oficiais e não receber salário, ela é responsável por organizar as cerimônias oficiais tanto junto com o presidente quanto em seu lugar. É ela quem cuida dos eventos sociais e do cerimonial da Casa Branca, contando para isso com um quadro de funcionários próprio e com orçamento para tal.

Ao longo do tempo, essas atribuições das primeiras-damas foram se estendendo, muitas delas passaram a apoiar instituições sociais e a criar seus próprios planos de trabalho. A exemplo dos Estados Unidos, a América Latina e alguns países da Europa passaram também a utilizar o termo para designar a mulher do chefe do executivo em suas diferentes instâncias de poder. De acordo com Amaral (2007), a partir do século XX, a figura da primeira-dama desponta como peça fundamental para prolongar e consolidar o estatuto, o poder e a popularidade do marido, passando a ocupar espaços aos quais ele não chega; a produzir discursos e representar papéis que são “mais bem entendidos” pelo fato de partirem de uma mulher.

Nesse sentido, a figura da primeira-dama estaria diretamente relacionada a uma certa identidade de gênero, onde à mulher caberiam as atividades de cuidado. A evocação da feminilidade da mulher - interpretada como disposição para servir aos outros, vocação para a doação e bondade, que davam a tônica de suas funções no âmbito privado - ganha visibilidade pública quando se torna mulher de um governante e passa a ser requisitada como suporte às ações do marido, incorporando o papel de “grande mãe” dos pobres.

De acordo com Torres (2002), o nascedouro do primeiro-damismo no Brasil tem uma função política, uma vez que as mulheres dos governantes são chamadas a intervir no social, através de estratégias de enfrentamento à pobreza, desresponsabilizando o Estado de garantir à população o acesso a políticas públicas de caráter universal, considerando-se que a atuação da primeira-dama se dá no âmbito do voluntariado e da filantropia. Para a autora, “[e]m alguns governos, o trabalho da primeira-dama constitui a principal ação no âmbito da assistência social” (TORRES, 2002, p. 24).

O primeiro-damismo chama atenção enquanto objeto de estudo pelo fato de ser

um fenômeno que vem se (re) construindo historicamente – não sendo circunscrito apenas a uma época – que se reatualiza e ganha novas configurações no cenário brasileiro, requisitando estudos que possam investigar sua gênese e seus fundamentos, visto que se tem apresentado como estratégia política de intervenção no social.

A motivação para pesquisar o primeiro-damismo surgiu a partir do trabalho de assessoria que eu desenvolvi, enquanto assistente social, em alguns municípios cearenses durante o ano de 2009¹. Dos dez municípios com os quais tinha contato, em dois a primeira-dama ocupava o cargo de secretária da pasta destinada à gestão dos programas, projetos e serviços da área social. Em outro, embora não ocupasse o cargo de secretária, a primeira-dama era quem encampava grande parte das decisões referentes aos projetos voltados para o social, inclusive com um amplo poder de mobilização de setores empresariais da cidade, no sentido de fortalecimento da “responsabilidade social” destes.

Nos demais municípios, embora quando não muito atuante, a primeira-dama sempre era citada pelos profissionais do social, com os quais tive contato, como sendo uma figura que sempre estava presente nos eventos organizados pelo município na área social. Sua presença nas cerimônias de inauguração ou em eventos comemorativos, por exemplo, era mencionada, naquelas falas, como motivo de congratulação, visto que isso significava que a gestão municipal se colocava próxima à população e valorizava o trabalho dos profissionais. Tudo isso me chamou atenção, tendo em vista que, em primeira análise, a impressão que se constrói é de que as mulheres primeiras-damas tinham um importante papel na gestão de seus maridos, uma vez que elas se tornavam a personificação da bondade do governante para com o povo.

Nessa mesma época, cursava a Especialização em Serviço Social, Políticas

¹ Em 2009, assim que concluí o curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará – UECE, fui convidada pela Pastoral do Menor, instituição onde realizei o estágio supervisionado, a ocupar o cargo de assistente social no Projeto Crer para Ver, que tinha por objetivo fortalecer as medidas socioeducativas em meio aberto em dez municípios cearenses. Os municípios contemplados pelo Projeto foram: Aracati, Quixadá, Canindé, Santa Quitéria, Sobral, Tianguá, Crateús, Caucaia, Maracanaú e Maranguape. Estes, de acordo com os dados da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS do governo do Estado, eram os que mais encaminhavam adolescentes para a medida socioeducativa de internação, descumprindo, na maioria dos casos, os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Tendo em vista que as medidas socioeducativas são de responsabilidade da assistência social, o trabalho desenvolvido pelo projeto necessitava do estabelecimento de parceria com a Secretaria responsável por essa política no município. Foi a partir daí que comecei a perceber a relação de algumas primeiras-damas com as ações desenvolvidas por essa pasta.

Públicas e Direitos Sociais na Universidade Estadual do Ceará – UECE, cuja maioria dos alunos era assistentes sociais que atuavam em municípios do interior do Ceará. As aulas geralmente culminavam em compartilhamento de experiências e angústias advindas do cotidiano profissional. Numa dessas discussões, os profissionais da assistência social começaram a levantar uma série de questionamentos quanto ao poder exercido pela primeira-dama em alguns municípios cearenses, apresentando características semelhantes com os que eu mantinha contato. Percebi, então, que estava diante de um fenômeno que não se apresentava de forma isolada. Tamanha foi minha surpresa quando os relatos apontaram para um número crescente de primeiras-damas na função de secretárias de assistência social².

Tais informações seriam confirmadas posteriormente através do acesso que tive à Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic³, realizada em 2009, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, cujo resultado foi publicado no primeiro semestre de 2010. Nela, demonstrou-se que dos 5.565 municípios do país, 1.352 tinham a primeira-dama na condução da política de assistência social naquele ano. Significa dizer que 24% dos municípios ainda adotavam a prática iniciada com Dona Darcy Vargas em 1942.

O expressivo número de primeiras-damas na direção da assistência social gerou o seguinte comentário da gerente da pesquisa Vânia Pacheco:

Acreditava-se que a presença da primeira-dama (nas secretarias de assistência social) estivesse abolida. Por isso foi uma surpresa grande quando encontramos a primeira-dama como gestora de assistência social em 1.352 municípios. Não estamos desmerecendo a figura da primeira-dama. Mas esta é uma prática antiga, que representa uma política assistencialista⁴.

O comentário acima destaca a existência de práticas que remontam um passado que, para alguns, já teria sido superado, haja vista que a inserção de uma primeira-dama em um cargo de gestão nos reporta a ações de caráter patrimonialista, decorrente de uma cultura política que supostamente deveria ter sido superada com a instauração do projeto democrático

2 Vale ressaltar que também foram apontados alguns municípios onde a primeira-dama ocupava a gestão de outras pastas, como as de saúde e educação, ou ainda a presença de outros membros da família dos prefeitos nos cargos de gestão do município.

³ O relatório completo da pesquisa está disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfil_munic/2009/munic2009.pdf. Acesso em 08.06.2010.

⁴ Entrevista concedida ao Jornal Paraná Online. Notícia veiculada no dia 22.05.2010, disponível em <http://www.paranaonline.com.br/editoria/politica/news/448749/noticia=PESQUISA+REVELA+ATUACAO+DAS+PRIMEIRAS+DAMAS>. Acesso em 08.06.2010.

da década de 1980.

Percebendo que estava diante de um tema complexo, de repercussão histórica e que se colocava no cerne do debate acerca da forma de conceber e executar políticas públicas por essas paragens, lancei-me em seu estudo. O primeiro desafio era encontrar literatura que pudesse elucidar algumas das hipóteses que havia formulado. Foi quando uma amiga me presenteou com o livro “As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder”, de 2002, da autora Iraildes Caldas Torres, que trata sobre a atuação das primeiras-damas no estado do Amazonas, analisando seus papéis na legitimação da ação do governante-homem. O texto da autora me instigou a seguir em frente na empreitada de desvelar como o primeiro-damismo se instaurara enquanto cultura política no Ceará. Ousei fazer a seleção do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade – MAPPs/ UECE com essa proposta sendo meu projeto de pesquisa, aprovado pela banca de seleção.

O projeto vislumbra ir em busca de elementos que possibilitassem compreender as nuances do primeiro-damismo na atualidade, tendo em vista que um dos objetivos da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada em 2004, era romper com as práticas caritativas, assistencialistas e benemerentes claramente vinculadas às relações de favor que se estabeleceram historicamente como moeda de troca entre governantes e população, tendo as primeiras-damas como um dos mediadores desse processo. Nesse sentido, se questionava: o que teria contribuído para que, mesmo em um período de instauração de uma política de caráter democrático e de aquisição de certa competência técnica para execução da assistência social, se retomassem ou reinventassem práticas supostamente já superadas a exemplo do clientelismo e o assistencialismo?

No decorrer do curso do Mestrado, a partir das leituras empreendidas sobre o primeiro-damismo, notadamente acerca das ações das primeiras-damas aqui no Ceará, percebi que era necessário desvendar em que momento da história cearense a atuação das primeiras-damas teria se fortalecido a ponto de hoje isso ser uma prática comumente encontrada. Delimitei, pois, meu olhar a uma certa gênese dessa arte de fazer.

A partir das contribuições de Torres (2002), percebi que foi com Dona Darcy Vargas, através da fundação da Legião Brasileira de Assistência – LBA, em 1942, que se institucionalizaram as ações das primeiras-damas voltadas para o social aqui no Brasil e que,

no Ceará, essa prática, teria se iniciado com a primeira-dama Dona Brígida Pimentel, ainda no mesmo ano, sendo que a figura que ganhou maior destaque nessa empreitada foi a primeira-dama Luíza Távora ao assumir a função de presidenta da LBA – CE em 1963. Foi quando descobri a figura de Dona Luíza Távora.

A construção de um objeto de pesquisa nunca é solitária, ou seja, ela se dá a partir das experiências tanto do pesquisador quanto das fontes disponíveis a este. As descobertas da literatura se somaram a depoimentos de pessoas que conheceram Dona Luíza Távora ou trabalharam com ela nos dois períodos em que seu esposo Virgílio Távora assumiu o executivo estadual nos anos de 1963-1966 e de 1979-1982. Sempre que publicizava qual era meu objeto de pesquisa aos professores do Mestrado e do Curso de Serviço Social, ao qual estava vinculada via grupos de pesquisa, aos colegas assistentes sociais com mais tempo de profissão, o nome de Luíza Távora sempre era lembrado como símbolo de uma grande primeira-dama que muito havia contribuído com o social no Ceará. Estava diante, pois, do objeto de pesquisa que seria levado adiante como tema central do trabalho de conclusão de curso do Mestrado.

Embora não tenha sido a pioneira a desenvolver ações no campo assistencial do primeiro-damismo no Ceará, Dona Luíza Távora parece ter se destacado por sua forma de atuar, pelas grandes obras que realizou, pela tentativa de inovar, juntamente com o seu marido, Virgílio Távora. Foram eles os primeiros a trazer a ideia de uma gestão baseada no planejamento para o âmbito da administração pública do Ceará, fato novo também para os demais Estados do Nordeste.

Tendo como objeto de pesquisa a atuação de Dona Luíza Távora na Gestão do Social, lancei-me a campo com os seguintes questionamentos para balizar a coleta de dados: O que caracterizou o contexto histórico vivenciado por Luíza que possibilitou inovar na área social? Nesse contexto, que contradições e conflitos se expuseram nos campos político e social que Luíza vivenciou? Que conflitos Luíza vivenciou no processo político do coronelismo e do favor? Como lidou com o imaginário de mulher mãe dos pobres? O que possibilitou a essa mulher aparecer como figura pública e articuladora política em períodos de repressão? Que lugar foi ocupado por ela nesse contexto? Em que momentos esteve como protagonista e em que momentos esteve nos bastidores? Que contribuições teria deixado no âmbito das ações voltadas para o social e que até hoje parecem despontar como marco

referencial? Como Luíza Távora é lembrada hoje e que imaginário vem sendo reproduzido acerca dela?

Quando iniciei minha entrada em campo, ainda em 2010, o primeiro passo foi recorrer aos documentos da época e buscar o que já havia sido escrito tanto sobre Luíza como sobre Virgílio. Comecei a visitar a Biblioteca Pública Menezes Pimentel, que disponibiliza consulta aos jornais de grande circulação da época em estudo. Entrei também em contato com o Arquivo Público a fim de ter acesso ao Acervo Virgílio Távora, onde comecei a procurar alguns profissionais da época a fim de que me indicassem pessoas que tinham tido contato direto com Luíza, principalmente as que haviam trabalhado nas instituições que a mesma comandou de forma direta ou indireta, como é o caso da Legião Brasileira de Assistência – LBA – Seção Ceará, da Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará – FUNSESCE e da Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana – PROAFA.

Nessa fase exploratória da pesquisa, iniciei os contatos com duas professoras do curso de Serviço Social da UECE, do qual fui aluna, que trabalharam executando ações como assistentes sociais da LBA durante o segundo mandato de Virgílio e que poderiam fornecer informações acerca de pessoas da época que pudessem contribuir com a pesquisa, tendo em vista que as mesmas não tinham tido um contato expressivo com Dona Luíza⁵. Durante conversas com estas, percebi ser recorrente o discurso de que Dona Luíza era uma mulher muito forte, humana e desprendida na ajuda aos pobres. Tinha como característica sempre querer disponibilizar a estes “o que se tinha de melhor” e para isso não economizava nem recursos, nem esforços, nem profissionais qualificados para a execução das ações. Embora estas estivessem, muitas vezes, fundamentadas pelo ato de amor ao próximo tão apregoado por Luíza, eram efetivadas com base nos pareceres técnicos e no planejamento empreendido pela equipe interdisciplinar existente nas instituições sociais, seguindo o Plano de Administração do seu marido Virgílio Távora, o Plano de Metas Governamentais – PLAMEGs I e II, o que indicava certo hibridismo de práticas e chamou minha atenção quanto à forma de empreender as ações sociais na época.

5 É válido ressaltar que os depoimentos dados pelas assistentes sociais/professoras foram coletados em conversas informais, tendo em vista que elas não se disponibilizaram para conceder entrevistas, pois em um curso onde se busca apagar qualquer vestígio do que foi significado conservadorismo, prestar depoimentos acerca de uma época criticada pela categoria profissional contemporânea, remeteriam-lhes à vinculação ao conservadorismo, tanto que o sigilo das identidades foi mantido. No entanto, as professoras disponibilizaram material bibliográfico e indicaram nomes de possíveis interlocutores que poderiam ajudar-me na investigação.

A partir dos discursos dessas professoras, foi possível perceber que, na maioria das vezes, Luíza é lembrada não como conservadora ou mulher de um coronel, mas como uma mulher que “fez muito pelo social” no Ceará e que deu o pontapé inicial para a instauração do que conhecemos hoje como Política de Assistência Social. De acordo com elas, muitas das ações e serviços desenvolvidos atualmente estão no âmbito dessa política, não se diferenciam das práticas que Luíza encampou, embora a partir de referenciais teóricos distintos. Nesse sentido, as estratégias metodológicas continuam. Em uma das conversas com essas informantes, uma assim afirmou:

a Luíza fazia o mesmo que se faz hoje na assistência social, só que com outro nome. Ela foi taxada de conservadora, de assistencialista, devido ao contexto da época, porém, foi ela quem começou os programas de assistência aos pobres através do Movimento de Promoção Social. Era tudo muito técnico, ela dispunha de uma equipe de profissionais só pra cuidar dos projetos sociais.

Uma das informantes também ressaltou que ela e Luíza não se davam muito bem, pois, certa ocasião, durante a campanha para deputado estadual, Luíza teria mandado colar “santinhos” de seu filho Carlos Virgílio, que concorria à legislatura, nas cestas básicas que seriam distribuídas para as famílias pobres atendidas pela LBA. A mesma, enquanto chefe da divisão de Serviço Social da época, recusou-se a distribuir as cestas básicas naquelas condições e teria se indisposto com Luíza.

Essa foi uma experiência individual da entrevistada e poderia se configurar apenas no plano da memória individual, porém, ela traz uma forte relação com o imaginário construído acerca da forma de fazer política no Brasil. Nos depoimentos anteriores, percebem-se, pois, as contradições da atuação de Luíza, e a expressão de uma cultura política do favor que retroalimenta a continuidade entre público e privado, constituída historicamente no Brasil por meio das práticas clientelistas e paternalistas. Assim, em períodos de modernização, elas são legitimadas pela via da adoção de instrumentais técnicos que, ao invés de romperem com estas práticas conservadoras, reatualizam-nas. Principalmente no Nordeste, a noção de modernidade não pode ser associada à ideia de rompimento com um passado que se torna obsoleto diante das novas estratégias que se gestam. Antes, elas são uma associação entre passado e presente, que se retroalimentam e se (re)configuram.

As informações acima destacadas revelam o que motivou a pesquisar a cultura do primeiro-damismo no Ceará, buscando refletir acerca dos elementos de sua gênese e

consolidação, tendo a figura de Dona Luíza marco referencial. Nesse sentido, o estudo remete à história oral e à memória. Não se buscou encontrar uma lei geral para um fenômeno do passado, mas fazer uma interlocução de falas, interpretações e vivências, tanto do pesquisador, quanto dos interlocutores acerca daquilo que se deixou vir à tona e aquilo que continuará a ser lido nas entrelinhas e nos lugares mais recônditos da história.

Tendo como base os desafios lançados pela Nova História, a pesquisa que realizei está inserida no campo dos estudos de gênero e história das mulheres, pois buscou compreender o papel da primeira-dama Luíza Távora na gestão do social no Ceará, durante os dois mandatos de seu marido, Virgílio Távora, no executivo estadual nos anos de 1963-1966 e de 1979- 1982, quando retorna ao poder. Assim, o estudo problematiza a atuação de Luíza Távora nas esferas pública e privada, buscando compreender os papéis desempenhados por ela no social e na política, recorrendo a fontes documentais e à história oral.

1.2 A primeira-dama Luíza Távora: alguns elementos de sua biografia

Mas, afinal, quem foi Luíza Távora? Nasceu em 1923 na capital cearense, filha de Luiz de Moraes Correia e Esmerina Silva Correia. De seu pai, Luíza teria “herdado” o espírito bondoso para com o próximo. Ele, piauiense, professor da Faculdade de Direito do Ceará, mestre em Direito Civil, era um dos maiores magistrados de seu tempo, mas também chamava atenção pelos seus ensinamentos, principalmente repassados aos filhos, acerca da humildade e da caridade. Adepto da teosofia⁶, Moraes Correia, como era conhecido, teria repassado à Luíza a ideia de ajuda aos seus semelhantes, principalmente aos sofridos e necessitados, conforme confirma depoimento de Teresa Maria, filha de Luíza e Virgílio:

O pai da mamãe era teosofista, então ele era daqueles que achava que quem não vive para servir não serve para viver. Ele realmente desde pequenininho tem muito essa consciência não só social, de lidar com os desvalidos e desfavorecidos, mas de uma coisa mais holística da humanidade como um todo. A casa da mamãe era quase um “parto de Lourdes”, lá muitas pessoas frequentavam, pois o vovô era boníssimo. Aí, quando vinha algum piauiense aqui para Fortaleza, sempre se hospedava lá na casa do vovô, era quase como uma pensãozinha, era uma mini-extensão do Piauí aqui em

⁶ De acordo com a Sociedade Teosófica no Brasil, a Teosofia “é uma Sabedoria Viva, o ideal que o verdadeiro teósofo busca alcançar e manifestar em sua vida diária como serviço à Humanidade [...] uma sociedade “teosófica” é uma sociedade cujos objetivos podem trazer benefícios imensos ao mundo, desde que compreendidos e realizados apropriadamente”. Informações obtidas em: <http://www.sociedadeteosofica.org.br/>. Acesso em 17.07.2012.

Fortaleza. Então o vovô sempre pregou muito isso: você tem que servir ao próximo, não interessa quão próximo esse próximo esteja de você. E a mamãe desde pequena foi influenciada por essas ideias do vovô.

A filosofia teosofista teriam se agregado aos valores cristãos de ajuda ao próximo, posto que a família de Luíza também seguia a religião católica. Nesse sentido, a menina Luíza teria sido criada tendo como referência a ajuda aos mais necessitados. Desde adolescente essa preocupação passou a fazer parte de sua vida. Conta Barreto (2000) que, quando Luíza ia passar as férias no Pirambu junto com suas irmãs, no caminho observava as mulheres lavando roupas nos riachos e sempre se indagava se não era possível melhorar a condição de trabalho daquelas lavadeiras. Essa vivência de sua juventude a teria levado a propor a construção das lavanderias comunitárias quando primeira-dama.

Luíza conhecerá Virgílio Távora ainda na infância, aos onze anos, após a morte de seu pai, quando foi passar uma temporada na casa de campo de sua madrinha em Guaramiranga. Esta era tia de Virgílio, o qual estava passando suas férias lá. Após esse período, os dois só iriam se reencontrar quando Luíza já estava com vinte e quatro anos de idade e trabalhando no Gabinete do Secretário de Educação. Foi em uma visita de Virgílio, já como deputado, ao local de trabalho de Luíza que o reencontro teria acontecido. A partir de então, seus laços se estreitaram e passaram a namorar. Porém, isso irá acontecer à distância, tendo em vista que Virgílio se muda em 1951 para o Rio de Janeiro, à época capital federal do país, para assumir seu mandato de deputado federal.

No exercício do cargo, Virgílio começou a ganhar prestígio em meio aos parlamentares, revelando-se um político pragmático e competente. Suas maiores defesas eram os projetos voltados para o Nordeste, o que ganhou destaque na imprensa do Rio de Janeiro. Enquanto isso, Luíza, em Fortaleza, começava a trabalhar no Banco Nacional de Habitação. Em 1953, casa-se com Virgílio, indo morar com ele na capital federal, marco de sua companhia ao marido na vida política, “tornando-se ‘sua secretária as 24 horas do dia’”, como dizia (BARRETO, 2000, p. 64).

Em 1954, Virgílio é reeleito para o cargo de deputado federal como o mais votado do Ceará. É nesse início da vida política de Virgílio que Luíza já começa tanto a participar ativamente dos projetos do marido quanto a desenvolver suas obras de caridade. Como afirma Barreto,

Enquanto Virgílio dava ênfase à sua posição política, discutindo a organização das leis do País e lutando pela execução dos seus projetos em favor do Nordeste, Luíza iniciava suas obras de ação social, contando com o entusiasmo das senhoras do seu círculo de amizade. Sempre que era possível, reuniam-se para planejar os movimentos que tinham como finalidade cooperar com os eventos filantrópicos ligados ao Congresso (2000: p. 77).

Em sua vida de mulher de político, Luíza se dividia entre os afazeres domésticos, o cuidado com os filhos, com os membros da família, as obras de caridade e o apoio a Virgílio. Buscava sempre dar apoio aos projetos de seu marido, incentivando-o e opinando em suas decisões. Essa postura de Luíza, porém, apresenta certo avanço em relação à tendência da época. A mística feminina propugnava o mito da rainha do lar, não sendo a política lugar de mulher. Luíza, porém, participava da política como grande articuladora dos projetos de Virgílio, seja exercendo influência através da persuasão em suas decisões, seja divulgando sua imagem através das obras sociais que realizava. Como referenda Rocha-Coutinho: “mesmo nas situações em que o homem mantém posições de autoridade, uma mulher, seja ela mulher ou mãe, é capaz de influenciar uma decisão masculina” (1994, p.128).

Para a mesma autora, não é possível fazer uma leitura de que o lugar da mulher foi sempre estando à margem. Para ela,

[...] ao longo de todos estes séculos as mulheres brasileiras, como as mulheres de modo geral, têm permanecido ao mesmo tempo no centro e na margem: tanto como parte dos grupos mais oprimidos em nossa sociedade (operários e trabalhadores domésticos, por exemplo), em decorrência de seu sexo, quanto como parte – de forma direta (como patroas e donas-de-casa) e de forma indireta (através de seus esposos industriais, banqueiros, políticos, entre outros) – dos grupos que detêm o poder, em decorrência de sua posição social (ROCHA-COUTINHO, 1994: p. 18).

Luíza Távora foi, pois, uma mulher de destaque. Esteve no centro das grandes decisões do país. Sua intervenção no social era impulsionada em decorrência da educação que havia recebido na infância e adolescência, cujos ensinamentos teosóficos de seu pai, Dr. Moraes Correia, haviam sensibilizado em relação ao sofrimento humano. Embasada pelos ensinamentos católicos de amor ao próximo e acreditando ser vocação lhe dada por Deus a de servir aos pobres, Luíza encontrou na política um campo fértil para cumprir sua missão, articulando recursos para as obras sociais que desenvolvia, tendo como aliado seu marido, que garantia o fortalecimento do seu poder junto aos mais pobres, através da imagem de político benevolente que se construía a partir das ações de sua mulher.

Mesmo morando no Rio, Virgílio e Luíza não se afastaram da política cearense.

Durante o mandato de Paulo Sarasate, cogitava-se o nome de Virgílio para sua sucessão no governo do Estado. Como seu mandato de deputado já estava encerrando, em 1958 se candidata a governador, porém perde o pleito para seu adversário Dr. Parsifal Barroso que, por ter sido Ministro do Trabalho no período anterior, tinha ganhado prestígio e apoio dos empresários locais.

Com a derrota e o fim do mandato de Deputado, Luíza e Virgílio viram-se numa situação financeira complicada. Porém a mesma foi logo resolvida quando naquele mesmo ano foi nomeado pelo Presidente Juscelino Kubitschek um dos diretores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP). A vaga, determinada por lei, deveria ser ocupada por um representante da UDN, maior partido de oposição da época. O nome indicado pelo partido foi o de Virgílio, acatado pelo presidente. Com isso, Luíza e Virgílio se mudam para Brasília, passando a participar do movimento de construção da nova capital federal.

Enquanto Virgílio se responsabilizava pelas obras de construção de Brasília, Luíza se articulava com outras mulheres de sua posição para por em prática sua missão de ajuda ao próximo. Ela era um ponto de apoio para os candangos que chegavam a Brasília, como corrobora Barroso:

Chegando em Brasília, Luíza logo direcionou seu trabalho social ao grande número de nordestinos que chegavam ao Planalto Central como trabalhadores e cognominados de “candangos”. Procurou, com seu carisma pessoal, não somente granjear a amizade dos novos habitantes da futura capital do País, como também de ilustres damas da classe social a que pertencia. Tinha como finalidade inovar um trabalho social de alto porte que ajudasse os trabalhadores que, deixando sua terra natal, se aventuravam à conquista de novos horizontes (2000, p. 87).

Foi no governo Jango que Virgílio Távora assumiu o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas. Virgílio ainda estava como diretor da NOVACAP quando a UDN o indicou para o cargo, o que foi prontamente aceito pelo presidente. O cargo de ministro teria propiciado fortalecer-se enquanto político no Ceará, e, articulando-se com chefes políticos de outras facções, realizou um acordo político denominado “União pelo Ceará”, que o lançaria como candidato ao governo do Estado pela segunda vez. Durante a campanha política, Luíza foi sua principal cabo eleitoral, ao angariar votos através de sua “habilidade” com o povo em troca dos “favores” que havia realizado aos pobres cearenses migrantes a Brasília.

Luíza também teria intercedido por algumas famílias a Virgílio que, por sua vez,

empregou e nomeou muitos cearenses em cargos de confiança tanto em Brasília como no Ceará na época em que fora ministro. Isso lhe rendera muitos votos. Nos anos que passaram em Brasília, Virgílio e Luíza receberam muitas cartas de conterrâneos, principalmente vindas da capital, solicitando nomeações, transferências e promoções.

O título de primeira-dama conferido a Luíza, após a posse de Virgílio ao governo do Estado em 1963, rendia à mesma a possibilidade de trabalhar pelos pobres com maiores recursos, visto que seu marido a apoiava na execução de seus projetos sociais e acreditava ser uma das ações necessárias ao seu governo. Naquele mesmo ano, Luíza assumiu a presidência da Legião Brasileira de Assistência (LBA), passando a comandar a execução dos projetos dessa instituição no Ceará e, posteriormente, criou os Centros Maternais Profissionalizantes (CEMAPROS).

Durante o regime ditatorial, Virgílio continuou governador do Ceará até 1966, quando se desvinculou do cargo para candidatar-se, novamente, a deputado federal pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), antiga UDN, retornando a Brasília com sua família em 1967 para exercer o cargo. “Como esposa de deputado, Luíza assumiu, novamente, seu trabalho no Movimento de Ação Social do Planalto, engajando-se em diversas outras atividades, colaborando na promoção de eventos de relevância social” (BARRETO, 2000: p. 152).

Luíza também abrigava em sua casa muitos cearenses que iam tentar a vida na capital federal, filhos e filhas de amigos da família, dando, por conseguinte, continuidade ao trabalho que havia realizado na Casa dos Candangos quando havia morado em Brasília. Luíza se destacou em meio às outras senhoras que também desenvolviam esse trabalho e ajudou a fundar a primeira creche de Brasília.

Em 1970, Virgílio se candidata ao cargo de senador, sendo eleito para um período de oito anos. A população teria “correspondido” através do voto, ao trabalho realizado por Virgílio e às obras sociais de Luíza. Porém, não se pode cair no discurso fatalista de que Luíza teria sido utilizada como instrumento de legitimação do poder exercido por seu marido, embora suas ações muito colaborassem para a construção de uma imagem positiva acerca da gestão de Virgílio Távora.

De acordo com um depoimento de Teresa Maria, filha do casal, “para a mamãe [Luíza Távora] foi ótimo o papai [Virgílio Távora] ter sido um político e ter atuado nessa parte executiva. Foi muito bom os dois governos do papai [Virgílio], porque ela teve a oportunidade de botar em prática muitas das coisas dela, aquilo que ela acreditava, que ela queria”. Nesse sentido, como corrobora Torres (2002), “[...] é possível dizer que, aos poucos, as mulheres primeiras-damas vão se colocando na esfera pública como sujeitos políticos de decisão e de gestão, revelando grande potencial de liderança e poder de persuasão junto aos sujeitos sociais com quem travam relações” (p. 22).

Com Virgílio no Senado, Luíza se dedicou a fazer cursos de extensão na área social, ofertados pela Universidade de Brasília (UnB) e por outras instituições de pesquisa. Dedicava-se ao trabalho nas creches e comparecia, diariamente, à sede da Ação Social do Planalto para encaminhar os pedidos que a ela chegavam. Posteriormente, passou a ocupar o cargo de vice-presidenta da Casa do Ceará em Brasília, ponto de apoio aos cearenses que chegavam à capital em busca de emprego e formação profissional. Por ser mulher de Virgílio, conseguiu que o senador destinasse somas relevantes de recursos para a instituição que, além de oferecer cursos profissionalizantes, articulava feiras, exposições e congressos com os produtos vindos do Ceará.

O ano de 1978 marcava o fim do mandato de Virgílio no Senado. O Presidente Ernesto Geisel convida-o para assumir novamente o governo do Ceará. Seu segundo mandato iria de 1979 a 1982. Luíza reassume suas funções no social, passando a ser presidenta do Centro Administrativo de Ação Social, Presidenta e Fundadora da FUNSESCE (1979), Presidenta do Conselho Superior da PROAFA (1979), Presidenta do Movimento de Promoção Social do Estado do Ceará (1979), Presidenta do Conselho de Administração da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEMCE (1980) e Coordenadora Estadual do Programa Nacional do Voluntariado da LBA – PROVAV, seção Ceará (1980). Luíza também tentou aliar seus projetos para o social ao trabalho já desenvolvido pela Igreja Católica em diversas comunidades da cidade de Fortaleza, principalmente às desenvolvidas no Piamarta.

Encerrando seu mandato de governador em 1982, Virgílio se candidata novamente ao Senado Federal, exercendo o cargo até sua morte em 1988. Luíza, por sua vez, voltou a se dedicar às obras sociais em Brasília, regressando a Fortaleza após a morte de Virgílio. Dois anos depois, tenta retomar sua vida de mulher pública e se candidata a vice-governadora do

Ceará, com Paulo Lustosa candidato a Governador, ambos derrotados no pleito por Ciro Gomes (governador) e Lúcio de Alcântara (vice-governador). Seu filho, Carlos Virgílio, porém, dará continuidade à herança política da família, reelegendo-se ao cargo de Deputado Federal. Luíza morre em 1992, deixando grande comoção entre os que a admiraram.

1.3 Estrutura da Dissertação

Os resultados da pesquisa empreendida estarão dispostos em duas partes: Na primeira: *História, Política e Planejamento Público*, busco teorizar acerca dos estudos historiográficos, delimitando a metodologia utilizada na realização da pesquisa e problematizando acerca do poder político, das propostas de desenvolvimento e do planejamento público, composta por dois capítulos. Já na segunda parte, *Gênero, Primeiro-Damismo e Gestão do Social*, composta por três capítulos, trago os resultados da pesquisa, apresentando as instituições nas quais Luíza Távora atuou, ressaltando seu estilo de gerenciar as ações.

No primeiro capítulo, intitulado *Metodologia da Pesquisa: a opção por um estudo historiográfico*, busco discutir a metodologia da pesquisa, apresentando as técnicas utilizadas, as dificuldades encontradas e as estratégias para coleta e análise dos dados. Problematizo, ainda, a tematização das mulheres nos estudos historiográficos.

No segundo, cujo título é *A arte de fazer política no Ceará: o discurso da modernização e o planejamento público*, discuto acerca da arte de fazer política no Ceará, com destaque às ações de cunho patrimonial-clientelista e para a tentativa de sua superação via proposta de modernização. O capítulo destaca, ainda, como as políticas sociais passaram a ser conduzidas a partir do planejamento público. A ideia é traçar um panorama acerca do desenvolvimento que está se tentando trazer para o Nordeste, com um foco maior para o Ceará, tendo figuras emblemáticas Virgílio e Luíza nesse contexto.

No terceiro, *Relações de Gênero e Política; problematizando a ascensão das mulheres à esfera pública*, faço uma discussão sobre as imagens do feminino, os lugares destinados às mulheres e sua participação na esfera pública, na política, e no social, pontuando a figura de Luíza Távora ao se aproximar e se distanciar desse imaginário. Consequentemente, aprofundo as imagens sobre a mesma que produzem outros mitos. Nele

trabalham-se as relações de gênero e poder que se construíram historicamente entre os sexos e seus mecanismos de ruptura e permanência, destacando também como as mulheres foram tematizadas pelos estudos historiográficos. Também será destaque desse capítulo a atuação das primeiras-damas no social e na política, retomando figuras emblemáticas e elementos da cultura política brasileira, permeada pelas relações de favor, caracterizando as políticas para o social como ajuda.

No quarto capítulo, *A primeira experiência de Luíza Távora na gestão do social: a parceria LBA e Igreja Católica e os projetos para as mulheres*, busco caracterizar a assistência social do primeiro período em que Luíza Távora atuou no social, ainda não delimitada como política social, mas campo de ação e intervenção, assim como os elementos que a embasaram, com destaque às ações, programas e projetos desenvolvidos na LBA, em parceria com a Igreja Católica.

No último capítulo, cujo título é *A segunda experiência de Luíza Távora na gestão do social: PROAFA, FUNSESCE e a promoção humana*, apresento as ações das duas principais instituições sociais em que Luíza atuou: PROAFA e FUNSESCE na segunda gestão, ressaltando seu papel como gestora do social e os primeiros traços das políticas sociais urbana e de assistência social. Apresento também seu “estilo gerencial” e, por fim, busco responder às seguintes indagações: quem foi Luíza Távora para os que a conheceram? Que imaginário se construiu acerca dessa primeira-dama? Como é lembrada?

Nas considerações finais, retomo os principais elementos abordados no trabalho dissertativo, evidenciando seus resultados e as contribuições para pensar os primeiros passos dos programas e projetos sociais desenvolvidos no Ceará, além de apontar possíveis caminhos para investigações futuras acerca da cultura do primeiro-damismo.

PARTE 1 – HISTÓRIA, POLÍTICA E PLANEJAMENTO PÚBLICO

2. METODOLOGIA DA PESQUISA: A OPÇÃO POR UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO

2.1 O recurso à memória, à História Oral e às fontes documentais no percurso metodológico da pesquisa

Sabe-se do desafio e o quanto é instigante realizar um estudo de memória, visto que aquilo transmitido através da oralidade, não se restringe a uma mera volta ao passado, ou a sua rememoração, mas se constrói enquanto discurso articulado entre passado e presente, entre novo-velho, velho-novo, entre o que se quer ocultar e o que se quer tornar público, posto que, como anunciou Bosi (1994, p. 55), lembrar consiste em “[...] refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é um sonho [...]”.

De acordo com Santos (1997), “a memória é uma construção imaginária e de elaboração simbólica” (p. 19). O explicitado anteriormente confirma o que inferem Grossi e Ferreira:

A memória lembra uma fronteira, cujas territorialidades itinerantes redefinem-se continuamente. Urde cenários que dissertam sobre o passado de uma vida cuja perda é irreparável. Ostenta campos onde se podem colher fragmentos de um mundo que se desintegrou. Também guarda câmaras, às vezes assustadiças, que se recusam a abrir. À deriva, ruínas, resíduos e detritos são capazes de impedir o acesso a lacunas promissoras. Pode tornar-se interdito à memória lembrar histórias que nos colocam em situação de desonra, de impotência e de perda (2001, p. 4).

Daí o desafio ao realizar estudos históricos recorrendo à memória, tendo em vista que os relatos orais se colocam como fontes alternativas às fontes escritas, possibilitando uma diversidade de informações a partir das construções subjetivas de cada entrevistado, cuja memória individual está permeada por elementos do vivenciado coletivamente, como imaginário de uma época. Nesse sentido, “o valor da memória não está naquilo que o narrador possa esclarecer, informar [...] mas antes naquilo que ele pode transmitir como experiência vivida e revivida, como realidade subjetiva e única, como sabedoria, como ‘aura’” (GALLIAN, 1992, p. 100).

Foi levando em consideração as experiências das pessoas que tiveram contato

com Luíza Távora que busquei caracterizar as ações dela no social. A relevância da escolha está na possibilidade de ir além dos acontecimentos históricos já narrados acerca do período no qual Luíza Távora esteve à frente das ações voltadas para o social, possibilitando recorrer aos significados das experiências individuais dos que atuaram na área à época. Com isso, nos defrontamos com a relação entre memória coletiva e memória individual, enriquecendo ainda mais o olhar sobre o período estudado. Se, de acordo com Halbwachs (2006, p. 73), “a história de nossa vida faz parte da história em geral”, é possível afirmar que a memória pessoal é também social, familiar e grupal (BOSI, 1994). Assim, memória individual e memória coletiva se entrelaçam:

a memória individual não está inteiramente isolada e fechada. Um homem para evocar seu próprio passado tem, freqüentemente, necessidade de fazer apelo à lembrança dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele e que são fixados pela sociedade (...). Nossas lembranças permanecem coletivas, elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque na realidade nunca estamos sós (PEREIRA, 1991, p. 114).

Vale ressaltar que, embora a memória coletiva medeie a memória individual, e que a lembrança esteja associada a uma época, o depoimento do interlocutor apresentará uma visão parcial e subjetiva acerca do fenômeno (THOMPSON, 1992). Além disso, as significações e interpretações pessoais dão nova tonalidade aos eventos do passado, uma vez que estes são reinterpretados à luz do presente, pois como afirma Pereira (1991), com base em Hagnettes (1987),

[a] reconstituição da memória pode estar imersa em reinterpretações, seja pela distância existente entre o fato passado e o depoimento presente, que já incorpora possíveis mudanças de perspectiva ou de valores do ator social, seja porque o fato pode ser reinterpretado à luz de seus interesses (p. 114).

Vidal afirma que “[...] é com os olhos do presente que vemos o passado; são as indagações do hoje que rastreiam o ontem em busca de respostas” (1990, p. 5). Isso se evidencia desde a delimitação do objeto por parte da pesquisadora, uma vez que foi uma preocupação presente que me fez voltar ao passado. No caso dos interlocutores da pesquisa, foi possível perceber durante as entrevistas a análise que empreenderam sobre o passado, com base em suas vivências presentes.

Em seu passado, experienciaram um contexto político no qual a Ditadura Militar dava a tônica da vida em sociedade. As ideias de bem-estar social se respaldavam no discurso da modernização do Ceará. As políticas sociais tinham como foco a promoção social no

presente, a vivência da democracia, do neoliberalismo e das políticas sociais, entendidas como direito de todos e dever do Estado. Não foi à toa que avaliaram suas práticas passadas tendo como referência o presente e vice-versa. Em seus depoimentos, encontrei, por diversas vezes, expressões como: “a gente fazia a mesma coisa no passado, só que com outro nome”, ou: “naquela época era assistencialismo mesmo e só hoje é que me dou conta de que era assistencialista”. Assim, encontraram diferenciações e semelhanças entre passado e presente, visto que o presente sempre carrega consigo a herança dos eventos passados, podendo reatualizá-los.

A escolha das pessoas a ser entrevistadas partiu da contribuição que poderiam dar à pesquisa, através da disponibilização de informações que não seriam encontradas nem nos documentos da época, nem na história oficial escrita, posto que, a memória “permite revelar aspectos ou espaços sociais outrora esquecidos ou relegados, fazendo brotar a lembrança dos que se consideravam excluídos do processo histórico” (JUCÁ, 2011, p. 19). Nesse sentido, não busquei privilegiar as pessoas que tiveram visibilidade política na época, embora tenha entrevistado uma pessoa com esse perfil, mas aquelas que estiveram tanto na direção, quanto nos bastidores das instituições sociais onde Luíza atuou. Privilegiamos, por conseguinte, não apenas técnicos e gestores, mas pessoas que atuaram diretamente como liderança comunitária ou no contato direto com a população, não esquecendo também membros da família de Luíza Távora.

O contato para a realização das entrevistas se deu a partir das indicações de minha orientadora, que atuou como assistente social no segundo governo de Virgílio Távora, das duas professoras já mencionadas e de contatos cedidos pela coordenação do curso de Serviço Social da UECE. Adotei como estratégia identificar, através de leituras exploratórias acerca do período, os profissionais que tiveram destaque nos cargos de direção das principais instituições sociais onde atuou. Após esta identificação, ia em busca do contato do profissional, ou este era conseguido via alguma pessoa já entrevistada. Em alguns casos, um entrevistado indicou o outro como interlocutor privilegiado. Outra forma de conseguir o contato de possíveis interlocutores foi através de funcionários da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS (antiga FUNSESCE) e de indicações de pessoas do meu círculo social que sabiam da realização da pesquisa e conheciam alguém que tinha, de alguma forma, convivido com Luíza Távora. Após a indicação, procedia com a averiguação da informação e marcava ou não a entrevista.

Além das duas professoras do curso de Serviço Social com quem tive conversas informais, entrevistei sete pessoas que atuaram na área social durante o segundo mandato de Virgílio Távora (1979-1982), quais sejam: a Assistente Social Maria Nelma da Costa Spissirits – Superintendente da PROAFA; a Assistente Social Gretchen von Paumgarten Lima – Coordenadora Técnica do Movimento de Promoção Social; o Defensor Público Luciano Sobreira – Diretor Geral da Fundação do Bem-Estar do Menor – FEBEMCE; a Assistente Social Maria Luíza Fontenele – Deputada Estadual pelo MDB⁷ (1979-1983), a Agente Social Marúcia Maria Alves Pereira – Centro Comunitário Tancredo Neves, o Líder Comunitário João Roberto de Carvalho – Conjunto Santa Cecília e Teresa Maria Távora Ximenes – filha de Luíza e Virgílio Távora.

Apesar de não ter coletado dados suficientes para traçar um perfil dos entrevistados, todos eles estão acima dos cinquenta anos, alguns já experienciando a velhice. Dos que atuaram nas instituições sociais, apenas um continua na ativa, mas já está próximo da aposentadoria. Os depoimentos dessas pessoas, acredito, conferem legitimidade à pesquisa não apenas pelos cargos que ocuparam ou pelo que desempenharam na época estudada, mas pela seguinte questão levantada por Bosi (1994):

Um verdadeiro teste para a hipótese psicossocial da memória encontra-se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade (p. 60).

Cabe ressaltar que, durante a realização da pesquisa, outras pessoas foram identificadas como possíveis interlocutores. Não foram entrevistados por algum dos seguintes motivos: não foi possível localizar pelo menos quatro pessoas. Duas se recusaram a conceder entrevista: uma porque estava com a saúde debilitada e outra porque não demonstrou interesse em participar da pesquisa. Soma-se a minha decisão em não entrevistar outras duas com quem havia entrado em contato – uma ex-secretária de Luíza Távora e uma tia sua – pelo fato de as

⁷ Movimento Democrático Brasileiro – MDB, partido de oposição a Virgílio Távora, filiado à Aliança Renovadora Nacional – ARENA. No período da Ditadura Militar, se instituiu o bipartidarismo a partir do AI-2, assim, se legitimou o funcionamento de apenas dois partidos: a ARENA, também conhecida como “A Situação”, partido do governo que apoiava a Ditadura Militar, e o MDB, também conhecido por “A oposição”, defendia a redemocratização.

informações coletadas nas sete entrevistas já realizadas terem atingido certo grau de saturação, onde havia uma recorrência muito maior à memória coletiva que à individual, ou seja, as informações obtidas começaram a se repetir, muitas vezes em referência à história já encontrada nas fontes de referência bibliográfica.

As entrevistas realizadas com os sete interlocutores acima citados foram do tipo semiestruturada a fim de possibilitar que retomassem alguns elementos do passado que eu desconhecia e não estavam contemplados no roteiro de entrevista, visto que figuravam como eventos nunca antes registrados. Além disso, as entrevistas de tipo semiestruturado propiciam que os mesmos discorram livremente acerca de suas vivências passadas e reinterpretações presentes. Nesse sentido, as entrevistas tiveram o formato de depoimento oral.

O depoimento oral, enquanto técnica da história oral, se diferencia da história de vida e do relato oral de vida,

[...] à medida que se busca, através dele, obter dados informativos e factuais, assim como o testemunho do entrevistado sobre sua vivência ou participação em determinadas situações ou instituições que se quer estudar. Tenha-se presente que nas ciências sociais o depoimento não tem o sentido do estabelecimento da verdade, mas do conhecimento de uma versão (CAMPOS *et alli*, 1998, p. 12).

Nesse sentido, acredito que o depoimento oral era a modalidade de entrevista mais adequada aos objetivos da pesquisa, uma vez que buscava captar o sentido dado pelos entrevistados à época vivida e possibilitar o relato de suas próprias interpretações sobre ela. Daí o recurso à História Oral que, de acordo com Jucá (2011), permite trabalhar com a subjetividade e com a interação entre entrevistado ou depoente e o pesquisador, elemento não recorrente na História Escrita. Nesse sentido,

O valor do uso da História Oral reside na possibilidade de diálogo a ser mantido entre os entrevistados e o pesquisador, onde a subjetividade na construção do conhecimento histórico não brota exclusivamente de uma única posição, mas do diálogo travado entre o entrevistador e o entrevistado. A construção das lembranças apresentadas passa pelo molde subjetivo de elaborá-la, sempre aproximando o indivíduo do espaço social rememorado. Os dados obtidos são submetidos a um processo de esclarecimento manifesto na interpretação apresentada, dando-lhes uma dimensão maior (JUCÁ, 2011, p. 61).

Para efeitos da pesquisa que deu base a esse trabalho, a História Oral foi utilizada

enquanto método, pois os dados coletados com os depoimentos se colocaram como fonte primária de informação, sendo que os documentos escritos foram utilizados de forma secundária, seguindo as características apontadas por Meihy & Holanda:

Como método, a história oral se ergue segundo alternativas que privilegiam as entrevistas como atenção essencial dos estudos. Trata-se de centralizar os testemunhos como ponto fundamental, privilegiado, básico, das análises. História oral como metodologia implica formular as entrevistas como um epicentro da pesquisa. Tudo giraria em torno delas, que atuariam como força centrífuga das preocupações. [...] Com um *corpus* documental estabelecido em cima das entrevistas, pensa-se nas análises que demandam diálogos com outros documentos (2007, p. 72).

Das sete entrevistas, quatro foram realizadas na casa dos interlocutores. As demais, em instituições públicas as quais estes eram ou são vinculados: Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Centro Comunitário do Tancredo Neves e Centro Comunitário do Santa Cecília. A escolha do lugar se deu pelos próprios entrevistados e sua familiaridade possibilitou que se sentissem à vontade para relatar o que viveram. Em alguns casos, apenas situei o que a pesquisa buscava retratar e o entrevistado já foi logo efetuando sua narrativa, não necessitando recorrer ao roteiro de entrevista, sendo necessário redirecionar a fala deste quando um assunto não concluído era entremeado por outro ou quando a narrativa perdia o foco, neste sentido, busquei seguir as recomendações de Queiroz:

Ao colher um depoimento, o colóquio é dirigido diretamente pelo pesquisador; pode fazê-lo com maior ou menor sutileza, mas na verdade tem nas mãos o fio da meada e conduz a entrevista. Dá 'vida' de seu informante só lhe interessam os acontecimentos que venham se inserir diretamente no trabalho, e a escolha é unicamente efetuada com este critério. Se o narrador se afasta em digressões, o pesquisador corta-as para trazê-lo de novo ao seu assunto (1988, p.21).

Como já ressaltado anteriormente, apesar da pesquisa ter se debruçado mais nas informações decorrentes dos depoimentos orais, também me utilizei de documentos escritos disponíveis tanto em arquivos pessoais públicos e privados quanto em matérias de jornal e de monografias do Curso de Serviço Social, disponíveis na Biblioteca Central da UECE, que tinham como foco a análise das ações realizadas pelas instituições sociais do tempo de Luíza Távora. Também contei com as informações disponíveis nas biografias de Virgílio Távora⁸ e de Luíza Távora⁹, além de pesquisa bibliográfica em outros trabalhos acadêmicos que versam

⁸ LINHARES, Marcelo. **Virgílio Távora**: sua época. Fortaleza: Casa José de Alencar. Programa Editorial, 1996. (Coleção Alagadiço Novo, 94).

⁹ BARRETO, Maria Adelaide Fléxa Daltro. **Luíza Távora, uma legenda**. Fortaleza: ABC Fortaleza, 2000.

sobre a trajetória política de Virgílio, bem como documentos encontrados na biblioteca virtual da Assembleia Legislativa do Ceará.

Como não foi possível entrevistar ninguém do primeiro mandato (1963-1966) devido ao fato de a maioria das pessoas que atuou no social nesta época já não se encontra mais viva ou não ter sido localizada, as informações acerca desse período foram coletadas a partir dos documentos escritos relacionados acima.

No arquivo pessoal de Virgílio Távora cedido pela família ao Arquivo Público, busquei os documentos referentes à atuação de Luíza na LBA, FUNSESCE e PROAFA, além de outras obras sociais apoiadas por ela. Concentrei-me, também, em algumas datas importantes dos dois mandatos, como a posse, a inauguração de obras, lançamentos dos Planos de Governo, discursos proferidos por Virgílio Távora, visitas de pessoas ilustres e saída do governo, dos quais já tinha o registro de algumas datas, o que muito facilitou a seleção das fontes a ser pesquisadas. O inventário do Acervo também auxiliou na busca pelos documentos que interessavam à pesquisa, embora a catalogação às vezes não corresponda ao que está disponível nas caixas-arquivo, uma das dificuldades encontradas no manuseio destes. A pesquisa no Arquivo Público foi um desafio para quem não estava acostumada com o arquivo sendo o campo, nem a lidar com quantidade muito grande de documentos. O Acervo possui muitas caixas, arquivos diversos, que não estão organizados de forma a facilitar o manuseio do pesquisador, levando-se muito tempo para olhar caixa por caixa, arquivo por arquivo.

O recurso à memória não se centrou apenas nas fontes orais. Foi utilizado também para captar aquilo que o discurso oficial, através da imprensa e dos documentos de governo, quis “imortalizar”, bem como os próprios Virgílio e Luíza quiseram ser conhecidos em outras épocas, ao fazerem a seleção de documentos, objetos pessoais e outras peças de seu cotidiano, tanto no âmbito de sua vida pública quanto privada, guardados pelos próprios, dando origem a uma espécie de acervo pessoal que reconta não apenas suas histórias pessoais, mas as de suas famílias: Távora e Moraes Correia; as experiências e acontecimentos de uma época.

De acordo com Artières (1998), “[a]rquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio. Nesse sentido, o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência” (p. 11). Quanto aos arquivos

peçoais privados, tive acesso a documentos pessoais de dois entrevistados: Nelma Spissirits e João Roberto, que prontamente me cederam a fim de contribuir com a pesquisa. O da primeira se configurava pela coletânea de relatórios e produções técnicas da instituição que presidiu, a PROAFA. Já o arquivo de João Roberto contava com recortes de jornais com matérias que faziam referência à comunidade que liderava, o Conjunto Santa Cecília, além das que ele aparecia seja em entrevistas, seja em menção ao seu papel de líder. Contava também com correspondências, mapas da comunidade, atas das reuniões do Centro Comunitário e documentos pessoais, como o Contrato de Compra e Venda de sua casa, obtida através dos projetos habitacionais da PROAFA, todos eles organizados em uma pasta transparente.

Por ocasião da entrevista, relatou que quando era liderança comunitária, sempre teve cuidado de guardar os documentos de forma organizada, pois sabia da importância que tinham para a história da comunidade e para quem quisesse pesquisar acerca dela. Prova disso era que eles me interessavam. Disse, ainda, que alguns documentos oficiais estavam em sua posse, como a ata da reunião (que está em pedaços e quase ilegível), porque após ter deixado a função de líder comunitário, muitos documentos foram perdidos. Aqueles que agora integravam seu arquivo pessoal haviam sido encontrados por ele no lixo. Para ele, aqueles documentos significavam muito e, a seu ver, para os que haviam ocupado a liderança, não, resolveu, portanto, guardá-los como documento pessoal.

As características do arquivo de João Roberto se assemelham ao que relata Artières (1998):

[...] não arquivamos nossas vidas, não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens (p.11).

Quanto à importância dos arquivos privados para a pesquisa do cotidiano, Costa (1998) afirma:

Esse novo olhar da história, enfocando sentimentos, hábitos e comportamentos, vem elegendo de uma forma especial documentos como diários íntimos, anotações, correspondência pessoal etc, encontrados nos arquivos de escritores, artistas e políticos, entre outros. A publicação desse tipo de fonte, isoladamente ou em série (caso, por exemplo, da correspondência), tem sido amplamente utilizada pelos historiadores para incentivar o debate e a compreensão de temas, personagens e épocas, a partir de novos enfoques metodológicos, para os quais a contribuição da antropologia, da teoria literária, da sociologia e da ciência política têm sido fundamental (p. 197).

Quanto à utilização dos jornais, recorri aos do período em estudo disponíveis na Biblioteca Pública Menezes Pimentel, a recortes de jornal disponíveis nos arquivos pessoais já mencionados e às matérias selecionadas pelos biógrafos de Luíza e Virgílio, com ênfase nos seguintes: Tribuna do Ceará, Diário do Nordeste e O Povo. Cada um, a seu modo, veiculavam informações sobre o cotidiano de Luíza e Virgílio Távora.

As correntes político-ideológicas seguidas pelos jornais são as mais diversas possíveis em torno dos discursos acerca de Luíza e Virgílio Távora, tanto no que se refere aos atos políticos quanto às ações para o social. Daí a justificativa à recorrência dos jornais à pesquisa. O Povo veiculava notícias favoráveis a Virgílio e Luíza, devido à troca de favores que se estabelecia entre estes, os proprietários do jornal e seus repórteres. O Diário do Nordeste pela cobertura que fez dos últimos anos de Virgílio e Luíza na gestão pública do Ceará. Por fim, ressaltamos ainda Tribuna do Ceará pela veiculação constante de informações acerca de Luíza e suas ações para o social (JUCÁ, 2011; MORAIS, 2011).

O manuseio dos jornais disponíveis na Biblioteca Pública foi um grande desafio, visto que não estão disponíveis na versão filmografada devido serem bastante antigos – apenas o Jornal O Povo, a partir da década de 1980 passou a ser filmografado – compilados em grandes livros, divididos por ordem cronológica de publicação, e não por assuntos, o que dificultou a pesquisa, pois o pesquisador precisa olhar jornal por jornal, ano após ano. É quase como “procurar uma agulha no palheiro”.

Acima descrevi quais as técnicas de coleta de dados utilizadas para a realização da pesquisa. Cabe indicar quais instrumentos deram suporte a sua execução. Na coleta das entrevistas, utilizei-me do gravador de voz. Vale ressaltar que duas interlocutoras solicitaram que a gravação fosse interrompida em alguns momentos da entrevista, pois o que confidenciavam era comprometedor, tendo em vista que se tratava de assuntos ou muito íntimos ou que só aquela pessoa tinha visto e ouvido, logo viesse à tona, seria identificada. As entrevistas foram transcritas por completo, sem cortes, nem interrupções, buscando ser fiel ao áudio e ao relato do entrevistado.

Não era possível ler nem analisar os documentos impressos no Arquivo Público via manuseio pelas dificuldades já mencionadas. Consegui-os durante o contato com os interlocutores que me cederam seus arquivos e nas bibliotecas. Aqueles que pareciam

interessar à pesquisa, foram fotografados através de câmera digital ou scaneados por meio de scanner portátil, gerando um arquivo digital para posterior leitura e análise, assim. Pode-se dizer que o tratamento dos documentos se deu em três etapas: pré-seleção, seleção e análise. Assim, os documentos impressos digitalizados foram selecionados após sua leitura, descartando aqueles que não atendiam aos objetivos da pesquisa. Só depois partia-se para a análise de seu conteúdo. O mesmo procedimento foi realizado com as monografias consultadas.

A análise dos dados coletados tanto dos documentos quanto das entrevistas foi empreendida através da análise de conteúdo. De acordo com Bardin, a análise de conteúdo é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção [...] destas mensagens (1979, p. 42).

Este conjunto de técnicas possibilitou a compreensão dos discursos coletados porque permite que o estudioso construa um conjunto de significados a partir dos significados e significantes que os interlocutores atribuem a sua experiência social e política num dado momento histórico. Busca, ainda, entremear as formulações teóricas com o conteúdo das informações obtidas, numa ampla interlocução entre as interpretações empíricas dos entrevistados, do próprio pesquisador e as formulações teóricas.

2.2 Rompendo o silêncio da História: as mulheres nos estudos historiográficos

Escrever acerca da mulher de um político na gestão do social retoma questões históricas referentes à inserção da mulher na esfera pública e no âmbito da política, bem como a problemática dos estudos referentes à história da(s) mulher(es) e das relações de gênero. A ascensão destas à esfera pública não se deu sem contradições. Os estudos que se debruçaram em tematizá-las na História e nas Ciências Sociais também chamam atenção no que diz respeito ao lugar ocupado por estes sujeitos.

A bipolaridade homem/civilização e mulher/natureza, difundida desde a Antiguidade pelos filósofos gregos, teria rendido às mulheres a sujeição à figura masculina, o

enclausuramento no espaço privado, a inviabilização de sua participação na política, além da invisibilidade na historiografia oficial (GONÇALVES, 2006).

No campo das Ciências Humanas e Sociais, a disciplina que mais demorou a incorporar o estudo acerca das mulheres e de entendê-las enquanto sujeitos históricos foi a própria História. Nesse sentido, a História Tradicional se construía a partir de um “sujeito universal”: o homem, como bem ressalta Soihet & Pedro (2007):

Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade. Mas, também, não eram todos os homens que estavam representados nesse termo: via de regra, era o homem branco ocidental. Tal se devia à modalidade de história que se praticava, herdeira do Iluminismo. Genericamente conhecida como positivista, centrava o seu interesse na história política e no domínio público, e predominou no século XIX e inícios do XX. Esta privilegiava fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais as mulheres pouco apareciam (p. 284).

Outra explicação para o fato das mulheres não ser consideradas como sujeitos históricos até o século XX está na concepção dicotômica da relação entre público e privado, reafirmada entre os séculos XVIII e XIX pelos filósofos iluministas. Trata-se da ideia proposta pelo escritor francês Jules Michelet de associar as mulheres à natureza e o homem à civilização e à cultura. Ora, se as mulheres são entendidas como seres meramente biológicos, as mesmas não podem estar no espaço público porque a natureza se associa à desrazão. Se o espaço público é eminentemente político, é, portanto, racional e destinado aos homens. Daí a legitimação do privado como o lugar a ser ocupado pela mulher e da política como reduto masculino (GONÇALVES, 2006).

Some-se a isso a concepção positivista da História: só interessavam “os grandes feitos e a sagração dos heróis, a reconstituição das biografias dos grandes homens ou a crônica de acontecimentos notáveis” (IDEM, p. 53). Porém, em contraposição a essa concepção de história, é inaugurada, por March Bloch e Lucian Febvre, no início do século XX na França, uma nova corrente historiográfica, conhecida como *Annales*, que “direcionam seu interesse para a história de seres vivos, concretos, e à trama de seu cotidiano, ao invés de se ater a uma racionalidade universal” (SOIHET & PEDRO, 2007, p. 283).

A terceira geração dos *Annales*, mais conhecida como Nova História, irá contribuir para que as mulheres sejam incorporadas à historiografia. É na década de 1960 que

se advém a História das Mulheres na Inglaterra e nos Estados Unidos. Posteriormente, segue-se a França em 1970. De acordo com Burke (1992, p. 10), “[a] nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o 'paradigma' tradicional”.

Tal paradigma concebe que a história diz respeito essencialmente à política, compreendida como ações do Estado. Dá lugar aos “grandes feitos de grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos” (BURKE, 1992, p. 12) e à narrativa desses acontecimentos. Defende que a história deve basear-se em documentos oficiais (aqueles emanados do governo e preservados em arquivos), por isso a defesa da história escrita, tanto que concebe como marco da história da humanidade a invenção da escrita, desvalorizando outros tipos de fontes históricas, como a oral. Na perspectiva tradicional, a história é sempre objetiva, buscando encontrar resposta para os fatos históricos e apresentá-los ao leitor tal como aconteceram. Nesse sentido, a história tradicional busca fundar uma história oficial para os acontecimentos históricos.

Em contraposição às ideias reproduzidas pela História Tradicional, podemos destacar algumas características da Nova História que possibilitaram os estudos históricos acerca das mulheres: a nova história irá propor que toda atividade humana é objeto da história, considerando que a realidade é social ou culturalmente construída. Com isso, dá ênfase à análise das estruturas e inaugura a “história vista de baixo” – aquela que passa a se preocupar “com as opiniões das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social” (BURKE, 1992, p. 12-13) – abrindo a possibilidade de incorporar personagens que estiveram à margem da história oficial – os personagens que fogem à regra dos grandes mártires, dos grandes homens – aos contextos históricos.

A nova perspectiva, por estar preocupada em captar uma diversidade maior de atividades humanas, também se abrirá a uma diversidade maior de fontes e evidências, como é o caso das fontes orais e visuais; está preocupada em compreender os acontecimentos históricos e busca encontrar diversas possibilidades de respostas aos fenômenos históricos. Parte da concepção de que os historiadores analisam os fatos históricos a partir de lugares, contextos, perspectivas e concepções diferentes, por isso a história é permeada de elementos subjetivos, uma vez que, para Burke, “[s]ó percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e esteriótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra” (1992, p. 15).

Para Duby & Perrot, a influência da Nova História representou o “encontro feliz entre a renovação do questionamento histórico e a ‘História das mulheres’” (1991, p. 41). Além das contribuições da nova história para os estudos acerca das mulheres, é possível perceber que a história da história das mulheres não se dá de forma tão linear e sem equívocos, como também está relacionada a fatores históricos que possibilitaram às mulheres despontarem como sujeitos políticos e a ocuparem espaços na esfera pública. A partir dessas formulações, é possível entender porque a história das mulheres busca ser um rompimento com a história tradicional e quanto novo e desafiador é realizar pesquisas nesse campo sem cair nos equívocos de um passado presente.

Alguns equívocos acompanharam o processo de construção da história das mulheres na tentativa de romper com a historiografia tradicional. Os primeiros escritos envolvendo mulheres, ainda na perspectiva da história tradicional, tratavam sobre “biografias das ‘grandes mulheres’, em geral àquelas com trajetórias similares aos congêneres masculinos, o que muitas vezes significava o mesmo que realçar-lhes a visibilidade através do reconhecimento de sua atuação na esfera pública, confirmando-lhes a excepcionalidade” (GONÇALVES, 2006, p. 64).

O início dos estudos referentes à “história das mulheres” teria se dado a partir do surgimento dos movimentos feministas, que, inicialmente reivindicavam os mesmos direitos dos homens. O equívoco dessa perspectiva era conceber as mulheres enquanto categoria homogênea, significando que existia uma essência comum a elas. Tais ideias eram a tônica dos movimentos feministas dos anos 1970 que firmariam o antagonismo homem *versus* mulher, tanto no âmbito da política quanto da história (SOIHET & PEDRO, 2007).

De acordo com as autoras, no final daquela década, instaurou-se um clima de tensão dentro do movimento de mulheres devido à diversidade e complexidade das pautas que se aglutinavam ao movimento, referentes às diferenças de classe, de raça/etnia, geração e sexualidade, possibilitando a introdução da diferença como categoria de análise. O critério da diferença implicou perceber que não existia uma identidade comum entre as mulheres. Foi assim que surgiu a ideia de estudar a diferença na diferença. Não bastava perceber que existiam diferenças entre homens e mulheres, já que estas últimas também se diferenciavam entre si.

Avançando ainda mais na historiografia das mulheres, nos anos 1980, a inauguração da categoria Gênero, cuja principal representante é a historiadora americana Joan Scott, reconhece-se que a diferença entre os sexos é uma construção cultural e não biológica. Nesse sentido, coloca-se enquanto uma categoria útil de análise histórica, possibilitando compreender as relações construídas e simbolizadas entre homens e mulheres em diferentes culturas e momentos históricos. Cabe salientar que os estudos de gênero favorecem a compreensão de que não seria necessário construir uma “história paralela” das mulheres, pois retomando um dos argumentos da Nova História, de que toda atividade humana é objeto histórico, seria possível romper com a noção de sujeitos universais, fossem homens ou mulheres.

Assim, a categoria Gênero proposta por Scott, além de discutir as diferenças entre os sexos, irá propor uma análise dessas diferenças a partir de sua inscrição nas relações de poder (SCOTT, 1990). Para Perrot (1994), a categoria gênero substituiu internacionalmente a “história das mulheres”. Existem, porém, outras pensadoras da temática que compreendem o estudo acerca da história das mulheres necessário, podendo ser realizado a partir da compreensão dos significados dos papéis históricos desempenhados por homens e mulheres, enquanto estudo de memória do passado.

O que busquei ressaltar anteriormente foi como a concepção tradicional acerca do objeto da história e de “como se deve fazer ou contar a História” influenciou e reproduziu o ocultamento das mulheres ao espaço privado, uma vez que só era narrado o que acontecia na esfera pública e os “grandes feitos dos grandes homens”. Depreende-se que o reconhecimento da relevância de narrar os feitos e a vida das mulheres (além de outros grupos e sujeitos “invisíveis” à história tradicional, a chamada história oficial) está relacionado ao processo contraditório de ascensão destes sujeitos à esfera pública, por intermédio de sua organização política, de suas lutas e reivindicações. Como afirma Perrot,

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais (2008, p. 16).

A história das mulheres mudou não por um mero acaso. As lutas dos movimentos de mulheres possibilitou que fossem reconhecidas enquanto sujeitos de direitos. As transformações político-econômicas e sociais possibilitaram sua inserção no mercado de trabalho, o direito ao voto e a participação na política. Tais conquistas não se deram de forma linear ou numa perspectiva evolutiva, sem contradições e tensões, tampouco é possível afirmar que houve um rompimento definitivo com as concepções historicamente forjadas e culturalmente difundidas acerca dos papéis masculinos e femininos.

Os estudiosos das mulheres e de gênero ainda têm encontrado desafios na construção de suas pesquisas, seja pelos embates teóricos que giram em torno desse objeto, seja pelo acesso às fontes documentais. Tendo em vista que a historiografia brasileira se centrou mais nos estudos acerca da história da família, do casamento e da sexualidade do que sobre a mulher (PRIORI, 1998), na atualidade

[...] a divergência de posições, os debates e controvérsias marcam o cenário; quadro que se nos afigura dos mais promissores, e que coincide com a diversidade de correntes presentes na historiografia atual. Diversidade que se manifesta na existência de vertentes que enxergam a teoria como ferramenta indispensável à construção do conhecimento histórico sobre as mulheres, até as que relativizam a sua presença, em nome do caráter fluido, ambíguo, do tema em foco: as mulheres como seres sociais (SOIHET & PEDRO, 2007, p. 296).

No que diz respeito ao acesso às fontes documentais, com o advento da Nova História, foi possível compreendê-las para além das fontes oficiais. Ampliada a possibilidade de fontes, também se ampliam as possibilidades de interpretação e significação acerca das mulheres. Além disso, algumas fontes oficiais, outrora desprezadas, mostram-se úteis à história das mulheres e de gênero. Passam a ser valorizados(as): processos-crime, fontes policiais, jornais, diários, cartas, fontes eclesiásticas, material iconográfico, bem como a história oral (GONÇALVES, 2006).

Coloca-se, pois, como desafio aos estudiosos da temática tanto romper com perspectivas que limitam o horizonte de análise e que incompatibilizam os estudos sobre as mulheres com os estudos de gênero quanto quebrar os estereótipos e o silêncio que rodearam as mulheres historicamente, inclusive, garantindo que elas narrem sua própria história, uma vez que, por muito tempo, falou-se das mulheres ou sobre as mulheres, mas os estudos a partir das mulheres são um desafio inaugurado com a “história vista de baixo”.

Segundo Soihet e Pedro, os estudos contemporâneos têm dado

[Ê]nfase na utilização da categoria ‘gênero’ na análise da esfera da política formal, em termos do exercício do voto e manejo do poder nas instituições do governo; preferência pela abordagem do cotidiano, “redescoberta de papéis informais, de situações inéditas e atípicas” que possibilitem o desvendamento de processos sociais invisíveis, ante uma perspectiva normativa (2007, p. 296).

Estudos desse tipo são de grande relevância porque possibilitam pensar a mulher não apenas sob a ótica da desigualdade e da subalternidade, mas enquanto sujeitos que resistiram e ascenderam à esfera pública, buscando romper com a imagem de “mulher do lar”, reservada aos foros íntimos e privados. Outras contribuições consistem em trazer à tona os mecanismos que possibilitaram essas conquistas e as contradições inerentes a esse processo ainda pertencente à temática gênero ser alvo de calorosos debates. Destaca-se ainda no rol das contribuições o desvelar das relações de poder que se forjam nos espaços supostamente invisíveis, ou, como afirma Rocha-Coutinho (1994), aquilo que se tece por trás dos panos.

Assim, as discussões que buscam compreender as relações de gênero e poder se configuram imprescindíveis para o desvelamento dos processos histórico-culturais que fundamentaram o destino das mulheres à execução de papéis subjacentes, complementares e, na maioria das vezes, considerados inferiores, alijado de sentido político e da participação destas na esfera pública, numa clara relação com o imaginário que fundamentou historicamente uma cultura de subordinação do feminino ao masculino.

Como foi dito anteriormente, as mudanças ocorridas na “forma de narrar a História” relacionam-se com as mudanças da própria História. Em outros termos, foi possível contar a história das mulheres ou realizar estudos que deram visibilidade a elas porque elas saíram da ocultação dos espaços privados. Se é possível que se dê voz a esses personagens, é porque são sujeitos históricos e não apenas objeto da história.

3. A ARTE DE FAZER POLÍTICA NO CEARÁ: O DISCURSO DA MODERNIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO PÚBLICO

A política é um esforço tenaz e enérgico para atravessar grossas vigas de madeira. Tal esforço exige, a um tempo, paixão e senso de proporções. É perfeitamente exato dizer – e toda a experiência histórica o confirma – que não se teria jamais atingido o possível, se não se houvesse tentado o impossível. Contudo, o homem capaz de semelhante esforço deve ser um chefe e não apenas um chefe, mas um herói, no mais simples sentido da palavra. E mesmo os que não sejam uma coisa nem outra devem armar-se da força de alma que lhes permita vencer o naufrágio de todas as suas esperanças. Importa, entretanto, que se armem desde o presente momento, pois de outra forma não virão a alcançar nem mesmo o que hoje é possível. Aquele que esteja convencido de que não se abaterá nem mesmo que o mundo, julgado de seu ponto de vista, se revele demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para merecer o que ele pretende oferecer-lhe, aquele que permaneça capaz de dizer “a despeito de tudo!”, aquele e só aquele tem a “vocaçãõ” da política (WEBER, 1993, p. 123-124).

A citação de abertura corresponde às interpretações do autor sobre a política, entendida como direção do Estado, e suas reflexões acerca do homem político que vive da e/ou para a política. Quem vive para a política a transforma em “fim de sua vida”, seja pelo gozo da posse do poder, seja porque nela encontra uma “causa” que dá significação à sua vida; já quem vive da política, encontra nela uma permanente fonte de rendas (WEBER, 1993).

Carvalho (2002) afirma que, tradicionalmente, a arte da política foi condensada ao exercício das chefias políticas, porém, “[o] chefe político [...] não é necessariamente o que ocupa postos ou cargos no governo, mas o que exerce o comando sobre o eleitorado na condição de dono de votos” (IDEM, p. 13). Seguindo o pensamento da autora, pode-se inferir que a causa que um homem político venha a defender poderá estar embasada em diversos interesses, desde os mais privados até os mais coletivos e democráticos, conferindo legitimidade a um político que depende do contexto histórico no qual está situado e dos interesses que o permeiam.

As questões a ser levantadas nas próximas linhas têm por objetivo clarear o olhar acerca do que conferiu legitimidade às ações voltadas para o social, mediadas por interesses políticos diversos. Além da acepção clássica de que a política se refere às ações legítimas do Estado e o uso de sua força, não se pode esquecer das contribuições de Foucault (1984) sobre as considerações do poder, entendido como correlação de forças. Nesse sentido, o poder não se exerce apenas de cima para baixo, mas também em seu sentido contrário, enquanto

estratégias e táticas de grupos considerados dominados.

Assim, se vou me utilizar da compreensão de Weber (1993) acerca do “poder tradicional” e do “poder legal” é por acreditar que suas contribuições teóricas servirão para elucidar as facetas da arte de fazer política aqui no Ceará. Entendendo, contudo, que a concepção de poder do autor difere de Foucault, uma vez que o está considerando enquanto dominação legítima do Estado na sociedade, entendendo “por política apenas a direção do agrupamento político hoje denominado “Estado” ou a influência que se estabelece em tal sentido” (WEBER, 1993, p. 55).

Embora seja arriscado utilizar as ideias desses autores a partir de um diálogo entre eles, tendo em vista suas diferenças teóricas, lanço-me nessa empreitada uma vez que não será possível entender como se processaram as ações voltadas para o social, sem entender o papel do Estado e dos grupos que estiveram no poder no período em análise e, ainda, sem problematizar as relações que estabeleceram com a população cearense naquele período. Assim, Weber nos ajudará a compreender “o papel do homem público no exercício de sua vocação”; Foucault, a elucidar as contradições originárias desse exercício, uma vez que “[a]s relações de poder trazem à tona a percepção da circularidade que essas relações formam no meio social. Estas perpassam o Estado, o atravessam, estão dentro como também estão fora do Estado e nunca favorecem a só um” (FILHO & VASCONCELOS, 2007, p.11).

Nesse sentido, buscarei analisar o período que compreende a atuação de Virgílio Távora enquanto chefe político no Ceará, bem como os bastidores da política cearense que figuraram como pano de fundo da atuação de Luíza Távora no social.

3.1 A Arte de fazer política: entre o patrimonialismo e a burocracia

Para discutirmos acerca do patrimonialismo e da burocracia não podemos esquecer das contribuições de Weber (1993) quanto aos tipos de dominação, conhecidos como “tipos-ideais”: a dominação tradicional, destacando-se o patriarcalismo e o patrimonialismo, a dominação carismática e a dominação racional-legal, cujo tipo mais puro é a burocracia. Para analisarmos o período estudado, utilizar-nos-emos a conceituação de Weber acerca do patrimonialismo e da burocracia e, ainda, das contribuições de Faoro (2001), Bresser-Pereira

(1996), Schwarz (1991), dentre outros.

O patrimonialismo se funda na tradição e, de acordo com Weber (2009), a dominação patrimonial caracteriza-se pela descentralização do poder doméstico, através da divisão de terras ou de pecúlio aos filhos e a pessoas dependentes do círculo familiar. Teria mediado a maioria das monarquias européias, assim como afirma Bresser-Pereira, o patrimonialismo

definiu as monarquias absolutas, no qual o patrimônio público e o privado eram confundidos. Nesse tipo de administração o Estado era entendido como propriedade do rei. O nepotismo e o empreguismo, senão a corrupção, eram a norma. Esse tipo de administração revelar-se-á incompatível com o capitalismo industrial e as democracias parlamentares, que surgem no século XIX. É essencial para o capitalismo a clara separação entre o Estado e o mercado; a democracia só pode existir quando a sociedade civil, formada por cidadãos, distingue-se do Estado ao mesmo tempo em que o controla. Tornou-se assim necessário desenvolver um tipo de administração que partisse não apenas da clara distinção entre o público e o privado, mas também da separação entre o político e o administrador público. Surge assim a administração burocrática moderna, racional-legal (1996, p. 4-5).

No patrimonialismo, a administração pública é exercida como patrimônio do chefe, ou seja, o líder político comanda seus atos a partir de interesses privados e coloca a máquina pública a seu favor. O que prevalece no patrimonialismo é a lealdade ao chefe político pela via da tradição. De acordo com Faoro (2001), no caso brasileiro, o patrimonialismo não teria sido vivenciado em sua forma “pura” tendo em vista a herança do patrimonialismo português e sua imbricação com capitalismo inglês, moderno e burocrático. Assim, o Brasil adota uma política burocrática, sem deixar de recorrer às relações patrimoniais tradicionais.

Uma das expressões desse patrimonialismo à brasileira é a figura do coronel que, segundo Faoro (2001), atua como uma extensão do poder político, arregimentando votos e garantindo justiça, segurança e atendimento às necessidades da população rural que a ele se submetia com vistas à garantia de sua proteção.

De acordo com o autor,

O coronelismo se manifesta num "compromisso", uma "troca de proveitos" entre o chefe político e o governo estadual, com o atendimento, por parte daquele, dos interesses e reivindicações do eleitorado rural. As despesas eleitorais cabem, em regra, ao coronel, por conta de seu patrimônio. Em troca, os empregos públicos, sejam os municipais ou os estaduais sediados na comuna, obedecem às suas indicações. Certas funções públicas, não institucionalizadas, estão enfeixadas em suas mãos. Daí que o coronel, embora possa ser oposicionista no âmbito municipal — coronel contra coronel —, há de ser governista no campo estadual e federal

(FAORO, 2001, p. 752).

De acordo com Leal (1975), “[o] ‘coronelismo’ é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido e a decadente influência social dos chefes locais” (p. 20). Assim, “qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o ‘coronel’ que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto” (p. 23).

Para Parente (2000), porém, não é possível falar em coronelismo no Ceará a partir das características apresentadas por Faoro e Leal, tendo em vista que aqui não houveram oligarquias agrárias fortes, como aconteceu em outros estados do Nordeste. A expressão “O Ceará dos Coronéis”, muito utilizada para designar o período em que Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals se revezaram na direção da máquina pública cearense, teria sido cunhada em referência à patente desses gestores, que eram militares de carreira, e não ao fenômeno do coronelismo como expressão do patrimonialismo. O coronelismo cearense também não está associado ao título de coronel, dado ao senhor de terras que se integravam à Guarda Nacional durante o Império.

No caso de Virgílio Távora, um dos três “coronéis” citados, era tenente-coronel do exército. Seguiu duas tendências de sua família: o militarismo e a política. No primeiro governo de Getúlio Vargas, seu pai, Fernandes Távora, havia sido o primeiro interventor do Ceará e, posteriormente, participou da Assembleia Constituinte de 1934. Fernandes Távora era também o chefe político da União Democrática Nacional (UDN), partido de oposição da época. Seus tios, os militares Juarez Távora e Joaquim Távora, também se projetaram na política nacional. Assim, Virgílio se estabeleceu como político reconhecido no Ceará, não pela sua ligação com os fazendeiros, mas pelo prestígio político nacional da tradição de sua família.

A esse respeito, Carvalho também afirma que interpretar o “coronelismo” cearense na linha argumentativa de Faoro e Leal não teria sentido tendo em vista que “o Estado, via políticas de desenvolvimento rural, unificou a nova natureza da terra não mais como mera ‘condição natural’ de produção, mas como equivalente de capital” (CARVALHO, 1991, p. 69). Nesse sentido, o “coronelismo” no Ceará, se existiu, não seguiu as mesmas características do coronelismo experienciado, por exemplo, na Bahia. Aqui, este fenômeno

ganha certa independência em relação à influência dos donos de terra, posto que as táticas para angariar votos se estabeleceram a partir das relações de lealdade entre os próprios políticos, que negociavam seus votos diretamente com a população a partir de práticas clientelistas.

Nesse sentido, é possível afirmar que o que houve aqui no Ceará foi o recurso ao clientelismo, não ao coronelismo, como tática de manutenção do poder por parte das elites políticas. Assim, o que garantia legitimidade a um grupo político ou a outro se determinava tanto pelas alianças que faziam entre si, as conhecidas “manobras” políticas, quanto pela capacidade de estabelecer a prática do favor com a população. Nesse sentido, a oposição era quase inexistente. Havia um acordo entre os três “coronéis” para que cada um comandasse a política por um tempo, possibilitando uma rotatividade entre eles na ocupação dos cargos do executivo e do legislativo.

Quanto ao outro aspecto mencionado, cabe aqui retomar a ideia de Foucault (1984) de que o poder emana de toda a parte: não façamos uma leitura unilateral de que apenas as elites políticas se beneficiavam da prática do favor. O próprio povo se utilizava desse tipo de relação a fim de conseguir emprego para seus parentes, nomeação em cargos públicos, tratamentos de saúde, etc, inclusive sugerindo que, em troca, poderiam conseguir muitos votos para aquele político, como já destacou Morais (2011) ao analisar as cartas endereçadas a Virgílio, tendo Luíza como intermediária, durante o período em que este foi Ministro da Viação e Obras Públicas, antes de seu primeiro mandato como governador. De acordo com a autora, “[a]lguns missivistas, realmente, se mantêm informados sobre os acontecimentos políticos e fazem questão de mencionar em suas cartas o que é divulgado pela imprensa de positivo, para assim, ‘facilitar’ o recebimento da demanda desejada” (p. 28). Acrescenta, ainda, que:

Os remetentes, em muitos casos, relatavam que sempre votaram nos membros da família Távora. Percebe-se que o poder é algo difuso que está em todos os lugares e não apenas de um lado. Dessa forma tanto Luíza como os remetentes constroem suas formas de poder para igualmente interagirem de forma que as vantagens atinjam a todos (MORAIS, 2011, p. 23).

Perceba-se a atuação de Luíza Távora como intermediária da troca de favores e como articuladora política, que será fruto de problematizações nos próximos capítulos desse trabalho. De acordo com Schwarz (1991), as relações de favor irão se estabelecer entre homens livres que se tornam dependentes de um grande, tanto para terem acesso à vida social

quanto aos seus bens. Assim, se, como afirma o autor, o favor é a nossa mediação universal, este, “ponto a ponto pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais” (IDEM, p. 17).

Ao contrário do chamado “voto de cabresto” em que a pessoa devia lealdade ao coronel e seu voto era determinado por ele, no clientelismo, ganha os votos o político que mais fizer favores aos seus eleitores. Assim, o clientelismo estabelece uma via de mão dupla. Está claro, porém, que embora o povo seja “beneficiado”, seu destino está na mão do político, uma vez que o pedido pode ou não ser atendido, daí essa relação não ser tão harmoniosa como se pensa.

Analisando esse período, Parente (2004) aponta que “Virgílio [...] não acreditava na estrutura partidária cearense [...]. Se a fidelidade estava em decorrência dos benefícios que o Estado poderia oferecer, naquele momento o voto já era muito mais caro do que o tradicional curral eleitoral” (p. 397).

Assim, se o angariar votos não estava mais restrito ao curral eleitoral e sim às ações do político em relação ao eleitor, aí encontramos outra explicação para o fato do coronelismo não ter sido a tônica da política cearense daquela época: a tentativa que se gestava no plano nacional, desde a década de 1930, de se romper com as práticas clientelistas em nome da instauração da reforma burocrática. Ou seja, o Ceará vinha passando por um processo de transição: saindo de uma política de cunho patrimonial para uma mais burocrática e desenvolvida. Ressalve-se que todo período de transição apresenta contradições, e isso se dá pela tensão entre o “velho que não quer morrer, e o novo que teima em se consolidar”.

De acordo com Barbalho (2007),

Como se observa, esse período da política cearense é marcado pela complexidade das relações sociais, econômicas e políticas acionadas pelos três chefes políticos e que não se limitam aos qualificativos usuais do conceito de coronelismo tais como: tradicional, conservador, provinciano, rural, pré-capitalista etc. Se, de um lado, persistem as práticas clientelistas e autoritárias (que não são exclusivas do coronelismo mas características do autoritarismo da sociedade brasileira), de outro, novos elementos e valores, afinados com o ideário da modernização, são agregados por estes políticos: burocratização do poder público, planejamento governamental, desenvolvimento econômico por meio da industrialização etc. (p. 33).

Para Weber (1974) a burocracia é um fenômeno moderno, caracterizando-se pela

separação do que deve ser operacionalizado pela esfera pública e pela esfera privada. No âmbito público, ela se denomina “autoridade burocrática”, no âmbito privado, “administração burocrática”. A burocracia, longe de ter um sentido pejorativo como passou a significar no Brasil, possibilita organizar e sistematizar ações para toda a sociedade. Tem um caráter racional, possui regras, meios, fins e objetivos. O autor assinala que o exercício da burocracia concentra o poder em centros de gerência responsáveis pelo planejamento, concepção, direção e tomada de decisões dentro das instituições por profissionais especializados e tecnicamente qualificados.

Na administração pública burocrática racional-legal, os governantes políticos devem ser assessorados por equipes de técnicos qualificados nas áreas de intervenção do Estado. Os cargos de direção devem ser ocupados não pelo favorecimento político, como acontecia no regime patrimonialista, mas pela competência técnica. É importante assinalar, porém, que houve uma hibridação desses dois modelos no Brasil. A nova proposta de administração pública se sobrepôs à tradicional.

De acordo com Weber (1986),

Toda a história do desenvolvimento do Estado moderno, particularmente, identifica-se com a da moderna burocracia e da empresa burocrática, da mesma forma que toda a evolução do grande capitalismo moderno se identifica com a burocratização crescente das empresas econômicas. As formas de dominação burocrática estão em ascensão em todas as partes (p.130).

Um modelo de administração pautado na burocracia, nos moldes weberianos, começou a ser gestado no Brasil, durante seu processo de entrada na Era Moderna, por volta de 1936, com a primeira reforma administrativa da máquina estatal brasileira, realizada por Maurício Nabuco e Luís Simões Lopes, no Governo Vargas, que tinha por objetivo substituir a administração patrimonialista que acompanhava o país ao longo do processo de sua formação (BRESSER-PEREIRA, 1996).

Cabe aqui caracterizar em que consistiu essa reforma: o Brasil vinha de uma política baseada na “República Café-com-Leite”, onde se revejavam no poder as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, caracterizando-se numa política extremamente patrimonialista. O colapso da oligarquia cafeeira na década de 1920, em decorrência da crise do café, o nascimento de novas classes sociais e o início da industrialização no país punham em xeque o Antigo Regime. Esse contexto teria possibilitado a ascensão de Vargas ao poder, através de

um Golpe Militar em 1930 e a instauração de uma centralização político-administrativa, conhecida como “Era Vargas”, ainda não vista no país. De acordo com Abu-El-Haj (2010), esse tipo de administração “caracteriza-se por uma combinação de intervenção política do governo federal nos estados, com uma centralização administrativa inspirada na organização racional-legal das instituições governamentais” (p. 3), nos moldes de Weber.

De acordo com o autor, os responsáveis pela reforma administrativa do governo Vargas, propunham o modelo administrativo racional-legal baseado em seis princípios que se contrapunham à política patrimonialista da época: “funcionários públicos sem lealdades políticas; hierarquias e regras bem definidas; permanência e estabilidade no emprego; institucionalização derivada de um perfil profissional bem demarcado; regulação interna para evitar arbitrariedades, isonomia salarial e das condições contratuais” (ABU-EL-HAJ, 2010, p. 6).

Abu-El-Haj aponta, ainda, as características de instituições inscritas numa administração pública racional-legal:

existência de instituições gerenciadas por uma racionalizada burocracia; divisão de funções; autoridade limitada do cargo; remuneração fixa e de acordo com a posição; especialização técnica do funcionário; a dedicação exclusiva; carreiras estáveis; separação entre a propriedade do funcionário e os bens públicos e comunicações escritas e documentadas. Três termos resumem a cultura organizacional desse tipo: impessoalidade, imparcialidade e neutralidade (2010, p. 7-8).

Este foi o modelo adotado pelo Departamento de Administração do Serviço Público – DASP, instituído como centro de planejamento estratégico da Reforma Administrativa. Tal órgão, porém, foi retomado pelas elites conservadoras com a deposição de Vargas do poder em 1945, que, “sob o pretexto da redemocratização, retomaram as suas práticas clientelistas e invadiram as instituições públicas, pilhando o Estado e seus fundos públicos” (ABU-EL-HAJ, 2010, p. 11).

A reforma burocrática teria fracassado, sendo cooptada pelo patrimonialismo, porém, tinham sido dados os primeiros passos do Brasil rumo a uma política desenvolvimentista:

A experiência daspiana não foi inteiramente perdida. Apesar do seu desaparecimento como núcleo estratégico dentro da administração pública, deixou o embrião de uma nova ética pública, endossada pelas forças democráticas. Noções básicas de um “público universal”, estado racional a serviço do bem-estar geral da sociedade e um conceito de instituições públicas, resistentes às manipulações políticas são heranças

que sobrevivem, como doutrinas administrativas consagradas, na sociedade brasileira. Muitos dos daspianos permaneceram no setor público e tiveram um papel decisivo no planejamento industrial. Alguns dos ícones do desenvolvimentismo iniciaram suas carreiras no seletivo quadro daspiano [...] (IDEM).

A reforma burocrática naquela época buscava atender ao imperativo de industrialização e de desenvolvimento nacional que começava a ser implementado no país, embora o nacional-desenvolvimentismo só venha se consolidar na década de 1950, como se verá no tópico seguinte.

3.2 As propostas de desenvolvimento para o Ceará: modernizar conservando?

A atuação de Virgílio Távora à frente do Governo do Estado foi decisiva para a aceleração do Ceará na rota de se consolidar como o terceiro Pólo Industrial no Nordeste, que se efetivará com todo seu potencial apenas na sua volta ao governo em 1979, indicado por Geisel. Távora plantou, naquele primeiro momento – 1963-66 –, as bases desse processo que culminará numa industrialização mais intensa. A obra estrutural mais significativa nesse primeiro governo foi ter trazido a energia de Paulo Afonso para o Estado. No seu retorno ao governo (1979-1982), ele toma um conjunto de iniciativas que consolidará o processo de industrialização. Concretizada a infraestrutura de transporte, habitação, entre outros, para a instalação do distrito industrial de Maracanaú, na grande Fortaleza, houve o empenho pessoal para a aprovação de projetos privados pela SUDENE, no sentido de dar vida àquele empreendimento, até estimulando a instalação de empresas do Sudeste, naqueles setores tradicionais e mais identificados com a vocação industrial cearense, como o grupo Gerdau, Vicunha, Têxtil Machado, Artex, entre outras (PARENTE, 2004, p. 398).

De acordo com o balanço feito por Parente na citação de abertura, percebe-se que é com Virgílio Távora que se intensifica no Ceará o processo de modernização, com a energia elétrica chegando a Fortaleza, através da hidrelétrica de Paulo Afonso; com a instalação do 1º Distrito Industrial do Ceará (em Maracanaú) recebendo suas primeiras fábricas. “Virgílio Távora representa [...] a elite esclarecida e administrou com competência a transição para a modernidade” (PARENTE, 2004, p. 398).

As propostas de Virgílio para a modernização do Ceará não estavam deslocadas do contexto político-econômico da época: desde a década de 1930 o Brasil vinha buscando romper com sua tradição de país agropecuário e tentando entrar nas fileiras da industrialização, rumo à modernização. Esse processo se intensifica na década de 1950, a partir da proposta nacional-desenvolvimentista.

De acordo com Mantega (1984),

o desenvolvimentismo foi a ideologia que mais diretamente influenciou a economia política brasileira [...] e se constituiu na bandeira de luta de um conjunto heterogêneo de forças sociais favoráveis à industrialização e à consolidação do desenvolvimento capitalista nos países de ponta desse continente (p. 23).

De acordo com essa ideologia, para transformar os países agroexportadores periféricos em nações desenvolvidas, era necessária a participação do Estado na economia, por meio do planejamento global. Assim, o desenvolvimentismo tinha como base a política econômica e o planejamento governamental. A Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL foi a principal difusora desse pensamento e responsável pela coordenação das políticas de desenvolvimento para os países latino-americanos na década de 1950.

Conforme ressaltado no tópico anterior, desde a Era Vargas se buscava industrializar o Brasil e, com isso desenvolvê-lo. Porém, mesmo com a Reforma Burocrática, não foi possível quebrar com as oligarquias. O que aconteceu na década de 1930 foi uma conciliação entre agroexportação e industrialização, na avaliação de Mantega:

[...] propunha-se um avanço mais acentuado da industrialização por meio da proteção tarifária e com base na infra-estrutura a ser proporcionada pelo Estado, mantida a importância do setor exportador enquanto fornecedor, tanto das divisas para as crescentes importações brasileiras, quanto das matérias-primas e alimentos requeridos pela expansão urbano-industrial; tudo isso orientado e sincronizado pelo planejamento estatal (1984, p. 27)

Some-se a isso o fato de ter tentado desenvolver o país apenas do ponto de vista econômico e social, mantendo-se intocadas as instituições políticas. As reformas de cunho econômico-social visavam a elevação da renda *per capita*, a melhoria do nível de vida da população e o aumento da qualificação dos técnicos brasileiros. As reformas sociais, no entanto, ainda se limitavam a práticas meramente assistenciais através da criação do famoso “sistema S¹⁰” ou de benefícios indiretos advindos da nova política industrialista (MANTEGA, 1984).

A ideologia desenvolvimentista intervencionista do governo Vargas ganhará adeptos e inaugurará a ideia de nação forte e o sentimento nacionalista que acompanhará a política desenvolvimentista nas próximas décadas. Tal nacionalismo, porém, não excluía a chamada “colaboração internacional”.

¹⁰ Composto pelas seguintes instituições criadas no governo Vargas: Serviço Social de Aprendizagem Industrial – Senai, Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio – Senac, Serviço Social do Comércio – Sesc e Serviço Social da Indústria – Sesi.

A CEPAL surge na década de 1940 e sua principal preocupação é explicar o subdesenvolvimento dos países latino-americanos, propondo medidas que pudessem solucioná-lo. A explicação: países com atividades agrárias e voltadas para o mercado externo, com baixo nível de integração e de expansão industrial, altas taxas de desemprego, com problemas na balança de pagamentos e a transferência para o exterior dos incrementos de produtividade nunca deixarão de ser economias periféricas. A saída: implementar uma política de desenvolvimento industrial que promova a reforma agrária, melhore a alocação de recursos e impeça a evasão da produtividade.

Era necessário voltar o desenvolvimento “para dentro”. Nesse sentido, a industrialização é o meio mais eficiente para se obtê-lo, tendo o Estado centro racionalizador da economia, não prescindindo da ajuda do capital internacional. Assim, se se fazia uma crítica ao imperialismo e à economia voltada “para fora”, esta se dirigia apenas ao imperialismo agroexportador, sendo completamente viável contar com o investimento estrangeiro para o desenvolvimento industrial. Funda-se um nacionalismo que não hostiliza por completo o capital estrangeiro.

A proposta cepalina deu certo em termos econômicos, mas no final da década de 1960, encontramos um Brasil com as condições sociais da população cada vez mais precárias. Revela-se a “incapacidade da industrialização dessa época de eliminar a miséria e as disparidades sociais, uma vez que estas ‘iam se agravando ao invés de diminuir’” (MANTEGA, 1984, p. 44).

Por muito tempo se atribui o problema do subdesenvolvimento à pobreza. A CEPAL foi influenciada por essas ideias, defendidas especialmente por Nurkse em sua teoria do “círculo vicioso da pobreza” e por Myrdal com a teoria do “capitalismo bonzinho”. A primeira, defendia que o baixo nível de renda da população, destinada à satisfação de suas necessidades, não possibilitava que se sobrasse para investimentos. A baixa taxa de investimentos nos países de população pobre não resultava em progresso técnico da produtividade e era isso que mantinha a renda da população baixa. Assim, o progresso tecnológico não acontecia porque a população não conseguia elevar sua renda, não tinha poder de compra. Sem a economia circular, não havia investimento e a expansão industrial ficava limitada. A saída para esse círculo vicioso era garantir “ondas recorrentes de investimento” através da ação coordenadora e planificadora do Estado, que também seria

responsável por estimular a iniciativa privada.

Myrdal entendia que a causa do subdesenvolvimento era a distância entre países ricos e periféricos, agravada pelo livre jogo de mercado que prejudicava os últimos. Para que isso fosse superado, a seu ver, era necessário instituir políticas de integração nacional embasadas no “interesse comum de toda a nação, isto é, pelo *nacionalismo* que consegue a mobilização das massas em torno de objetivos comuns em prol de níveis mais elevados de bem-estar social” (MANTEGA, 1984, p. 54), sem esquecer da solidariedade e cooperação internacional na forma de empréstimos e financiamentos.

Na opinião de Myrdal, a democracia ocidental era a mais indicada para garantir o desenvolvimento nesses moldes, pois nesse tipo de regime as massas podem se organizar para reivindicar melhores condições de vida. É na defesa de “ideário democrático” que o pensador afirma que o Estado desenvolvimentista deve interferir a favor dos pobres, dissolvendo as disparidades regionais e elevando o padrão de vida da população. “Em resumo, o conflito social deveria arrefecer à medida que o capitalismo se tornasse mais avançado, desembocando no ‘Estado de Bem-Estar’” (MANTEGA, 1984, p. 56). Propõe-se, pois, um “capitalismo bonzinho” que através do desenvolvimento econômico iria possibilitar a melhoria das condições de vida da população, em oposição ao capitalismo selvagem da primeira fase da Revolução Industrial.

A tese de que a reboque do desenvolvimento econômico se garantiria o desenvolvimento social será a tônica do discurso desenvolvimentista a partir da década de 1950 no Brasil, no governo Juscelino Kubitschek, justificando afirmações do teor da de Roberto Campos, assinalada por Abu-El-Haj (2010, p. 14):

(...) a opção pelo desenvolvimento implica a aceitação da idéia de que é mais importante maximizar o ritmo de desenvolvimento econômico, que corrigir as desigualdades sociais. Se o ritmo de desenvolvimento econômico é rápido, a desigualdade pode ser tolerável e pode ser corrigida a tempo. Se baixa o ritmo de desenvolvimento por falta de incentivos adequados, o exercício da justiça distributiva se transforma numa repartição de pobreza.

Percebe-se, porém, que isso não se consolidou na prática tendo em vista que o crescimento econômico só aumentou os níveis de pobreza da população brasileira devido ao aumento galopante das taxas de juros e da inflação. Assim, o crescimento econômico não precluiu os direitos sociais e o gasto com o social na década de 1950 ficou refreado pelos

investimentos públicos voltados para a industrialização - daí vem a expressão “modernização conservadora”. O Brasil conseguiu sair de uma economia tradicionalmente agrária para uma economia industrial, mas isso não garantiu o rompimento com as elites, nem o acesso da população a melhores condições de vida como se havia apregoado. Assim, modernizam-se a economia e o Estado, mas as conquistas sociais e políticas continuam defasadas, num desencontro entre economia e sociedade.

A partir dessa digressão histórica, encontramos os fundamentos da proposta de desenvolvimento de Virgílio Távora para o Ceará, que, para além da preocupação com a economia, voltava-se para a valorização do homem, como se pode conferir através da reprodução de trechos do programa de governo deste, quando candidato pela primeira vez a governador do Estado em 1962. Ao definir desenvolvimento, o programa de governo aponta:

No processo desenvolvimentista não se pode dissociar o fato social do fato econômico porque ambos visam, através do aumento da disponibilidade de bens e serviços, à criação de condições de bem estar da coletividade. Refiro-me, notadamente, à criação de fatores de existência humana mais digna, mais justa, mais cristã e que importem na efetiva melhoria do homem no quadro social. Para atingir-se esse objetivo, que é a constante histórica do presente momento, faz-se mister a valorização técnica, econômica e social da pessoa humana, expressa em níveis mais elevados de produtividade e de consumo. Quanto a maior disponibilidade de bens e serviços, comporta-se a adoção de processos novos do aproveitamento da capacidade para os investimentos, inclusive os pertinentes a Programas de Cooperação Internacional. Para superar-se o subdesenvolvimento tem que se mudar de atitude, de comportamento, num esforço inaudito e que se intensifiquem ao máximo os resultados da aplicação de recursos escassos. O planejamento é o meio adequado para vencer a natural deficiência da nossa vetusta ordem social e econômica (PROGRAMA DE GOVERNO DE VIRGÍLIO TÁVORA, 1962, p. 3-4).

Percebe-se que a proposta de Virgílio para o desenvolvimento do Ceará está antenada com as propostas nacionais, cujo foco era garantir o desenvolvimento social a partir do desenvolvimento econômico, através de investimentos e da intervenção do Estado via planejamento e como captador de recursos internacionais. Assim, o foco dado no social no governo Virgílio Távora não se dá por acaso. Suas propostas também irão transitar entre a modernidade e a tradição, no sentido em que foca o social, mas ainda não são criados mecanismos de participação da população nas decisões políticas, beneficiando muito mais as elites do que a população.

Segundo Barbalho (2007):

Virgílio Távora [...] foi o estrategista fundamental da transição do “conservadorismo” para a “modernidade” ocorrida entre 1945 e 1985. Portanto,

muito mais que ruptura o que ocorreu foi a transição no poder entre uma elite conservadora, mas já imbuída de ideais e ações modernizantes, para uma elite moderna (p. 33).

Embora as ações voltadas para o social em seu governo tenham sido inovadoras se comparadas com os governos anteriores, ainda serão encontrados os traços da modernização conservadora, uma vez que, como afirma Oliveira (1981), aqui no Nordeste isso foi agravado pela subordinação de nossa economia à dos estados do Sudeste.

3.3 O planejamento público e as propostas para o social

De acordo com Barbosa, “o planejamento sempre tratou de definir e alcançar objetivos no futuro ou, dito de outra maneira, definir um futuro desejado e os meios eficazes de alcançá-lo” (1987: p. 37). Assim, segundo o mesmo autor,

o planejamento pode ser definido [...] como o processo de decisão que objetiva uma ótima combinação de atividades em uma área específica e através do qual a utilização dos instrumentos de política deve ser coordenada, considerando os objetivos e as limitações impostas pelos recursos disponíveis (IDEM, p. 40).

As características comuns do planejamento são: sua visão prospectiva, articulando-se, porém, com o passado e o presente, através de processos prévios de avaliação do que foi realizado anteriormente e diagnóstico da realidade; visa objetivos determinados, é, portanto, instrumento de poder; implica na existência de um sujeito, de alguém que planeja; define cursos, caminhos, ações alternativas que possibilitem de forma organizada alcançar o desejado; analisa criteriosamente as alternativas disponíveis; e antecipa soluções para problemas previsíveis, especificando as medidas que devem ser adotadas para superar os obstáculos. O planejamento é, por definição, um processo político (BARBOSA, 1987).

Acerca do planejamento como processo político, Oliveira (1981) afirma:

O padrão “planejado” não é [...] senão uma forma transformadora de conflito social, e sua adoção pelo Estado em seu relacionamento com a sociedade é, antes de tudo, um indicador do grau de tensão daquele conflito, envolvendo as diversas forças e os diversos agentes econômicos, sociais e políticos. O planejamento não é encarado, portanto apenas como uma técnica de alocação de recursos, em qualquer nível, nem como uma panacéia [...] (p. 23).

Neste sentido, ao adotar o planejamento estratégia administrativa, o poder político constituído deixa transparecer a quais interesses atende e de quais grupos. Assim, essa ferramenta de gestão não se caracteriza neutra. Para o autor, “o planejamento num sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital”

(IDEM, p. 24). Desta feita, cabe salientar que, no Brasil, as primeiras iniciativas dos governos rumo ao planejamento tinham por objetivo o desenvolvimento econômico e a inscrição do país no circuito internacional do capital.

As primeiras formas de planejamento governamental no Brasil são recentes. Datam da segunda metade da década de 1950, período em que se reforça a ideologia desenvolvimentista. Os primeiros Planos elaborados no âmbito da administração pública nacional foram os de Juscelino Kubitschek – Plano de Metas e de João Goulart – Plano Trienal. Este último consolidou “o conceito de que o planejamento é inerente à ação governamental” (BARBOSA, 1987: p. 121). Segundo Silveira (2007), porém, o primeiro esboço de plano governamental que incluiu setores sociais, foi o Plano Salte¹¹ do governo do Presidente Dutra (1948) que havia assumido o cargo após o primeiro governo de Getúlio Vargas.

No Ceará, o planejamento foi inserido como atividade básica e de forma oficial na Constituição de 1947 e deu-se pela tentativa de se ajustar à Constituição Federal de 1946. O governador Parsifal Barroso (1958-1952) foi quem iniciou a montagem da estrutura que possibilitaria o início da era do planejamento formal no Ceará.

Essa mesma Constituição já apontava em seus artigos 145 a 162 as responsabilidades do Estado para com o social, para a promoção da justiça social e o bem-estar social. Em seu artigo 164, regulamenta a assistência social obrigatória para alguns segmentos: “é obrigatória, em todo o território nacional, a assistência à maternidade, à infância e à adolescência. A lei instituirá o amparo de famílias de prole numerosa” (BRASIL, CF: 1946). Essa recomendação advinha dos projetos que Getúlio Vargas e sua mulher Dona Darcy Vargas vinham tentando operacionalizar na área social. Percebe-se, pois, que a gestão pública nesse período estava limitada à burocracia em seu aspecto tecnicista, com procedimentos vagos, meramente operacionais.

Em prefácio ao livro de Barbosa (1987, p. 21), Virgílio destaca que, no Nordeste, ele “foi o pioneiro na difícil tarefa de governar planificadamente”. A seu ver, as gestões anteriores haviam se limitado aos atos de rotina burocrática, desarticulando a máquina

¹¹ Salte – das letras iniciais das palavras: saúde, alimentos, transporte e energia.

administrativa. Em âmbito nacional até a década de 1950, os planos limitavam-se à listagem de metas, não indicando fontes de recursos e responsáveis pela execução. Nos períodos subsequentes, buscou avançar do ponto de vista do planejamento no Brasil, porém, alguns planos restringiam-se a pensar o desenvolvimento econômico, abandonando o setor social.

Ao assumir o governo estadual em 1963, Virgílio Távora lança o Plano de Metas Governamentais – PLAMEG, numa tentativa de implementar uma gestão burocrática no Ceará. Tal iniciativa desponta como inovadora, tanto por dar início à Era do Planejamento no Ceará com vistas ao desenvolvimento quanto pela possibilidade dessa iniciativa também impactar na área social. Desta feita, Luíza Távora seguiu os passos do marido, levando o planejamento também para o âmbito da LBA e das demais ações que promoveu enquanto primeira-dama no social.

Segundo o próprio Virgílio: “tão logo vencidas eleições para Governador, atribuí ao Ministro Hélio Beltrão, [...] a uma equipe de técnicos locais em sintonia com a Universidade Federal do Ceará e BNB, a feitura de um Plano de Metas Governamentais o chamado PLAMEG” (1987, p. 24).

Na apresentação do PLAMEG, o novo governador deixa claro que é preciso pensar o planejamento estadual como cumprimento de metas nacionais, assim enfatizando: “Isto é especialmente verdadeiro nos Estados do Nordeste, eis que já se consolidou a consciência de que constitui responsabilidade de toda a coletividade brasileira eliminar as distâncias sócio-econômicas que os separam da região Centro-Sul do país” (PLAMEG, 1963, p. 1).

Virgílio ressaltava a necessidade de buscar desenvolver a Região Nordeste nos rumos da “integração nacional”. Essa proposta vinha sendo defendida desde o governo de Kubitschek, na década de 1950 que, seguindo as contribuições da CEPAL, definia a região Nordeste¹² “região-problema”, posto que atrasada em termos de desenvolvimento econômico

¹² Oliveira (1981) resalta que o Nordeste passa a ser reconhecido como região pelos programas governamentais apenas em meados do século XIX. Durante o desenrolar da história nacional e regional, existiram vários “Nordestes”. Na época da Colônia apenas eram reconhecidos como integrantes da Região Nordeste os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, devido serem *locus* da produção açucareira. O Maranhão era um caso à parte, Bahia e o território que hoje compreende Sergipe eram considerados outra região. Com a criação da SUDENE, a Região Nordeste incorporou também os Estados do Maranhão e Sergipe, além de uma faixa do território mineiro, tendo em vista apresentar as mesmas condições climáticas dos outros Estados do

em relação a regiões mais modernas do país.

Para resolver esse problema e inserir definitivamente o país no circuito do desenvolvimento, focou-se no planejamento regional, criando, para isso, um órgão especializado para cuidar desta tarefa no Nordeste: a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, fundada em 1959. A proposta desse órgão era promover a integração do Nordeste ao desenvolvimento nacional, tendo em vista dois problemas que contribuíam com as disparidades entre essa região (subdesenvolvida e eminentemente agrária) e o Centro-Sul (desenvolvido e industrializado): a pobreza e a concentração de renda. Tais diferenças fragmentavam a unidade nacional.

Concatenado com essas ideias, o PLAMEG apresenta duas grandes metas de ação: o desenvolvimento econômico, com 46,5% dos recursos orçados no Plano destinados aos setores que iriam promovê-lo e a melhoria das condições de vida do homem, com 51% dos recursos destinados para execução de ação das seguintes áreas: Educação e Cultura, Água, Esgotos e Saneamento, Saúde Pública e Assistência Social.

Tendo que “o objetivo principal do PLAMEG é o HOMEM, e que, portanto, as metas de desenvolvimento econômico devem ser sempre encaradas como instrumento indispensável ao alcance desse objeto básico” (PLAMEG, 1963, p. 2), as propostas de investimento no social foram as seguintes:

Nordeste. Percebe-se aqui que os critérios para delimitar uma região são os mais diversos possíveis: perfil econômico, condições climáticas, produção, etc. Por isso o autor alerta ser mais sensato utilizar as expressões “Nordestes” e “regiões”, a fim de conferir uma análise mais sociológica ao tema.

Discriminação dos Investimentos Programados

— aquisição de terrenos e construção de 6.800 casas populares nos bairros pobres de Fortaleza e principais cidades do interior	Cr\$ 1.300.000.000,00
— auxílio ao Plano Habitacional do IPEC e da Polícia Militar do Ceará	Cr\$ 400.000.000,00
— construção de 21.000 privadas tipo SESP e instalação de 20 poços chafarizes nos bairros pobres de Fortaleza	Cr\$ 168.000.000,00
— construção de centros de cultura e aquisição de televisores, máquinas cinematográficas, equipamento audio-visual e de escola radiofônica	Cr\$ 100.000.000,00
— construção de parques infantis nas praças públicas	Cr\$ 30.000.000,00
— aquisição de 3.300 máquinas de costura	Cr\$ 165.000.000,00
— construção de praças de esportes	Cr\$ 60.000.000,00
— instalação de lavanderias populares	Cr\$ 40.000.000,00
— instalação de telefones públicos	Cr\$ 20.000.000,00
Total dos investimentos	Cr\$ 2.283.000.000,00

Distribuição anual dos investimentos

1963 —	Cr\$ 252.500.000,00
1964 —	Cr\$ 352.500.000,00
1965 —	Cr\$ 638.000.000,00
1966 —	Cr\$ 1.040.000.000,00
Total . . .	Cr\$ 2.283.000.000,00

Fonte: Acervo Virgílio Távora – APEC

Na proposta de gestão burocrática, Virgílio Távora ressalta que

O PLAMEG representa a primeira tentativa honesta e consciente de encerrar uma era de improvisação, dispersão e desperdício no emprego dos dinheiros públicos no Ceará. A ausência de definição dos objetivos a alcançar dentro de períodos pré-determinados tem conduzido os governos do Ceará a dispendem em gastos de custeio – em pessoal, principalmente – os poucos recursos retirados à poupança popular, que deveriam ser empregados em investimentos finados a promover a expansão econômica ou reaparelhar os serviços essenciais à melhoria das condições de vida do povo (PLAMEG, 1963, p.1).

Além de criticar a improvisação e o desperdício em governos anteriores, Virgílio também critica o paternalismo, tendo em vista que “políticos profissionais” se utilizavam da

máquina pública para fins eleitorais. A fim de “eliminar” esse tipo de prática, em seu governo, cria o Centro de Treinamento do Ceará – CETRECE, órgão atrelado à Secretaria de Planejamento, que tinha por objetivo “ministrar treinamento em serviço ao funcionalismo Estadual e promover a reorganização de unidades de trabalho” (PLANO DE BEM ESTAR SOCIAL DO GOVERNO DO ESTADO, 1965, p. 3). Além de treinar os funcionários públicos, o CETRECE, por meio da Divisão de Ativação Comunitária – DACOM, passou também a preparar “agentes comunitários” com as técnicas de desenvolvimento comunitário, com a finalidade de atuarem junto a comunidades operárias.

Ao final do primeiro mandato (1963-1966), Virgílio Távora se candidata a deputado federal, só retornando ao Governo do Ceará em 1979, após ter exercido o cargo de senador. Em seu retorno à chefia do executivo estadual (1979-1983), Virgílio continua a governar planificadamente e apresenta como plano de trabalho o PLAMEG II. Luíza não volta à presidência da LBA, mas assume as obras sociais do governo e propõe a unificação das ações assistenciais do Estado, até então espalhadas em várias secretarias.

Nesse período, é criado o Centro Administrativo de Ação Social, que fica sob a direção de Luíza, abrangendo o Movimento de Promoção Social (MPS), o Fichário Central de Obras Sociais do Ceará (FCOS) e a Fundação do Bem-Estar do Menor do Ceará (FEBEMCE), já existentes; e as recém-criadas Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará (FUNSESCE) e a Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana (PROAFA), que buscavam dar condições para a execução do projeto social previsto no PLAMEG II (BARRETO, 2000).

O PLAMEG II, segundo Barbosa,

procurou desenvolver um trabalho fundamentado na identificação dos problemas e das reais potencialidades do Ceará, evitando-se ideias preconcebidas ou uma abordagem de cunho emocional. Objetivando obter diretrizes e instrumentos de ação compatíveis com as reais necessidades estaduais, deu-se ênfase à maior participação possível das Comunidades e dos Grupos de Opinião do Estado, através de um processo de consultas e negociações (1987: p. 176)

Em seu discurso de posse Virgílio enfatizou:

Trago comigo o PLAMEG II resultado de profundos estudos da realidade cearense, de extensas pesquisas promovidas em contatos com todos os segmentos da sociedade e de valiosos subsídios fornecidos pelas lideranças políticas, empresarias e de outras classes. Não se trata de um plano rígido, pois, se o fosse, colidiria com uma das regras capitais do planejamento. Mas, existe a disposição de executá-lo em

tudo aquilo que for viável e efetivamente benéfico ao desenvolvimento do Ceará.¹³

A exemplo do primeiro PLAMEG, o PLAMEG II foi elaborado por uma equipe de técnicos em planejamento, um nome de destaque na equipe de elaboração deste, foi Gonzaga Mota que sucederia Virgílio Távora na eleição seguinte. O PLAMEG II tinha como filosofia melhorar a qualidade de vida do povo cearense, buscando vincular crescimento econômico com bem-estar social. A direção do Plano era apoiar as classes de baixo nível de renda. A maior parcela dos recursos prevista era destinada ao setor de infraestrutura social (saneamento, saúde e nutrição, habitação, assistência e promoção social, cultura e desportos), contabilizando 38,9% das verbas destinadas à execução do Plano.

13 *Tribuna do Ceará*. Fortaleza, 15 de março de 1979.

PARTE 2 – GÊNERO, PRIMEIRO-DAMISMO E GESTÃO DO SOCIAL

4. RELAÇÕES DE GÊNERO E POLÍTICA: PROBLEMATIZANDO A ASCENSÃO DAS MULHERES À ESFERA PÚBLICA.

4.1 “Lugar de mulher é em casa”: o papel da mulher na esfera privada, a significação do masculino e a resistência feminina

O discurso de naturalização da inferioridade da mulher em relação ao homem só ganhou força no modo de produção capitalista com a divisão social e técnica do trabalho. Essa divisão empreendeu a separação de atividades a partir da diferença entre os sexos. Instituiu-se, pois, o que seria “coisa de homem” e o que seria “coisa de mulher”, numa clara divisão sexual do trabalho (ROCHA-COUTINHO, 1994).

A explicação que foi dada, historicamente, à função da mulher como reprodutora esteve fundamentada pelas teorias naturalistas. A mulher, biologicamente, é a fêmea, ou seja, responsável pela procriação e, como tal, deverá seguir o curso natural de multiplicação da espécie humana, através do ato de parir e de cuidar da prole. O homem, nessa explicação, seria o provedor da subsistência da mesma e de sua prole (PULEO, 2002). Enquanto ela ficava com a função de reprodução, ele se responsabilizava pela produção. Daí o caráter subalterno da função da mulher. Enquanto o homem tinha a possibilidade de decidir e de transformar, ela era responsável por garantir os mecanismos de manutenção das relações estabelecidas.

Os estudos de Gênero e os movimentos de mulheres possibilitaram romper com essa lógica explicativa, levando à visão de que o que foi atribuído como masculino e como feminino, o que legitimou situar o homem no espaço público e a confinar a mulher no espaço privado “não são resultados de forças naturais, mas antes, são parte de todo um complexo de fenômenos cultural e historicamente determinados” (ROCHA-COUTINHO, 1994: p. 16).

Assim, ser mulher e ser homem são categorias socialmente construídas e, portanto, são resultado de uma intrincada rede de significações sociais. Os papéis atribuídos a homens e a mulheres foram se legitimando socialmente em função da economia e da política, criando um conjunto de símbolos que possibilitaram justificá-los pela via ideológica e da cultura (PULEO, 2002).

Não podemos ler as relações de gênero apenas através da interpretação de que às mulheres restou apenas a resignação e a aceitação passiva das funções que lhe foram atribuídas. Isso possibilitaria uma leitura fatalista dessas relações, relegando para sempre a mulher ao papel de vítima, de desprotegida, de não-sujeito e de não-cidadã. Mesmo numa condição de dominação por parte dos homens, as mulheres não deixaram de criar seus mecanismos de resistência. Com isso, foram alicerçando a possibilidade de lutar por direitos e de garantir cidadania. Porém, como assinala Scott (2002), esse processo se constituiu paradoxal e paulatinamente, ainda apontando muitos desafios na contemporaneidade.

Rocha-Coutinho (1994) assinala que as relações que as mulheres estabelecem, as escolhas por elas feitas, os objetivos que elas buscam alcançar através de certos mecanismos de submissão, resistência às regras de autoridade e de poder que orquestram o público e o privado indicam que, mesmo sendo patentes as situações de desigualdades nas quais estão inseridas, possuem muito mais poder do que se tem admitido.

Se compreendermos o poder como uma situação estratégica, como uma correlação de forças (FOUCAULT, 1984), perceberemos que, mesmo garantido às mulheres tarefas não legitimadas como políticas, sem visibilidade pública, portanto, subalternas, perceberemos que também exerceram e exercem poder. Como explica o mesmo autor: o poder está em toda parte e, assim, seu exercício pode se tornar inteligível até em seus efeitos mais “periféricos”. Mesmo enclausuradas numa esfera considerada como não-política, as mulheres exerceram (exercem) poder e traçaram uma série de metas e objetivos que as possibilitaram lutar pela cidadania e pela ascensão à esfera pública. Desta feita, o poder foi exercido através de sua resistência.

De acordo com Costa, “na organização sexual da sociedade, as mulheres ficaram relegadas à esfera privada, impedidas, assim, de atuar no mundo público e, como consequência, sem acesso às estruturas do poder político” (1998, p. 71). Isso, porém, não as teria impossibilitado de exercer poder no âmbito privado e também fazer política, já que de acordo com Weber (1993), ao falar de política, podemos referir-se à política partidária, à política institucional, ao poder político, à intervenção do Estado na sociedade, aos conflitos de interesse e até à “política de uma esposa hábil, que procura governar seu marido” (p. 55).

O que se pode inferir é que as mulheres já faziam política no governo da casa,

porém não considerada como tal, pelo fato de não ter visibilidade pública, nem de estar delimitada pelas estruturas do poder político formal, ou seja, pelo fato das mulheres não ocuparem cargos públicos.

Há que se destacar também que algumas mulheres não estiveram tão distantes assim da política, mesmo quando confinadas ao lar. É o caso das mulheres esposas ou filhas dos chamados coronéis – grande proprietário de terra responsável por arregimentar votos para os políticos locais – posto que suas casas funcionavam também como ponto de encontro para as reuniões políticas, evidenciando uma continuidade entre público e privado. Isso se dava porque a propriedade rural dos coronéis tinha tanto valor econômico quanto político, e seu ingresso na política se dava justamente pelo que tinha privadamente. Embora não tivessem autorização para opinar nas reuniões, as mulheres nessas condições, “tecendo por trás dos panos”, conseguiam influenciar nas decisões do coronel, muitas vezes apelado para as características delimitadas femininas. Assim, muitas decisões políticas foram tomadas não nos grandes gabinetes, mas nos lugares mais recônditos da intimidade de um homem público.

Como já ressaltado no capítulo anterior, o Ceará não experienciou o coronelismo nesses moldes, mas não se pode negar que na história brasileira a relação público-privado teve como principal mediação os interesses privados acima dos interesses coletivos. A casa de um homem público acaba sendo a extensão de seu gabinete político, e isso aconteceu com Virgílio e Luíza Távora. Boa parte das pessoas que entrevistei ressaltou que a casa deles tanto era ponto de encontro das reuniões dos partidos políticos ou para decidir algo do governo aos quais esse último estava vinculado quanto uma extensão das instituições sociais comandadas por Luíza.

Sobre a casa do casal ser a extensão do governo, Teresa Maria assim se pronuncia: “a mamãe e o papai sempre receberam todos os políticos dentro do quarto, [...] a mamãe para se trancar tinha que passar a chave, era uma coisa que eu achava uma loucura”. Quando indagada acerca do teor dessa recepção aos políticos, se para tratar de assuntos do governo ou se eram visitas de cordialidade, acrescenta:

acho que eram as duas coisas, se fosse uma coisa mais reservada, o papai tinha o gabinete dele, ele ia pra lá, se fosse uma coisa assim mais... [atendia em casa mesmo], pois o papai não tinha um escritório mesmo dentro de casa. Ele tinha o escritório do PDS, mas era do partido, ele usava pouquíssimo, era o povo indo lá em

casa mesmo, na maioria das vezes era uma coisa toda coletiva, mas tinha o gabinete dele para quando alguém queria alguma coisa mais reservada.

Neste sentido, se Luíza não se pronunciava em relação aos atos políticos do marido publicamente, era nos bastidores da política que sua atuação ganhava força, seja nas opiniões dadas durante as reuniões, ou apenas dadas como “conselhos da mulher ao marido”, seja através das obras sociais que conferiam legitimidade política a este. Vejamos o que a interlocutora citada acima tem a dizer a esse respeito:

A mamãe participava [das reuniões políticas]. A mamãe gostava de política, graças a Deus. Além dessa parte social que realmente era o foco dela, era o que ela gostava, mas ela via também essa parte, principalmente aquele negócio de defesa do marido, ela tinha aquele *feeling*, uma ou outra vez escapava. Mas ela era assim: ver quem seria digno de ter confiança, esse tipo de coisa, o sexto sentido que a mulher tem.

No depoimento acima, percebemos que os papéis femininos são legitimados e à mulher cabe o papel de adjutora do marido. Em outro momento, Teresa Maria aponta características de seus pais associadas ao gênero: “a mamãe dava esse toque humano ao papai que era engenheiro e militar, muito racional. A mamãe ficava com o social, era emoção pura. Enquanto ele era bem exato, cartesiano, a mamãe [...] era só coração”. Assim, o discurso de que homem e mulher se complementam por um ser racional e o outro emocional legitima também os espaços ocupados pelos sexos: ao masculino, a política, a força; ao feminino, o cuidado, a ajuda, o social.

Assim, se Virgílio nunca quis que Luíza se candidatasse, sob a alegação de que não era lugar para ela, ou seja, não era “coisa de mulher”, esta não deixou de influenciar em sua carreira política, através dos papéis femininos desempenhados tanto na esfera privada quanto na esfera pública, que não deixaram de conferir poder a ela.

Arrisca-se afirmar que não foram apenas as lutas por direitos que oportunizaram a inserção das mulheres na esfera pública. Outra explicação desponta como fundamental para compreender por que a partir da Era Moderna foram traçadas as possibilidades dessa inserção e o que endossou a paradoxal participação feminina na esfera pública. Resta saber, porém, em que momento as mulheres foram chamadas a ocupar a esfera pública já que a função social a elas atribuída na modernidade foi cuidar da casa, ou seja, do privado.

4.2 O social e a política: a paradoxal ascensão das mulheres à esfera pública

Segundo Rocha-Coutinho, “[a]s antigas categorias estabelecidas de homem e de mulher, amplamente sedimentadas, podem ter criado uma divisão de trabalho em dois espaços distintos – o público e o privado –, atribuindo áreas de atuação e poderes diferentes a homens e mulheres” (1994: p. 16). Para Arendt (1995), desde a Grécia Antiga já é possível falar em uma distinção entre público e privado, onde a esfera de vida privada correspondia à família e a esfera de vida pública correspondia à política. Já nessa época, só os homens livres e não estrangeiros eram cidadãos e, portanto, somente eles podiam participar da vida pública.

Ainda segundo a autora, é com o advento da Era Moderna que as necessidades de subsistência antes satisfeitas no âmbito privado, tornam-se públicas, emergindo com isso, uma nova esfera: o social. Isso acontece no período de transição do feudalismo para o capitalismo, onde a população do campo é impelida para os grandes centros urbanos devido à perda de suas terras com a Lei dos Cercamentos¹⁴, o que teria desequilibrado as formas anteriores de garantia de subsistência no seio da propriedade rural e pela própria família. Essa teria sido uma das condições que possibilitaram a instauração do capitalismo, pois o processo migratório teria gerado o contingente populacional necessário ao trabalho livre e assalariado das fábricas (MARX, 1985).

A Era Moderna também possibilitou uma “Revolução Sentimental”, revolução de cunho ideológico que visava legitimar os papéis de homens e de mulheres no novo modo de produção e de sociabilidade. O Iluminismo, que trouxe os fundamentos do capitalismo, embasou as relações entre os indivíduos não só no plano econômico, político e público, com os ideais de igualdade e liberdade, como também as legitimou do ponto de vista da vida íntima através da ideia de felicidade individual, consolidando uma nova forma de se conceber a família e as relações entre seus membros. Cria-se, pois, o modelo de família nuclear – pai, mãe e filhos (em número não tão grande) – e de amor romântico, onde a mulher passa a viver para esse amor, numa devoção ao marido e aos filhos (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Com o advento do capitalismo, a produção que antes ficava a cargo da família através das corporações de ofício, migrou para as fábricas, sendo função exclusiva dos

14 A Lei dos Cercamentos tinha por objetivo transformar as terras comunais em pastos, possibilitando a quebra do regime feudal.

homens. Às mulheres, restaram as atividades domésticas de reprodução tanto da vida quanto da força de trabalho necessária ao modo de produção capitalista. Tais atividades eram consideradas como não trabalho porque foram naturalizadas como sendo papéis inatos à mulher.

Foi essa “Revolução Sentimental” quem legitimou o enclausuramento da mulher a casa. Vale ressaltar, porém, que esse modelo de família, era o modelo burguês. Foram as mulheres burguesas que cumpriram o papel de “rainha do lar”. As mulheres pobres tiveram que trabalhar nas fábricas para garantir sua sobrevivência e contribuir com a renda familiar, assim como as crianças. Pelo fato, no entanto, de esse ser um espaço que não lhes pertencia, suas jornadas de trabalho eram mais longas e seus salários mais baixos.

Ao longo do processo de consolidação do sistema capitalista, os empregados das fábricas – homens, mulheres e crianças pobres – os que não conseguiram trabalho e os desvalidos que não contavam mais com a assistência de seus vizinhos, como acontecia no sistema feudal, não tiveram como garantir a satisfação de suas necessidades básicas no âmbito privado. Isso impulsionou a criação de instituições sociais que as atendessem, deslocando-as para o esfera pública.

Para Scott (2002), aos homens foram destinadas as ações públicas de caráter intelectual e político; às mulheres, o privado, o afetivo e o social. Como a questão social não era compreendida em seu caráter político, as mulheres foram identificadas simbolicamente com o social, entendido como área de satisfação das necessidades e das vulnerabilidades, de promoção do bem-estar porque elas eram vulneráveis, dependentes e carentes de proteção, assim como o social. Aqui está a chave para se compreender porque as mulheres eram os atores mais recomendados para operacionalizarem ações voltadas ao social. Daí decorre o fato das mulheres terem ascendido à esfera pública quando o social ganhou notoriedade pública. Assim, às mulheres pobres restou a venda da força de trabalho. As de classe abastada, a caridade e a filantropia.

O conjunto de problemáticas advindas das necessidades não satisfeitas pela contradição entre produção e distribuição da riqueza no capitalismo denomina-se questão social. Foi com seu advento, segundo Castel (1998), que se instauraram as primeiras formas de intervenção no social.

Para o mesmo autor, “o ‘social’ [...] é uma configuração específica de práticas que não se encontram em todas as coletividades humanas” (CASTEL, 1998: p. 48). A configuração moderna do social, segundo ele, corresponde ao social-assistencial que se caracteriza pelos seguintes aspectos: é um conjunto de práticas com função protetora e integradora, que apresenta certo nível de especialização, profissionalização e tecnicização, e adotada certos critérios de atendimento como os referentes à localização do indivíduo e às necessidades que podem ser atendidas.

O social para Arendt (2005) teria surgido a partir da transformação da esfera privada em esfera social: “[o] que chamamos anteriormente de ascensão do social coincidiu historicamente com a transformação da preocupação individual com a propriedade privada em preocupação pública” (p. 78). Há o desaparecimento de ambas as esferas da vida. A “esfera pública porque se tornou função da esfera privada, e a esfera privada porque se tornou a única preocupação comum que sobreviveu” (p. 79).

Cabe ressaltar que Arendt (2005) e Castel (1998) entendem o social de maneira distinta. Enquanto para a primeira o social é uma esfera que se torna pública a partir da modernidade, destinando-se a suprir subsistência e necessidades dos indivíduos, para o segundo, o social se caracteriza uma área específica de intervenção, o social-assistencial. A primeira concepção engloba as diversas necessidades da vida humana, e a segunda, as necessidades decorrentes da situação de vulnerabilidade social pelo fato de não estar integrado à sociedade pela via do trabalho. Ressalta-se, porém, que as mesmas não se excluem, complementam-se, possibilitando fazer uma leitura mais aprofundada do social.

Reinterpretando as ideias desses autores, pode-se afirmar que o social enquanto esfera comporta tanto interesses políticos quanto privados. É no âmbito do social que os interesses privados se tornam comuns, portanto, públicos. Nesse sentido, a equívoca dicotomia que se estabeleceu entre social e política, a primeira sendo entendida como satisfação de necessidades, e a segunda como forma de governar, significou o social apenas como área de intervenção e a política como espaço decisório. Tal compreensão teria afastado as mulheres da política, embora já tivessem conquistado seu espaço na esfera pública, continuavam a desempenhar atividades que faziam referência ao privado, conforme assinala Costa (1998):

Ao ingressar na esfera pública, a maioria das mulheres desenvolve atividades análogas às que realiza na esfera doméstica. Ao incorporar-se ao mercado de trabalho, por exemplo, a mulher desempenha atividades que refletem o trabalho que tradicionalmente realiza no lar, ou seja, tarefas que, em geral, representam uma projeção social do trabalho doméstico, quando não é simplesmente o próprio trabalho doméstico realizado com remuneração, como é o caso das empregadas domésticas (p. 76).

Após ascenderem à esfera pública, as mulheres ainda continuaram a desempenhar papéis associados à esfera privada e, além disso, como afirma Scott (2002), conseguiram garantir seus direitos sociais. Porém o direito civil e o político não foram concedidos às mulheres sem uma histórica luta pelo direito de votar e ser votada, bem como de ser reconhecidas indivíduos livres. Ao ascenderem à esfera pública, as mulheres ainda continuaram por muito tempo sem poder de decisão, limitando-se ao exercício de uma cidadania restrita. Nesse sentido, as mulheres ascenderam à esfera pública, mas não a conquistaram. A longa batalha que empreenderam para alcançá-la se inicia com a Revolução Francesa e

somente terá vitórias significativas a partir da segunda metade do século XX, assumindo intensidade e características peculiares em cada país. Na maioria das nações, as mulheres conquistaram primeiro a cidadania política e só posteriormente a cidadania civil. Essa cidadania arduamente conquistada, ao bater-se com os limites da sociedade patriarcal, trouxe consigo muitas limitações e impedimentos para seu efetivo exercício. Tal cidadania, construída numa perspectiva patriarcal, a partir da imagem masculina, implica que as mulheres, para exercê-la, devem atuar segundo o modelo masculino (COSTA, 1998, p. 71).

No Brasil, as mulheres só conquistam o direito de votar e ser votada em 1933, já que em 1932 é-lhes concedido o direito ao voto, mas este é facultativo. Já os direitos civis, só serão conquistados pelas brasileiras apenas em 1962, com o Estatuto da Mulher Casada e somente ganha igualdade jurídica em relação aos homens com a Constituição de 1988.

Mesmo após a conquista dos direitos políticos, podendo ser votada,

[a]o ocupar postos públicos, a atuação da mulher [...] [continua a gravitar] ao redor de atividades que, de certa forma, refletem também o mundo privado. Quando raramente alcançam os altos postos da hierarquia burocrática do aparelho estatal, são como secretárias de educação e bem-estar social. No Brasil, poucas foram as mulheres que conseguiram chegar aos altos escalões dos ministérios considerados de maior importância para a estrutura político-administrativa, ou mesmo romper o bloqueio na área jurídica, ascendendo aos tribunais superiores (COSTA, 1998, p. 76).

Quando são eleitas para cargos do executivo ou do legislativo, as mulheres “concentram sua atividade parlamentar em ações dirigidas à melhoria das condições das

mulheres, crianças, velhos, à saúde pública, educação, etc.” (IDEM, p. 80). Numa clara associação ao papel maternal, de cuidar do outro, relacionado à construção cultural da feminilidade. Daí ser legítima a participação da mulher na política, visto que ela é a mais indicada na defesa de projetos que atendam a essas demandas, tendo em vista que “a motivação das mulheres é emocional, afetiva e moral e suas capacidades são delimitadas como sensitivas, instintivas e intuitivas” (SIMÕES, 1985, p. 21).

Compreende-se, pois, que as mulheres ascenderam à esfera pública, mas não garantiram romper com a subalternidade de suas funções, sendo destinadas a cuidar do social, num processo que despolitizou a questão social e a relegou a um espaço secundário de atenção do poder público, muitas vezes sendo confundida com outras necessidades e demandas.

4.3 Assistência Social e Primeiro-Damismo: as mulheres chamadas a intervir no social

Com o surgimento do social, o campo social-assistencial necessitou de pessoas que pudessem operacionalizar suas ações. No Brasil, o acirramento da questão social a partir da década de 1930 rendeu um pacto entre Igreja Católica, Estado e burguesia. As ações de caráter assistencial se constituíram como as primeiras formas de atuar frente a essa problemática. Ainda em tempos atuais, tais ações convivem em suas múltiplas configurações, com a profissão de Serviço Social e com a Política de Assistência Social, mecanismos contemporâneos de enfrentamento da questão social originárias daquelas.

Essa convivência, no entanto, nem sempre harmônica, não é prerrogativa apenas da atualidade. Supõe-se que nunca deixou de existir, tendo essas ações ganhado diferentes nomenclaturas. No Brasil, foram configurando-se ao longo da formação da sociedade brasileira, quer como mecanismos de legitimação do processo paradoxal de constituição da mesma, quer como criação deste.

Destaque-se que a assistência remonta às práticas empreendidas pela Igreja Católica desde o Brasil colônia, caracterizando-se enquanto ação filantrópica de organismos privados. Somente na Era Vargas, com o processo de industrialização e urbanização, a forte

reivindicação dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho, assim como o acirramento da questão social – considerada “caso de polícia” – foi que o Estado passou a reconhecer a necessidade de sua intervenção no âmbito social enquanto regulador e arrefecedor das tensões.

A necessidade de racionalizar – firmar em bases técnicas – as práticas assistenciais já existentes, devido à crescente demanda por serviços sociais, introduziu na área social um pacto entre o Estado brasileiro, a Igreja Católica e a “burguesia” em ascensão. Cabia ao Estado o repasse dos recursos para as instituições filantrópicas que já desenvolviam atividades assistenciais, a grande maioria de caráter religioso; à Igreja Católica o recrutamento e formação dos profissionais; e à burguesia a cessão da mão-de-obra.

Neste pacto, as damas da sociedade (esposas e filhas dos emergentes “burgueses”) foram as principais atrizes responsáveis pela operacionalização da assistência em seus primórdios no Brasil, sob a tutela do Estado e das diretrizes da Igreja Católica. Assim, foram arregimentadas, por exemplo, para as obras de caridade, cujo objetivo era moralizar e controlar o pobre, garantindo a reprodução das relações econômicas e sociais, sem deixar de atender a vontade de Deus, estendendo a mão ao próximo.

Em outros termos, a partir da década de 1930, setores mais abastados da sociedade, em especial, as mulheres burguesas, vinham sendo convidados a contribuir para a diminuição dos problemas sociais, principalmente a pobreza, a partir dos ideários católicos de caridade e amor ao próximo. É a partir dessa década que o Estado brasileiro começará a reconhecer a necessidade de empreender ações interventivas na área social. Embora não tenha tomado essa função como eminentemente sua, serão gestadas as bases para o que passaria a ser a profissão de Serviço Social. Assim, as damas de caridade foram peças-chave nesse processo.

As damas de caridade eram senhoras católicas, esposas e filhas de burgueses ou políticos que destinavam uma parcela do seu tempo para dedicar-se a obras de caridade destinadas aos pobres e desvalidos. Estas mulheres foram mobilizadas para a manutenção do sistema político-econômico da época sob um forte apelo de gênero e moral-religioso. Foram educadas não apenas para o exercício das tarefas domésticas, como também para dedicarem-se a causas sociais.

Instaura-se na Primeira Era Vargas, a assistência social caracterizada pela filantropia subsidiada que, em sua essência, como afirma Mestriner (2001), será incapaz de dar resposta à questão social, não alterando a situação de dominação social. Isso porque a questão social passou a ser entendida não mais como “caso de polícia”, mas como uma questão política, ou seja, de manutenção da ordem social não mais pela força, mas pela via ideológica.

Aos poucos, o papel do Estado vai ganhando dimensões mais notáveis, apesar de manter sua postura subsidiária e paternalista. Além de ampliar os incentivos a ações de caráter privado com a isenção do imposto de renda, começa a criar suas próprias instituições. Uma delas é a Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundada em 1942, cuja direção foi atribuída a então primeira dama, Dona Darcy Vargas, que instituiu a cultura do “primeiro-damismo” na coordenação das ações assistenciais no Brasil.

Para Torres (2002), o nascedouro do primeiro-damismo no Brasil foi motivado por uma dimensão política, visto que o Estado se via obrigado a promover estratégias de enfrentamento da questão social no período da Segunda Guerra Mundial. Para tanto, lançou mão dos valores e atributos femininos a fim de sensibilizar parcelas da sociedade a contribuírem para minimizar os problemas da ordem social de forma assistencialista, dando origem ao espírito filantrópico que tão logo seria a marca da ação das primeiras-damas.

Segundo Sposati (2004), a cerimônia de inauguração da LBA entrou para a história devido ao fato de Darcy Vargas ter reunido senhoras da sociedade para agradecer, com cigarros e chocolates, os pracinhas brasileiros da Força Expedicionária Brasileira (FEB) combatentes da II Guerra Mundial. O objetivo primeiro da LBA era atender mulheres e crianças necessitadas, públicos que demandavam maior atenção no pós-guerra. Relatos da mesma autora indicam que, em outubro do mesmo ano, a LBA ganhou *status* de organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, com a finalidade de agregar as organizações da boa vontade passando a abranger aquelas famílias que não compunham a previdência social. Caracterizando-se um ato de vontade e não de direito, imprimindo caráter emergencial à assistência social.

De acordo com Torres (2002), apesar da participação da mulher de governantes brasileiros na política remontar à figura de Dona Leopoldina, mulher de Dom Pedro I, o

primeiro trabalho exercido no âmbito da assistência de que se tem notícia na historiografia brasileira é o empreendido por Dona Darcy Vargas através da LBA. Nas palavras da autora: “Ao que parece, foi a partir do governo de Getúlio Vargas, especificamente a partir da década de 1940, que a figura da primeira-dama ressurge no Brasil” (IDEM: p. 82). A primeira-dama foi nomeada presidenta da LBA e responsável pelas ações destinadas aos pobres em todo o País, através das diretrizes que repassava às seções da LBA nos estados e municípios. Com isso, instaurava-se um modelo de administração da assistência que tinha como gestoras as primeiras-damas que passaram a ocupar cargos na LBA em todos os níveis da federação, apesar de isso não ser uma regra.

Com isso, destaca-se o papel direto do Estado, agora não mais apenas subsidiário, mas também executor. Não instaura, porém, nenhuma mudança substancial no que se refere à assistência social enquanto direito, pelo contrário, numa postura puramente reprodutora das formas já existentes, contribui para a instauração do assistencialismo, através da figura da primeira-dama e de ações paternalistas e benemerentes. Enaltece-se a figura do governante e reproduzem-se as posturas autoritárias e centralizadas. A assistência social está, pois, nesse período, atrelada à boa vontade do governante, assumindo assim, o *status* de benesse.

A assistência social historicamente foi compreendida do ponto de vista do assistencialismo. Como afirma Sposati (1995: p. 26), “é contraponto do direito, é patrimonial, é prática elitista de fazer política”, e acrescenta:

É o acesso a um bem através de uma benesse, de doação, isto é, supõe sempre um doador e um receptor [...]. O assistencialismo tem sempre um sujeito – público ou privado – e um sujeitado. O sujeito age como se fosse ele o proprietário de um bem que distribui, dada “sua bondade” a alguém, e quer ganhar o reconhecimento e a dívida de favor por essa prática (IDEM).

A assistência social foi por muito tempo e ainda continua sendo moeda de troca, confundida com as ações filantrópicas, caritativas, benemerentes, transmutando seu real sentido na face do assistencialismo. Segundo Mestriner,

A identificação da assistência social – prática social de ajuda científica ou empírica – com a filantropia e a benemerência é comum em nossa sociedade. Entendidas como expressões do altruísmo, solidariedade e ajuda ao outro, envolvem desde atitudes ocasionais até formas institucionais praticadas por organizações sem fins lucrativos; ou, no campo político, formas da regulação do favor - “o toma lá da cá” - quer pelo primeiro-damismo, quer pelas concessões de benesses por representantes políticos (2008: p. 13).

Com o primeiro-damismo, a assistência social é associada à bondade dos governantes pelas mãos “generosas” das mulheres dos políticos. Essa cultura, instaurada a partir da Era Vargas, irá configurar-se um importante instrumento de legitimação do poder político dos governantes a partir da bondade e benemerência das primeiras-damas. Assim, no imaginário coletivo dos que recebem as ações da LBA, primeiras damas/filantropia e bem-estar dos governantes se confundem:

[...] a assistência social é associada à bondade dos governantes pelas mãos “generosas” das primeiras-damas. [...] Na verdade, a relação de dominação, sob o eu do paternalismo que as primeiras-damas mantêm com os usuários dos serviços sociais, constitui uma face cruel da opressão que conduz à passividade, tratando esses usuários como seres dependentes desse tipo de serviço (TORRES, 2002: p. 93).

Vale ressaltar que o fenômeno do primeiro-damismo seria uma expressão de um certo modo de ser brasileiro, alicerçado na ideia de cidadania relacional, onde existe sempre um mediador entre a lei universal e o interesse particular. Para DaMatta (1997), a cidadania no Brasil se dá inversamente. Para exercê-la, o indivíduo prescinde dos dispositivos legais e universais, basta que ele tenha alguém que faça a mediação entre ele e o que se quer alcançar. É aí que se estabelecem as relações de favor, gesta-se o paternalismo e o “englobamento” do privado pelo público. A primeira-dama seria, pois, a mediadora entre os interesses do governante e os do povo, este último lutando por direito, e o primeiro, interessado em manter seu domínio.

A prática do primeiro-damismo na direção das ações assistenciais perduraram no âmbito nacional até o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001), em que pese o período ditatorial no qual a figura da primeira-dama é pouco divulgada devido ao modelo autoritário vivenciado no momento, no qual o papel da mulher resume-se ao âmbito privado da família.

Mesmo no período ditatorial as primeiras-damas assumiram a presidência de honra da LBA e desenvolveram atividades assistenciais, principalmente aquelas cujos maridos eram gestores estaduais. Percebe-se dessa forma a cultura do primeiro-damismo não apenas na esfera da União, mas seu alastramento tanto para os estados quanto para os municípios, em especial àqueles onde existiam coordenações da LBA. Dessa forma, tiveram participação na coordenação da LBA, em nível da União, as primeiras-damas Sarah Kubitschek e Dona

Yolanda Costa e Silva.

No Ceará, a história do primeiro-damismo não foi diferente. Embora não se tenha um material sistematizado acerca do tema, a historiografia e alguns trabalhos que tratam da trajetória da assistência social no Ceará apontam para práticas assistenciais, aqui caracterizadas como ações de caráter voluntário com conotação caritativa e de ajuda ao próximo, já empreendidas pelas mulheres dos coronéis, tendo público alvo tanto os migrantes quanto as famílias dos seus “trabalhadores” e agregados. Tais ações garantiam o poder dos “coronéis” sobre os mesmos.

No Ceará, a LBA foi instalada no mesmo ano da criação desta em âmbito nacional, sob o título de Comissão Estadual da LBA – Seção Ceará, após contato realizado por Dona Darcy Vargas com a então primeira-dama do Estado, que passaria a ser a primeira presidenta da LBA no Ceará, Dona Brígida Holanda Pimentel, mulher do interventor Menezes Pimentel. A missão inicial era proporcionar articulações com possíveis parceiros financeiros e “voluntários que ofereciam seus serviços guiados pelo espírito de solidariedade e caridade cristã” (SALES, s/d, p. 3).

Destaca-se também uma dama da sociedade que desempenhou um papel caritativo por longo tempo na história da assistência social do Ceará e que depois passaria a ser a primeira-dama do Estado em dois mandados distintos: Dona Luíza Távora, mulher do Coronel Virgílio Távora, que costumava dizer: “nosso trabalho de ação social é um ato constante de amor ao próximo” (BARRETO, 2000, p. 12). Luíza também foi presidenta da LBA durante o primeiro mandato de Virgílio (1963-1966), concluindo o ciclo de sucessão de primeiras-damas na presidência da LBA- Ceará¹⁵. Vale ressaltar que a atuação das primeiras-damas não se restringia à LBA. Luíza Távora, no segundo mandato de seu marido, iria coordenar as ações da pasta da assistência social do Estado.

Diante disto, cabem algumas inferências acerca da intervenção das mulheres no social, notadamente as primeiras-damas. No Brasil, a prática da assistência social esteve caracterizada, historicamente, por diversas relações entre os sujeitos da ação e os receptores

15 Foram presidentas da LBA – Ceará as seguintes primeiras-damas: Brígida Holanda Pimentel (1942-1944), Branca de Carvalho (1945- 1946), Inah Araripe Barbosa (1951-1955), Albaniza Rocha Sarasate (1955- 1959), Olga Barroso (1959- 1963) e Luíza de Moraes Correia Távora (1963-1966).

desta. Com suas raízes fincadas nos símbolos e práticas que se conformaram no processo de formação da sociedade brasileira, o primeiro-damismo contribuiu para reforçar o paternalismo, o patrimonialismo, o clientelismo e o assistencialismo.

De acordo com Mestriner (2008), a assistência social no Brasil vem sendo identificada com a assistência, a filantropia e a benemerência, as mesmas tratadas como irmãs siamesas, numa tentativa de esconder as desigualdades sociais. Essa identificação se deve ao fato de a assistência social ter tido seu nascedouro impulsionada por interesses privados. Ao ser deslocada para o público, não rompeu com estes e, dependendo da forma como foi operacionalizada e do seu promotor, passou a ser caracterizada de diferentes formas. Assim, entende-se por assistência uma prática genérica voltada à ajuda, o auxílio ou socorro de outrem, podendo ser exercida por todas as “pessoas de boa vontade”.

Por filantropia, uma ação voltada para o outro, sem intenção de lucro, embasada por valores morais e pelo sentimento humanitário e de compaixão pelo próximo, sentido amplo e restrito respectivamente. A filantropia é caracterizada também pela ação voluntarista, tendo como seu impulsionador não uma base jurídica, mas a dimensão da relação: doador e favorecido. No âmbito da Igreja Católica, seu correspondente é a caridade. Desta feita, a filantropia seria a laicização da caridade católica, também podendo ser entendida como benemerência quando o que a embasa é a bondade e o dom. Pode se dar de forma esporádica, não planejada (*ad hoc*), ou de forma institucionalizada (*in hoc*). No primeiro caso, se caracteriza como ajuda na forma de esmolas. No Brasil, a doação de esmolas foi a primeira forma organizada de assistência social. No segundo, acontece de forma mais racionalizada, a partir da criação de instituições de acolhida e abrigo aos necessitados no âmbito do Estado (p. 13-15).

Além dessas colocações, vale ressaltar que estas formas de intervenção no social também estavam pautadas numa dada compreensão acerca da relação entre o que dá e o que recebe. São elas: o clientelismo, o paternalismo e o assistencialismo. O assistencialismo se caracteriza como uma prática que se legitima pela troca de favores entre o que dá e o que recebe. Geralmente utilizada como moeda de troca numa relação de poder, é o contraponto do direito e se expressa no âmbito institucional como clientelismo e no âmbito estatal, paternalismo (Sposati, 1995).

A assistência social historicamente no Brasil tem caracterizado-se por ações benemerentes, caritativas e assistencialistas, quer no âmbito estatal, quer no âmbito privado, mobilizando diferentes atores para sua execução, agenciando voluntários, e “pessoas de bom coração”, dentre elas as damas da caridade, numa espécie de religião brasileira, cuja maior missão é a ajuda ao próximo. Isso teria ocasionado o deslocamento da questão social do âmbito político para o campo transcendental e possibilitou a conformação diante das situações de desigualdade social; a desresponsabilização por parte do Estado e a legitimação de ações e obras esporádicas de atendimento às necessidades da população, transmutadas como um ato de bondade quase que divino por parte do governo.

A imagem da primeira-dama tem sido utilizada como importante moeda de troca entre o chefe do Estado e o povo, e vice-versa, num claro entrelaçamento entre público e privado. O primeiro para garantir legitimidade política, o segundo, como estratégia de sobrevivência diante das situações extremas nas quais se encontram.

O primeiro-damismo embora possa, em muitos casos, configurar-se instrumento de manipulação da população e da mulher por parte do governante, pode despontar como forma de resistência ao poder masculino, criando mecanismos de controle e de influência em suas decisões, além de garantir a interferência indireta das mulheres nos rumos das ações no plano político.

5. A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DE LUÍZA TÁVORA NA GESTÃO DO SOCIAL: A PARCERIA LBA E IGREJA CATÓLICA E OS PROJETOS PARA AS MULHERES

Como ressaltado no capítulo anterior, a LBA surge no Brasil em 1942, a partir da iniciativa de Dona Darcy Vargas, então primeira-dama nacional, com o objetivo de prestar assistência às famílias dos combatentes convocados para a Segunda Guerra Mundial, mobilizando a população em prol do esforço de guerra, conforme aponta o Art. 2º dos seus Estatutos:

A L.B.A. tem por finalidade congregar os brasileiros de boa vontade e promover, por todas as formas, serviços de assistência social, prestados diretamente ou em colaboração com o poder público e as instituições privadas.

[...]

Na atual emergência do estado de guerra em que se encontra o país, a L.B.A. desenvolverá a sua ação precipuamente no sentido de:

- a) prestar integral apoio e decidido concurso ao Governo, inclusive manter e aproveitar as atividades das pessoas não mobilizadas, habilitando-as e encaminhando-as, quando for solicitado, às autoridades civis e militares, ou aplicando-as nos serviços a serem organizados pela L.B.A.;
- b) prover, sob a forma de serviço social básico, às necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados;
- c) organizar serviços e promover todas, as formas de atividades concernentes ao programa relativo à atual emergência (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – DOU, p. 60, 03.10.1942).

No mesmo ano, a LBA é reconhecida através do Decreto-Lei Nº 4.830, do dia 15 de outubro de 1942 “como órgão de cooperação com o Estado no tocante [...] [aos] serviços [de assistência social], e de consulta no que concerne ao funcionamento de associações congêneres” (Art. 1º).

Conforme aponta Araújo (2008), contrariando o discurso oficial, há uma forte indicação de que o real objetivo do governo era criar uma instituição para dar respostas à pobreza que se agravava nos idos de 1930: “[...] tudo leva a crer que o governo, independentemente da participação dos brasileiros na Segunda Guerra, planejara tanto a Instituição [LBA] como o Programa de Voluntariado para levar a frente o seu plano de assistência social” (p. 193). Com a entrada do Brasil na guerra, em 1942, era mais estratégico, naquele momento, “canalizar todo o investimento planejado para o estado de paz e para os efeitos sociais produzidos nas famílias dos combatentes” (ARAÚJO, 2008, p. 192). Assim, a LBA foi criada com esse objetivo através da articulação com entidades privadas da indústria,

do comércio e com as entidades filantrópicas da Igreja Católica – “aliança Igreja, Estado, burguesia”, já caracterizada no capítulo anterior.

A criação da LBA, segundo o autor acima citado, teria sido antecedida por uma consulta, feita pelo governo Vargas, aos Estados Unidos e à Inglaterra, países que já desenvolviam iniciativas de caráter voluntário na área assistencial, acerca da metodologia de trabalho das instituições assistenciais desses países. Tais iniciativas estavam embasadas no discurso religioso, o que teria ocorrido também no Brasil, tendo em vista sua vinculação histórico-cultural ao catolicismo, seguindo seus dois princípios básicos: a moralidade, enquanto amor ao próximo e espírito de nobreza, e a subsidiariedade, enquanto prática da caridade, ou seja, efetuar doações em forma de esmolas ou de bens materiais em geral visando beneficiar o próximo. Com base em Weber (2003), Medeiros (2009) afirma que “a centralidade da salvação para os católicos está nas obras e é isso que os faz buscar desempenhar trabalhos comunitários e assistenciais” (p. 60).

Tais princípios teriam sido reafirmados pela Encíclica Papal Quadragésimo Ano, de Pio XI, em 1931, que afirmava ser de responsabilidade de todos os indivíduos, famílias, comunidades e Estado, conceder subvenções às entidades filantrópicas para que estas pudessem cumprir sua missão. Ao que parece, a criação da LBA teria seguido esta recomendação, uma vez que estava “sedimentada em princípios humanitários, do amor ao próximo, no sentido da caridade e da benemerência” (ARAÚJO, 2008, p. 195), configurando-a como instituição filantrópica laica. Some-se a isso sua vinculação às entidades filantrópicas confessionais.

No Brasil, a primeira instituição a empreender ações de cunho assistencial foi a Igreja Católica, a partir de suas entidades filantrópicas confessionais, o Estado brasileiro não abriu mão de se utilizar dessa experiência nem de reforçar sua atuação, garantindo uma parceria entre as instituições católicas já existentes e a LBA, inclusive subvencionando suas ações na forma de repasse de recursos, de contratos e convênios.

Como a política da LBA era garantir a execução de suas ações em todo o território nacional, coube a sua presidenta, Dona Darcy Vargas, expedir as ações da instituição para todo o país, contando para isso com a colaboração das primeiras-damas estaduais e

municipais. A solicitação de parceria foi feita via expedição de telegrama a todas as primeiras-damas no Estado que, por sua vez, se responsabilizariam em expandir os serviços da LBA em seus estados, contando com o apoio das primeiras-damas municipais.

O telegrama apresentava a seguinte convocação:

Visto grande dificuldades atravessa nosso País, mulher brasileira será chamada cumprir missão na proteção famílias bravos soldados e execução todos os deveres civis necessários [...] Sugerimos assuma neste estado a direção dos movimentos em conjunto Associação Comercial que a procurará imediatamente (ARAÚJO, 1981, p. 15 *apud* ARAÚJO, 2008, p. 195).

Conforme Sales (s/d, p. 2), a Sra. Brígida Holanda Pimentel, à época primeira-dama do Estado do Ceará, teria recebido telegrama de igual teor, em setembro de 1942 e, paralelamente à Associação Comercial do Distrito Federal, telegrafava à associação congênere no Ceará, solicitando de ambas a colaboração para a criação de um núcleo da LBA no Ceará. Atendendo ao pedido, a Comissão Estadual da LBA no Ceará foi instalada em 15 de setembro de 1942, em seção presidida pelo interventor Menezes Pimentel, realizada no Palácio do Comércio. O evento contou com a presença de representantes dos comerciários e industriários, além de autoridades militares, religiosas e demais convidados. Nessa data, foi empossada primeira presidenta a primeira-dama Sra. Brígida Pimentel, tendo como secretário Dr. Jorge Moreira, como assistente efetivo Dr. Raimundo Girão e como tesoureiro Sr. Raul Cabral. As atividades administrativas da LBA – seção Ceará se iniciaram em 05 de outubro de 1942.

Para o funcionamento da instituição, segundo Sales (s/d), “os recursos humanos foram cedidos pelo governo estadual (médicos, dentistas, enfermeiros e outros); ajuda material da indústria e do comércio, e um número considerável de voluntários que ofereciam seus serviços guiados pelo espírito de solidariedade e caridade cristã” (p. 3).

Percebem-se, pois, duas questões fundamentais com relação à condução das atividades assistenciais da LBA: primeiramente a que diz respeito à convocação das mulheres primeiras-damas à missão de proteção às famílias, e, em segundo lugar, a convocação de pessoas voluntárias, em sua maioria mulheres e/ou religiosos para o desenvolvimento das ações assistenciais junto aos assistidos, podendo-se afirmar que, desde os primórdios, a assistência social, especialmente no Brasil, esteve imbricada com as relações de gênero e com os princípios religiosos. Há, pois, uma vinculação histórica entre as mulheres e as atividades

de enfrentamento à pobreza, cabendo a estas as ações de cuidado e de moralização dos mais pobres.

Juntamente com a inauguração da LBA, instituiu-se nacionalmente o Programa de Voluntariado em 1942 que, orientado pelos princípios da moral e do civismo, buscava incentivar a participação da sociedade brasileira no programa. As necessidades da população eram vistas como naturais, cabendo ao Estado estimular as classes mais abastadas a fazerem o bem ao próximo, metamorfoseando o caráter político da questão social em problema individual, tanto do que dá (voluntário) quanto do que recebe (pobre), conforme destaca Araújo:

O voluntariado, ao atender ao chamamento do governo, foi capciosamente utilizado por ele para a mobilização de ações assistenciais. Estas foram instrumentalizadas pela solidariedade social doadora, elemento fundamental do voluntarismo entendido como uma estratégia política governamental que degenera o processo de participação social das populações excluídas, deixando-as à mercê da boa vontade dos voluntários, o que veio ao encontro dos interesses do estado capitalista de encobrimento dos reais mecanismos produtores de exclusão social, desconsiderando os condicionantes econômicos, colocando a realidade no patamar da moral, do civismo e da espiritualidade. Enquanto isso, o voluntariado alinhava-se na perspectiva de doação, personalizando a sua ação e, involuntariamente, tutelando e paternalizando as populações destituídas de renda e amparo social no campo da assistência social e no apaziguamento dos excluídos (2008, p. 201).

O voluntariado aqui no Ceará teria sido peça fundamental para a consolidação das ações da LBA, principalmente nos primeiros anos de seu funcionamento, cabendo destacar também o papel proeminente da Igreja Católica em parceria com aquela. Em 1945, a LBA passa por uma reestruturação em âmbito nacional, na qual se deliberou que passaria a prestar assistência somente à infância e à maternidade, não sendo mais seu foco as famílias dos convocados. De acordo com o balanço realizado por Sales (s/d) acerca das ações realizadas pela LBA – seção Ceará, no período de 1942 a 1994, durante o período de 1945 a 1950, a instituição passa por inúmeras dificuldades, quase não executando ações diretas e, pela primeira vez, não conta com primeiras-damas em sua presidência, tendo sua direção passado pelas mãos de cinco presidentes-homens.

Ao assumir a presidência da LBA em 1963, Luíza Távora conferiu um novo perfil à instituição com a implantação de projetos inovadores. Até então, a atuação da LBA no Ceará tinha se restringido às diretrizes nacionais, além de ter passado por inúmeras dificuldades financeiras e de gestão, ocasionando em ações pontuais e emergenciais. Cabe destacar, porém, a gestão da primeira-dama Ilnah Araripe Barbosa (1951-1955) que buscou desenvolver o

trabalho de assistência social de forma mais técnica, contratando assistentes sociais para acompanharem os projetos desenvolvidos, além da inauguração do primeiro Centro Social.

Destaque-se, também, a gestão da primeira-dama Albaniza Rocha Sarasate (1955-1959) que deu continuidade aos projetos empreendidos na capital, dando maior importância ao atendimento individual voltado para a “clientela carente”, porém sem apresentar impacto social. A primeira-dama que antecedeu Luíza Távora na gestão da LBA – seção Ceará foi a também primeira-dama Olga Barroso (1959-1963), que implantou um Posto de Puericultura em Fortaleza e adquiriu equipamento mobiliário para a sede. Por outro lado, sua gestão reduziu os serviços prestados e apresentou conflitos quanto ao quadro de pessoal.

A transmissão do cargo entre as duas primeiras-damas supracitadas aconteceu no dia 03 de abril de 1963, veiculada pelos jornais da época. Abaixo a notícia de capa do Jornal Tribuna do Ceará, de 04 de abril de 1963.



Ao assumir a presidência da LBA, Luíza buscou atuar de forma planejada, em sincronia com a proposta de governo de seu marido, onde as ações a serem desenvolvidas pela instituição passavam pelo estudo de técnicos, pela capacitação dos profissionais e pelo planejamento das ações a serem realizadas em termos de previsão de recursos, formação de parcerias e convênios, além de criar regulamentos específicos para nortear as ações de seus projetos.

As ações da LBA, sob o comando de Luíza, foram planejadas a partir de um processo anterior de diagnóstico da realidade, buscando apreender quais áreas necessitavam de ações mais urgentes, contando com uma equipe de técnicos qualificados. Os projetos desenvolvidos pela LBA nesse período ganharam reconhecimento nacional (BARRETO, 2000). Isso foi oportunizado por seu planejamento estar em ampla articulação com o Plano de Governo de Virgílio Távora, o Plano de Metas Governamentais (PLAMEG I), cujo objetivo básico era “a melhoria das condições de vida do homem”.

Embora as primeiras-damas que antecederam Luíza tenham presidido a LBA, o que chama atenção na sua gestão e a destaca das demais é a inovação dos projetos implementados, a ampla parceria com o governo do Estado - que passou a destinar recursos para o funcionamento de seus projetos - e o modelo de gestão escolhido, amplamente articulado com a ideia de planificação adotada pelo chefe executivo do Estado, seu marido Virgílio Távora.

O que caracterizou a primeira gestão de Luíza da assistência social foi “a ênfase na participação comunitária, a ampliação do espaço público da LBA no Estado; a credibilidade institucional; as celebrações de parcerias com a área do governo; e a motivação e envolvimento dos servidores” (SALES, s/d, p. 32).

A “experiência mais notável” da LBA nesse período foi a criação dos Centros Maternais Profissionalizantes – CEMAPROS, entre 1963 e 1966, que teriam surgido a partir da experiência das Lavanderias Comunitárias, ambos idealizados pela primeira-dama.

A proposta de criação desses Centros fundamentou o Plano de Bem-Estar Social do Governo do Estado do Ceará (1965) que propunha uma articulação entre Igreja Católica e Governo para a realização da promoção humana, tendo principal mediadora a LBA, como

pode ser visto através da disposição dos símbolos destas instituições na capa do referido Plano:



Fonte: Acervo Virgílio Távora – APEC

A consolidação deste se deu a partir de amplas articulações do próprio governador com os Bispos e Arcebispo, através de reuniões para apresentação da proposta de bem-estar social do governo, contida no PLAMEG I (1963-1966). Cabe aqui pontuar como se deram essas negociações e os frutos delas.

O PLAMEG, na área de bem-estar social, apresentava como metas prioritárias para o quadriênio a instalação de lavanderias, centros de cultura, telefones públicos, construção de casas, dentre outras ações, prevendo um investimento de Cr\$ 2.283.000.000,00 para o período de 1963-1966 e de Cr\$ 252.500.000,00 para a primeira etapa (1963) de sua execução.

Como boa parte das ações eram destinadas às comunidades pobres, o governo instituiu que os profissionais do CETRECE fossem imbuídos de orientar e preparar as

lideranças comunitárias para contribuírem com o projeto. As lideranças que demonstraram pronto interesse neste foram as religiosas, haja vista já desenvolverem ações de caráter assistencial nas comunidades e necessitarem de aportes de recursos para esse fim. Reconhecendo o trabalho já desenvolvido pela Igreja, o governo priorizou estabelecer convênio com esta, procedendo com a realização de um encontro com o Arcebispo e Bispos para a apresentação das metas prioritárias do PLAMEG, principalmente as referentes ao Bem Estar-Social, conforme pode ser visualizado através do registro fotográfico abaixo:



Fonte: Acervo Virgílio Távora - APEC

Após o encontro, a Igreja aceitou contribuir com a proposta do governo. Este, por sua vez, priorizou o repasse de recursos as suas instituições, tendo em vista que “imbuídas de bons propósitos por várias razões, [seriam] capazes de através de uma sistemática mais objetiva, realizar a promoção humana prevista no PLAMEG” (LBA, 1966, p. 5). Após o encontro com o governador, o Arcebispo e os Bispos convocaram uma reunião com todos os vigários para a transmissão da proposta governamental. Aceita a proposta, procedeu-se com a elaboração do Plano de Trabalho da Arquidiocese e, firmado convênio com esta, institui-se o Grupo de Trabalho de Atividades Paroquiais – GTAP que, com a assessoria do CETRECE,

passaria a supervisionar o trabalho realizado nas paróquias. Abaixo, foto da reunião em que o convênio é assinado:



Fonte: Acervo Virgílio Távora - APEC

O vigário que estivesse interessado em desenvolver atividades de caráter assistencial em sua paróquia deveria dirigir-se à Secretaria de Planejamento e procurar o CETRECE para que os “agentes comunitários” deste órgão pudessem avaliar se o vigário dispunha de “condições para o desenvolvimento de um autêntica obra comunitária, em bases organizacionais, que assegur[assem] resultado de trabalho eficiente e produtivo” (PLANO DE BEM ESTAR SOCIAL DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1965, p. 4).

No caso de a avaliação ser positiva, o CETRECE e o GTAP dirigiam-se à comunidade para executar as seguintes ações: ativação comunitária, identificação de lideranças, treinamento de líderes, orientação aos grupos comunitários encarregados de

procederem com o estudo acerca das necessidades da comunidade nos setores de Bem-Estar, Saúde, Educação e, por fim, orientação quanto à elaboração do Plano de Trabalho Paroquial para a obtenção de recursos junto ao governo.

Após a elaboração do Plano de Trabalho Paroquial, este era apresentado à Secretaria de Planejamento, junto ao CETRECE, que analisava a proposta e liberava o recurso. Cabe ressaltar que daí em diante a execução do Plano ficava a cargo da própria comunidade, que tanto era responsável por operacionalizar as ações quanto pela fiscalização da utilização dos recursos. A intervenção do CETRECE limitava-se ao treinamento dos grupos comunitários – indicados pelo vigário – responsáveis pela execução do Plano, bem como das lideranças.

Percebe-se, pois, a iniciativa governamental de firmar em bases técnicas a atuação das instituições confessionais, conforme confirma o trecho a seguir retirado do Plano de Bem Estar Social:

As dificuldades que arrostam são imensas à falta de conhecimentos técnicos administrativos adequados na aplicação de recursos materiais e financeiros. O Governador Virgílio Távora, consciente deste aspecto da realidade cearense, e certo de que somente através igreja poderia concretizar um trabalho autêntico de promoção humana, resolveu ativar a capacidade desses líderes comunitários, oferecendo-lhes e facilitando-lhes todos os meios imprescindíveis à plena consecução do fim colimado (1965, p. 6).

Embora embasado na racionalidade do planejamento, o governo não rompe com a visão tradicional que alimentou o assistencialismo, tendo em vista que repassa a responsabilidade pela efetivação do atendimento das necessidades da população para instituições privadas, além de acreditar que a resposta à problemática vivenciada pela população deve estar balizada pela autopromoção dos indivíduos e das comunidades. Assim, o papel do governo estaria delimitado em “ajudar o homem cearense a ajudar-se” (IDEM, p. 9). Essa contradição se explica pelo contexto de transição do conservadorismo à modernidade, já explicitado em capítulo anterior.

Uma das iniciativas do governo estadual eram as lavanderias comunitárias, idealizadas por Luíza Távora, tendo como principal órgão gestor a LBA e que contava com ampla participação da Igreja e do voluntariado na execução de suas atividades. Como a LBA tinha recursos muito escassos, podendo ser gastos apenas com ações especificadas em seus regulamentos nacionais, qualquer atividade nova deveria ser subsidiada com fundos

levantados no âmbito de sua jurisdição. Para solucionar esse problema aqui no Ceará, foi firmado convênio com o governo do Estado para o repasse dos recursos referentes às ações da LBA. Parte desse recurso já estava orçada no PLAMEG, principalmente no que se refere à construção das lavanderias, totalizando Cr\$ 40.000.000,00 para os quatro anos de gestão.

Conforme ressaltado pelo Plano de Bem Estar Social, a colaboração do governo com a LBA, do ponto de vista orçamentário, “torna-se bem mais fácil posto que, como de praxe, a Presidenta da Comissão Estadual do Ceará é D^a. Luíza Távora, esposa do excelentíssimo Sr. Governador do Estado” (1965, p. 12). Percebe-se aqui certa característica patrimonial, uma vez que os recursos do governo são compartilhados com a mulher do gestor, tendo em vista sua vinculação familiar, bem como o poder de barganha que Luíza apresentava junto a outros setores do governo por ser a primeira-dama.

De acordo com o Plano de Bem Estar Social, as lavanderias teriam sido pensadas como resposta à condição social das mulheres pobres da época que, em sua maioria eram mães solteiras ou mulheres abandonadas pelos companheiros que iam em busca de melhores condições de trabalho na Amazônia ou no Sul-Sudeste, pelo fato de não conseguirem emprego em sua terra. Estes constituíam novas famílias por lá, deixando sua primeira família sem arrimo. Foram estas considerações que levaram

D. Luíza Távora a voltar-se para o problema das mães pobres, não mais se limitando a um **mero trabalho assistencial** como realizado tradicionalmente pela L.B.A., mas com o intuito de **integrá-las na imensa comunidade suburbana** de Fortaleza, amparando as que não dispõem de um arrimo na pessoa do esposo, **evitando, também, novos lares desfeitos para as que mantêm ainda a família estruturada**. Inicialmente, pensou-se na construção de lavanderias nos principais bairros da Cidade a fim de proporcionar às lavadeiras profissionais e domésticas de higiene para seu trabalho e que servissem, ao mesmo tempo, de **centro de promoção humana** para aquelas senhoras (PLANO DE BEM-ESTAR SOCIAL DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1965, p. 14. *Grifos meus*).

Percebe-se, pois, a preocupação da primeira-dama em romper com as ações de cunho emergencial que caracterizaram as gestões anteriores da LBA, buscando fundamentar sua atuação na promoção humana. Tal perspectiva, porém, ressaltados os avanços com relação às propostas anteriores, ainda se mostrava limitada para dar respostas à realidade apresentada, considerando que no próprio indivíduo estava a “porta de saída” para sua situação. Assim, capacitando as mulheres e aumentando a renda da família, era provável que seus companheiros não as “abandonassem” em busca de melhores condições de trabalho. Percebe-se também o caráter moralizante da proposta, uma vez que cabia às mulheres garantir

a harmonia da família e a não dissolução do casamento, além da proposta de integração social que referenda o ajuste dos indivíduos à ordem social vigente.

Cabe ainda ressaltar a legitimação dos papéis femininos das mulheres, relacionados à execução de tarefas tipicamente privadas, agora compartilhadas coletivamente na esfera pública. O que antes era restrito ao cotidiano dos afazeres domésticos, coloca-se agora “trabalho fora de casa”, daí a expressão comumente utilizada pelas lavadeiras de roupa: “lavar para fora”. Ou seja, as mulheres começam a se inserir na esfera pública, mas desempenhando papéis antes legítimos à esfera privada. Ressalte-se, também, o recorte de classe no âmbito da categoria mulhere(s), já que a primeira-dama (mulher de classe abastada) reproduz o discurso de sua classe acerca da moralização das mulheres pobres.

É necessário, porém, enfatizar que essas características não se limitavam às propostas de Luíza, mas eram decorrentes do contexto histórico da época. Inclusive arrisca-se afirmar que muito influenciadas pelos assistentes sociais, assessoras da primeira-dama, lembrando que a profissão atuava nessa perspectiva, com o fito de integrar a população no desenvolvimento do país, contribuindo para tal. Conforme aponta documento elaborado pelo Serviço Social em 1967, configura-se objetivo profissional “o provimento de recursos indispensáveis ao desenvolvimento, à valorização e à melhoria de condições do ser humano” (p. 27). Saliente-se que há uma imbricação histórica entre as políticas de assistência social e a profissão de Serviço Social, muitas vezes causando confusão teórica na hora de delimitá-las.

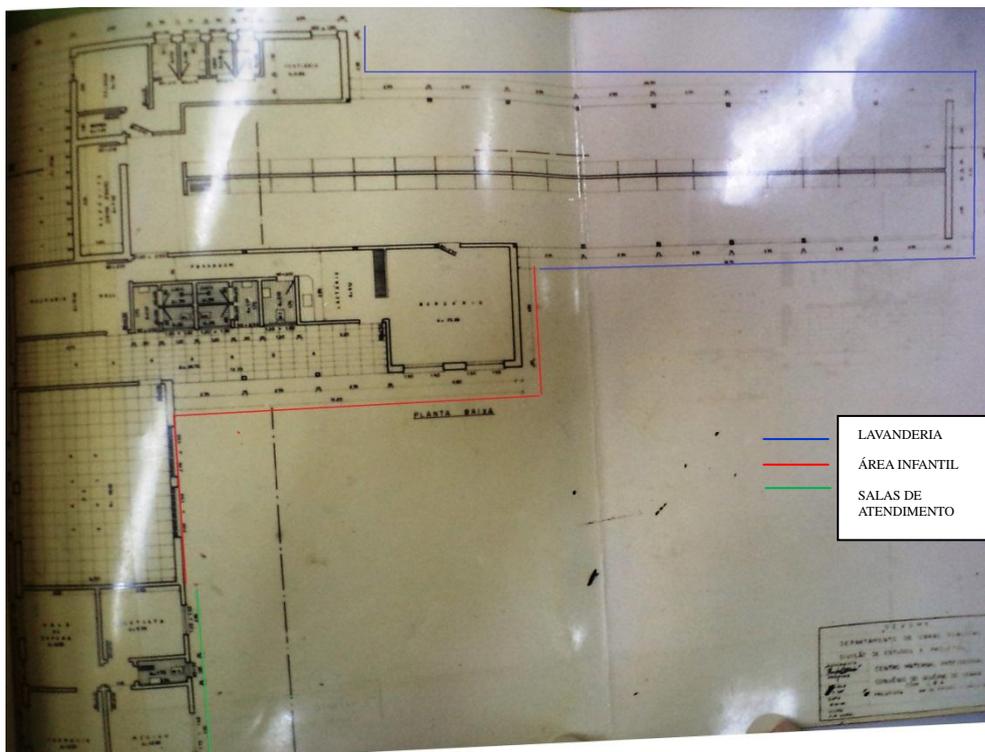
Assim, embora Luíza Távora avance no sentido de racionalizar, ou seja, firmar em bases técnicas a partir do planejamento, nas ações da LBA, o que se percebe é o recurso ao conservadorismo, embasado pelas ideias positivistas e funcionalistas muito em voga no campo das ciências sociais à época.

O projeto arquitetônico das lavanderias ficou sob responsabilidade de uma comissão de técnicos composta por engenheiros, assistentes sociais, professores, médicos e agentes comunitários, cedidos pelo governo do Estado. As lavanderias mostravam-se, porém, insuficientes para atender às demandas daquelas mulheres, posto que estas não tinham onde deixar seus filhos quando saíam para lavar roupa. Os Planos de Trabalho Paroquial entregues ao governo pelas comunidades Piedade, Morro do Ouro, Pirambu, Porangabussu e Lagamar apresentavam as necessidades da comunidade que não se limitavam às das mulheres

lavadeiras.

Daí surgiu a ideia de ampliar as lavanderias e transformá-las em Centro Maternais Profissionalizantes – CEMAPROS, reconhecidos no cenário nacional pela proposta singular e inovadora, possibilitando atender as mulheres e seus filhos, garantindo-lhes não só melhores condições de trabalho, “mas também todos os recursos que lhes ajudassem na promoção humana e na integração social” (PLANO DE BEM-ESTAR SOCIAL DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1965, p. 15).

Diante da nova proposta, o projeto arquitetônico criado pela equipe técnica foi adaptado, passando a contar com a seguinte estrutura: lavadouro, coradouros, estendedouros, que compunham a parte da lavanderia; berçário, lactário, jardins de infância, escolas, parque recreativo, cozinha, que compunham a área destinada às crianças; além das salas de atendimento médico, dentário e de Serviço Social, conforme mostra a planta baixa:



Fonte: Acervo Virgílio Távora - APEC

O primeiro CEMAPRO foi criado na comunidade do Pirambu, inaugurado em 14 de novembro de 1963, que teria sido escolhida para ser a primeira a receber o Centro por conta da experiência de trabalho comunitário ali já existente e pela vinculação de Virgílio Távora ao Padre Hélio Campos, grande mobilizador das obras assistenciais naquele bairro (MORAIS, 2011). Outros Centros foram criados nos anos seguintes, como os da Piedade, Lagamar e Morro do Ouro no ano de 1964; e o do Porangabussu, em 1965. Neste mesmo ano, no interior, os municípios contemplados foram Quixeramobim, Cedro, Tauá e Várzea Alegre.

Acerca da criação dos CEMAPROS, o Jornal o Povo veiculou a seguinte reportagem em 1965:

Há pessoas que julgam ser muito fácil a criação de um Centro Maternal. Talvez o seja, mas nem sempre o Centro poderá oferecer perspectiva de sucesso. Este sentimento, aliás, deve existir como condição preliminar para que a Legião Brasileira de Assistência se interesse por ajudar. Antes, pois, de pensar no Centro Maternal dona Luíza Távora – Madrinha das Lavadeiras – exige que se exerça, no bairro ou cidade, um tipo de comunidade. A comunidade significa a união de todos, de tal forma que a maioria sinta vontade de trabalhar e de progredir. Para tanto, o Governo do Estado, através dos órgãos competentes, oferece os préstimos de pessoas, que com técnicas especiais atende aos apelos dos líderes e motiva os grupos para uma ação conjunta (p. 10).

Ao denominar Luíza de “Madrinha das Lavadeiras”, percebe-se a reprodução do papel da mulher-mãe, daquela que cuida e se doa em favor de seus filhos. Outra questão que pode ser levantada com a reportagem é o imperativo ao trabalho comunitário, reforçando o voluntarismo, conforme apontado linhas atrás. O reforço de que a “comunidade significa a união de todos” está atrelado à proposta de desenvolvimento de comunidade, muito em voga na época, cujo objetivo era orientar as populações a tomarem consciência de seus problemas sociais a fim de contribuírem para o desenvolvimento do país. Assim, o trabalho voluntário na comunidade fazia parte do esforço de colaboração dos pobres à política desenvolvimentista.

Com o título “Madrinha das Lavadeiras”, Luíza, juntamente com funcionários da LBA e monitores do CETRECE,

fazia com que Tôda a população fortalezense se interessasse e se identificasse com o empreendimento, cooperando para o seu completo êxito. Assim é que obtinha de industriais, comerciantes, do Rotary Club, de Senhoras da alta sociedade, de famílias da própria comunidade, de instituições diversas doação do restante de material necessário ao funcionamento dos CEMAPROS que passaram a possuir geladeira, liquidificadores, rádio e até aparelho de televisão, além de tudo o mais necessário e indispensável ao seu perfeito funcionamento (p. 8).

Ressalta-se aqui o papel mobilizador de Luíza Távora junto aos setores mais abastados da sociedade e a recorrência ao voluntariado para a cooperação com o social. Percebe-se, assim, certa “economia da salvação”¹⁶, onde aos “pobres” cabe a resignação a sua condição de assistidos, e, aos “ricos”, sua solidariedade para com esses. Assim, o equilíbrio do sistema social é alcançado, tendo em vista que os papéis de cada um são cumpridos (CASTEL, 2001). Seguindo essa lógica, Luíza atua como “mãe dos pobres” de um lado e de outro como “articuladora estratégica do governo”. De um lado, as “necessidades” dos pobres são satisfeitas e, do outro, os setores mais abastados ganham visibilidade ao realizar ações benevolentes.

De acordo com o Art. 1º de seu Regulamento, os CEMAPROS

são instituições de caráter assistencial e promocional, sem finalidade lucrativa, destinadas a prestar serviços sociais a determinadas categorias de trabalhadores do sexo feminino, em função de conciliar seus afazeres profissionais com as obrigações domésticas (LBA, 1963, p. 17).

Os propósitos dos Centros para “a promoção do bem-estar social da coletividade” eram os seguintes:

- organizar, em bases racionais o trabalho de categoria ou categorias profissionais abrangidas no respectivo campo de ação;
- ensinar, treinar e aperfeiçoar as domésticas, no exercício de suas atividades profissionais, com vistas a aumentar o rendimento do trabalho, expresso em termos de retribuição pecuniária;
- desenvolver programas educacionais junto às mães trabalhadoras, visando a orientá-las na criação dos filhos;
- prestar serviços médicos, dentários e farmacêuticos as mães trabalhadoras e seus filhos;
- prestar serviços escolares às crianças do bairro e eventualmente, aos adultos;
- fornecer alimentação às mães trabalhadoras e seus filhos menores, nos horários de trabalho ou de estudo, conforme o caso;
- assegurar às mães trabalhadoras os respectivos instrumentos de trabalho e instalações apropriadas ao exercício da atividade profissional;
- fornecer água potável à população do bairro, através de chafarizes de uso comum;

¹⁶ “Castel (2001) afirma que a caridade católica na Idade Média configurava-se a partir de uma economia da salvação, onde a esmola tinha um valor de troca que comprava o perdão dos pecados. Neste comércio da salvação o rico e o pobre beneficiavam-se: ambos ganhavam a salvação: o primeiro, por meio da ação caridosa e, o segundo, por aceitar sua condição. É a partir dessa concepção que as primeiras práticas assistenciais vão se configurar ainda na Idade Média” (MEDEIROS, 2009).

- manter berçário para atendimento dos filhos das mães trabalhadoras, nos horários de trabalho;
- estimular, no seio da comunidade, a procura de soluções adequadas para seus problemas vitais com recursos próprios;
- estimular a prática do cooperativismo no seio da comunidade;
- prestar assistência moral e religiosa às mães trabalhadoras, mostrando-lhes como dar cunho sobrenatural a seus afazeres domésticos;
- orientar as mães trabalhadoras, dentro do espírito da doutrina cristã, quanto às finalidades do matrimônio, no seu duplo aspecto de procriação e educação da prole. (IDEM, p. 17-18).

No processo de instalação dos CEMAPROS nas comunidades, coube ao CETRECE o processo de preparo da comunidade e dos grupos de lavadeiras para o recebimento do Centro e a colocação de suas ações em prática. Com essa atitude, o governo e a LBA acreditavam que estavam fugindo de uma ação paternalista junto às comunidades, posto que seu objetivo não era fazer doação de equipamento social. Antes, os CEMAPROS deveriam ser mais um meio para ajudar a comunidade a alcançar sua integração social (PLANO DE BEM-ESTAR SOCIAL DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1965). O documento acrescenta ainda que:

A preocupação constante de todos os responsáveis pela obra é assegurar-lhe continuidade, independente da tutela de órgãos ou pessoas. [...] O importante é evitar que sejam uma obra a mais da Legião, enveredando pelas costumeiras rotinas administrativas. Êles nasceram da comunidade e a elas pertencem. Todas as entidades neles atuantes - Paróquia, Govêrno, L.B.A. - participam de sua vivência, mas no papel devido de colaboradores (IDEM, p. 16).

Assim, a administração dos CEMAPROS ficou a cargo das paróquias, através de convênio firmado entre a LBA e a Arquidiocese, contando com uma Comissão Superior formada pelo Vigário da Paróquia, por um representante da Comissão Estadual da LBA e por um representante da comunidade. O administrador da instituição era escolhido pelos membros da Comissão. A equipe de Bem Estar Social era composta por: médicos, enfermeiros, dentistas, assistentes sociais, técnicas cooperativistas, professoras, técnicos de educação, agentes comunitários, sacerdotes, além de voluntários.

Os serviços disponíveis nos CEMAPROS eram os seguintes: Serviço Escolar (jardim de infância, escola primária, recreação e educação de adultos); Serviço Médico, dentário e farmacêutico; Serviço de Cooperativismo (aquisição e revenda coletiva de produtos indispensáveis ao trabalho das lavadeiras, de gêneros alimentícios, de uso pessoal e

manutenção de uma seção de produção visando aumentar a demanda de serviços); Serviço de Lavanderia e Serviço de Alimentação. Cabe destacar que, para cada Serviço, a Comissão Superior do Centro escolhia uma chefia; por conseguinte, os serviços eram destinados prioritariamente às mulheres lavadeiras, podendo se estender também a outras pessoas da comunidade.

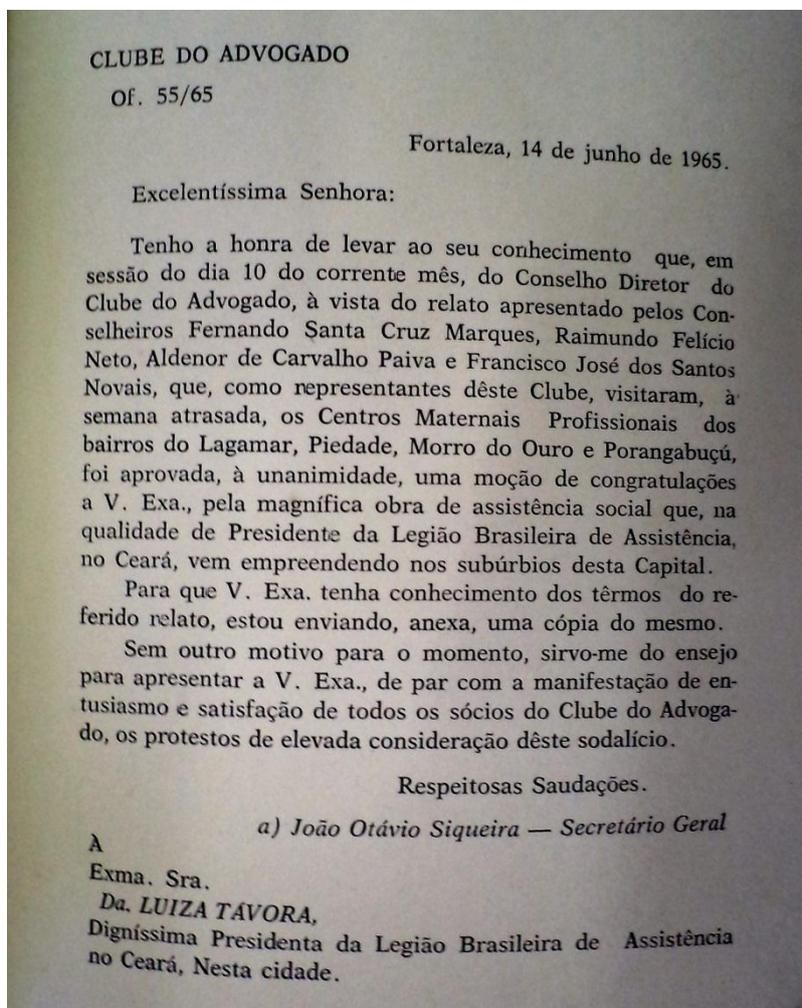
Abaixo, foto da lavanderia do CEMAPROS:



Fonte: Acervo Virgílio Távora - APEC

Além da instalação dos CEMAPROS e da parceria com a Igreja, a LBA sob a gestão de Luíza reativou os Postos de Puericultura, sete na capital e dezoito no interior, responsáveis pelo atendimento e acompanhamento das mulheres grávidas e de crianças até dois anos. Quando assumiu a gestão, Luíza encontrou quase todos os prédios dos Postos em ruína. Ao reativá-los, os prédios foram cedidos pela LBA, em horários extras, à Secretaria Estadual de Saúde para outros tipos de atendimento médico ao restante da população.

A experiência dos CEMAPROS rendeu bastante reconhecimento à Luíza, tanto em âmbito nacional quanto local, com relação ao seu trabalho promocional, inclusive recebendo do Clube do Advogado, felicitações oficiais, conforme demonstra o documento a seguir:



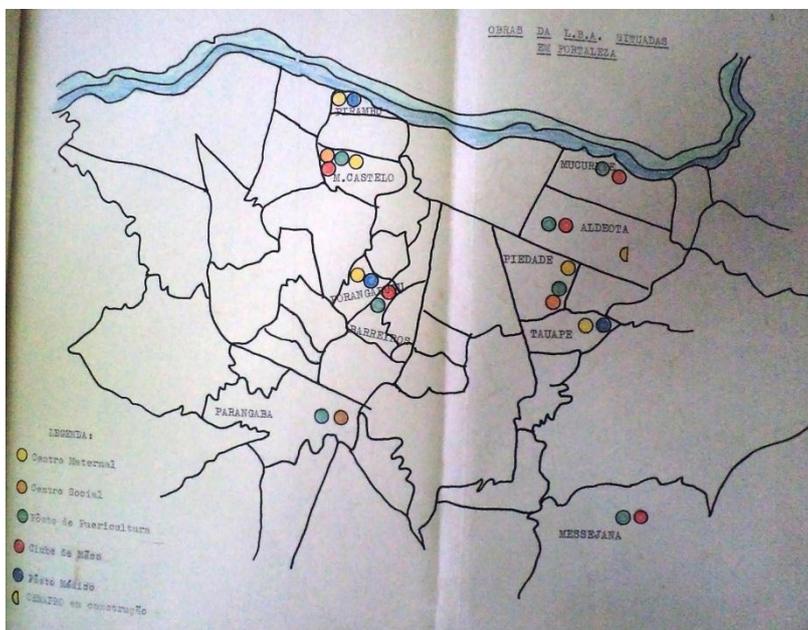
Fonte: Acervo Virgílio Távora - APEC

Representantes do Clube do Advogado teriam visitado as comunidades, onde os CEMAPROS haviam sido instalados, juntamente com a primeira-dama, e teriam ficado

maravilhados com o trabalho desenvolvido nessas instituições, rendendo à Luíza tal reconhecimento. O relato encaminhado junto com o Ofício, parabenizava e exaltava a iniciativa da gestora-mulher.

Além da instalação dos CEMAPROS e da parceria com a Igreja, a LBA sob a gestão de Luíza, reativou os Postos de Puericultura, sete na capital e dezoito no interior, responsáveis pelo atendimento e acompanhamento das mulheres grávidas e de crianças até dois anos. Quando assumiu a gestão, Luíza encontrou quase todos os prédios dos Postos em ruína. Ao reativá-los, os prédios foram cedidos pela LBA, em horários extras, à Secretaria Estadual de Saúde, para outros tipos de atendimento médico ao restante da população.

As ações da LBA não ficaram restritas à capital, estendendo-se também aos municípios do interior do Ceará, como demonstram os gráficos a seguir:



Fonte: Acervo Virgílio Távora - APEC

As ações desenvolvidas na primeira gestão de Luíza Távora à frente do social no

Ceará, embora bastante inovadoras ainda não coloca o Estado na linha de frente na execução das políticas sociais, deixando-a a cargo da Igreja Católica, através de seu apostolado e de suas instituições confessionais. O governo limita-se a repassar recursos e realizar o treinamento das pessoas envolvidas na execução das atividades, se colocando muito mais como subsidiário do que como promotor.

Assim, a atuação do governo nesse período é interpretada como bondade tanto da primeira-dama Luíza Távora, quando do governador Virgílio Távora, devido à “ajuda” dada às paróquias para o desenvolvimento das ações nas comunidades, daí a legitimação de Luíza como “mãe dos pobres” e a reprodução de relações paternalistas com a população, que não foram de todo superadas.

Ressalve-se que no Plano de Bem Estar Social do Governo do Estado se fazia uma crítica ao paternalismo, por isso o governo teria recorrido ao treinamento técnico das pessoas que iriam executar as ações de promoção social nas comunidades, porém, tal estratégia não foi suficiente para romper com as ações de caráter paternalista, tendo em vista a herança político-cultural dos períodos anteriores. Percebe-se, pois, certo hibrismo entre “novas” e “velhas” práticas.

6. A SEGUNDA EXPERIÊNCIA DE LUÍZA TÁVORA NA GESTÃO DO SOCIAL: PROAFA, FUNSESCE E A PROMOÇÃO HUMANA

Diferentemente da primeira gestão de Luíza Távora, sua volta como primeira-dama em 1979 traz novas propostas para o social no Ceará e amplia seu campo de atuação. Nesse momento o Estado irá se colocar como executor direto das políticas sociais, embora ainda contando com um corpo de voluntários. Para dar respostas à questão social que se agravava nas últimas décadas, criam-se duas grandes Fundações que irão executar Programas e Serviços para atender uma diversidade de demandas, não mais se restringindo, como no período anterior, às ações voltadas para a infância e a maternidade.

No segundo governo, foi criado o Centro Administrativo de Ação Social do Ceará, comandado por Luíza Távora e que tinha como integrantes, três Fundações: FUNSESCE, PROAFA e FEBEMCE. Nesse período, as ações se tornam mais técnicas, ficando a cargo dos profissionais das Fundações e não mais nas mãos da Igreja Católica. Luíza passa a presidir, diretamente, apenas a FUNSESCE, tendo em vista que esse é o órgão que irá conduzir o Movimento de Promoção Social, que buscava dar suporte às ações das primeiras-damas em âmbito estadual, deixando a presidência das demais Fundações nas mãos dos *experts*. Cabe ressaltar, porém, que Dona Luíza atuava em todas, mantendo-se, ainda, em algum cargo do alto escalão dessas instituições.

6.1 A Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza – PROAFA: a proposta de urbanização via programas habitacionais

De acordo com documentos oficiais da PROAFA, esta teria surgido com o objetivo de dar respostas aos problemas habitacionais da capital e região metropolitana, tendo em vista que 23,9% da população de Fortaleza moravam em habitações sub-normais, com péssimas condições de habitabilidade. A Fundação também objetivava o desenvolvimento das comunidades onde fossem implantar os projetos de urbanização.

De acordo com a primeira Presidenta da PROAFA, a assistente social Nelma Spissirits, em entrevista a mim concedida no dia 09.05.2011, a idealização da Fundação aconteceu da seguinte forma: “Virgílio teria solicitado que ela, juntamente com uma equipe de técnicos realizassem um estudo para saber de que forma poderiam criar uma instituição para realizar projetos na área da habitação sem, contudo, retirar as famílias de seu lugar de origem”. Tal convite teria sido feito após o episódio da José Bastos, onde mais de 200 famílias teriam ocupado um terreno de propriedade privada, próximo à Avenida José Bastos e havia sido dada a ordem de desapropriação. O fato tomou repercussão nacional, pois os tratores chegavam para derrubar os barracos, mas os moradores não queriam sair de dentro. Isso teria gerado um conflito com o próprio governo estadual, uma vez que era a favor da remoção das famílias da propriedade, que depois foram consuzidas para um terreno próximo ao Frigorífico de Fortaleza, localizado no Km 10, já próximo a Caucaia.

Maria Luíza Fontenele teria sido uma das pessoas que teria assumido a liderança da resistência à remoção. Sobre o ocorrido, relata:

Um Vereador, um candidato a Vereador, na campanha prometeu que o pessoal que fosse morar naquele local teria casa e depois fugiu da raia. Então quando eu era candidata o pessoal buscou o meu apoio e ao exercer o mandato, nós compramos a briga e foi uma briga muito grande. Nós fizemos essa questão da Zé Bastos circular em plano nacional, porque nós estávamos na luta da anistia e mostrávamos que aqueles que tinham sido perseguidos no passado, os que estavam perseguindo “hoje”, eram semelhantes aos que estavam perseguindo no passado. Então as lideranças comunitárias, naquela época, compreenderam muito grande a importância da anistia porque estavam sendo alvos de violação de seus direitos, de manifestação e de expressão. Então a favela Zé Bastos ganhou esse relevo. A Igreja foi pra cima e comprou a briga conosco, então foi uma briga grande com a Luíza Távora e nós tínhamos àquela época algo que, eu não sei se hoje eu ainda faria, mas por exemplo, além de ir ao Palácio do Governo a gente ia também na casa onde o Virgílio morava [para reivindicar um posicionamento do governo, que era a favor da remoção das famílias para um terreno próximo à linha férrea do Km 10]. Então a Luíza Távora me odiava. E no caso específico da Zé Bastos, quando o pessoal entrou para falar com ela, voltou de lá revoltado porque disse que ela tinha dito para o pessoal: “Vocês vão para uma área maravilhosa, vão ver o trem passar, olhem na janela! Vocês vestem uma camisola...”. E as mulheres saíram indignadas porque não tinham nem camisola para vestir. No caso da favela Zé Bastos nós desenvolvemos esse trabalho fantástico e negociamos até o último momento, os tratores já destruindo as casas e a gente tentando negociar para que eles não fossem para a região onde foram localizados, que era muito distante, e conquistamos, conseguimos arrancar coisas muito importantes, embora não tenhamos conquistado o terreno da favela Zé Bastos. Por exemplo, o pessoal teve preferência para mão-de-obra na própria construção do conjunto que foi maior que o número de pessoas que tinha na favela, ele teve escola, posto de saúde, escola profissionalizante, teve várias atividades de cunho social para atender a população que foi deslocada para lá. Para onde o pessoal foi transferido? Lá era conhecido como região do FRIFORT – Frigorífico de Fortaleza, no extremo entre a cidade de Fortaleza e Caucaia, o município de Caucaia, você tem o trilho que é chamado Km 10 e do lado de cá tem o conjunto São Miguel, que fica no Km 10 e

do lado esquerdo tem a comunidade do 10 que também foi resultado da nossa luta que permaneceu lá e que já faz a ligação com o conjunto Ceará, por essa banda de cá do conjunto Ceará. Então, esse eixo foi beneficiado com a parada do trem, porque significava, a gente reclamava porque o povo ia pagar muito, e a passagem de trem é mais barata, então foi outra coisa que também que foi conquista, além de esquema de segurança e essas coisas (Entrevista concedida em 20.10.2011).

Braga (1995) afirma que em 1979 a PROAFA foi criada com o objetivo de implementar o PROMORAR¹⁷. A autora afirma que:

No governo de Virgílio Távora, o “novo” programa traz à superfície críticas às políticas de moradia popular implementadas anteriormente, nas quais a principal estratégia era a expulsão massiva dos favelados das áreas centrais para a periferia da cidade de Fortaleza. Esse tipo de ação foi realizado no período de 1964 a 1973, com recursos do BNH/ PROFILURB, através da Fundação do Serviço Social de Fortaleza (FSSF), vinculada à Prefeitura Municipal de Fortaleza. A transferência das favelas para a periferia da cidade constituía uma recomendação do plano urbanístico de Fortaleza que previa construir nas áreas liberadas avenidas e outros equipamentos urbanos.

[...]

Com o PROMORAR, mudou-se a estratégia anterior. A conjuntura política local possibilitou a criação da PROAFA, com uma estrutura interdisciplinar e complexa para enfrentar os desafios da “nova” política habitacional do governo federal, através do PROMORAR (BRAGA, 1995, p. 157-158).

Resumidamente, os objetivos da PROAFA eram os seguintes:

- Proporcionar a população melhores condições de habitabilidade, a um nível condizente com sua capacidade aquisitiva;
- Promover a elevação do nível de vida da população, através de uma atuação sistemática, voltada, sobretudo, para melhoria dos padrões de saúde, higiene e capacitação dos membros da família para o exercício de atividades produtivas;
- Desenvolver estudos pertinentes a problemática da população favelada;
- Elaborar e executar projetos de remoção de favelas, cuja localização seja imprópria ao uso residencial e estejam situadas em terrenos com características físicas desfavoráveis (PROAFA, 1980, p. 9-10).

De acordo com Luciano Sobreira, ex- Diretor da FEBEMCE, entrevistado no dia 19.01.2012, Luíza Távora fez um trabalho de grande visão social juntamente com a assistente social Nelma na área da habitação: “Esse Lagamar, ela [Luíza] drenou, conseguiu com o Virgílio trazer uma draga da Holanda, essa draga descavou todo aquele canal”. A draga teria sido conseguida a partir de articulação do governador com o Ministro do Interior Mário Andreazza, amigo pessoal de Virgílio.

¹⁷ Programa de Erradicação de Sub-habitação – PROMORAR. Programa Nacional criado em 1979, “que visa à urbanização das áreas pobres consolidadas e em processo de conflito, ou ao reassentamento de favelas removidas diante da impossibilidade de urbanização no próprio local. Uma vez que implica a remoção de habitações no interior das favelas para implantação de infra-estrutura ou a criação de lotes urbanizados com moradias para reassentamento de famílias em outro local” (SOUZA, 2007, p. 130).

A questão habitacional em Fortaleza e Região Metropolitana se complexificava na época de criação da PROAFA, daí decorre o fato de vários episódios emblemáticos de luta da população em relação à permanência nos terrenos ocupados terem “entrado para a história”, como é o caso do Santa Teresinha e do Santa Cecília, os dois mais citados pelos entrevistados.

No caso do Santa Teresinha, comunidade situada de frente para o mar, cujo terreno tinha alto poder de valorização e especulação, a discussão girava em torno de remover as famílias do local, proposta defendida por setores empresariais. Luíza Távora teria “comprado a briga”, garantindo a construção das casas em cima do morro, sem deslocar as famílias para outras áreas.

No caso do Santa Cecília, em entrevista ao líder Comunitário João Roberto, este relatou que a proposta de urbanização teria sido “prometida” pessoalmente por Luíza Távora, a partir de uma visita realizada na comunidade, após ter recebido uma carta de um líder comunitário da época chamado Rafael. O terreno ocupado pelas famílias, localiza-se, até hoje, numa quadra do bairro Aldeota, região nobre da cidade e de alta especulação imobiliária. De acordo com o relato de João Roberto, em entrevista concedida em 19.02.2012,

os próprios moradores das adjacências que eram moradores de condições sociais mais elevadas, eles sempre foram contra, foram contra esse projeto, e começaram a dar em cima através de reportagem de jornal. [Questionavam:] “e esse negócio da urbanização, como construir ai dentro? Tem tirar vocês daqui!”. Para ir não sei para onde! Inventaram uma ideia de fazer uns alojamentos na Rua Beni Carvalho com Vicente Leite, aí também houve as críticas dos moradores vizinhos, depois, viram que tinha um terrenozinho assim na esquina, que parece que era da Justiça, na Beni de Carvalho com José Bonifácio, tinha um pedaço de terreno lá. De repente veio a ideia de construir as cem primeiras casas nesse local. Foi aí que começou, tiraram as primeiras casas do canto do muro do colégio [Santa Cecília], fizeram os primeiros alojamentos, iam cem famílias para lá, depois construíram mais cem, aí no fim foi concluído com toda a confusão.

Vejamos uma reportagem da época, sobre a qual o entrevistado faz menção, encontrada em seu arquivo pessoal. Seu redator se utiliza de tom irônico para se referir ao cotidiano da população pobre, colocando-a como perturbadora da ordem pública e do sossego dos moradores dos prédios. O discurso também criminaliza a pobreza e critica o projeto de urbanização proposto pela PROAFA, como se verá a seguir.

ANEXO 2

"Tribuna do Ceará"

09/08/79

DOM CAMILO

"Tribuna do Ceará" 09/08/79

QUADRA "SANTA CECILIA"

Falar sobre favelas é mesmo que malhar em ferro frio. Mas como papel aguenta tudo, Peppone vai trazer à baila novamente o eterno problema da favela Santa Cecília, favela da Quadra ou outro nome qualquer pelo qual seja conhecida. É aquela que fica numa quadra realmente, interrompendo a rua Cel. Linhares, e se estendendo pela avenida Estados Unidos e rua Beni de Carvalho. Ali sobrevivem cerca de umas 2 mil pessoas (acho que quando esta matéria for publicada, já devem ter nascido mais umas 30 crianças), na maior promiscuidade possível. As casas são edificadas tão próximas que uma pessoa mais forte se arrisca a se "enganchar" nas vielas. Sistema sanitário não há. E os que lá residem, "capricham" na sujeira. Eles acham pouco o que fazem em volta de suas próprias casas, e presenteiam a vizinhança com latas de lixo, restos de comida, fezes, etc. Crianças e animais rolam nas areias quentes e sujas. Como não tem espaço em suas casas, estendem seus domínios para as calçadas das casas vizinhas, e se divertem em arrancar as pedras do calçamento das ruas, pichar muros com carvão e quebrar vidraças dos mais favorecidos, com pedras, paus e tijolos. Que se deve ter compaixão dos pobres, é verdade. Que se deve também procurar a melhoria de vida deles, é outra. Mas que se permita invasão de propriedades, é absurdo. Deixar que abusem da condição de pobreza, no meu modo de entender, não é ajudar. Todos os residentes das ruas que limitam com a favela sonham com o dia em que desapropriarem a quadra. Mas, ficam também desesperançosos porque ouvem falar que o terreno é de propriedade do INPS ou INAMPS e que estes órgãos de previdência não querem empreender a desapropriação e retirada dos favelados para outro local. Vale salientar também que a quadra é um antro de marginais de todas as linhas: Beberrões, maconheiros, traficantes de tóxicos, prostitutas e mirins. As "discotecas" e terreiros de macumba perturbam o sono de quem pensa em dormir. O foguetório nos domingos quando os "atletas" saem para jogos já causou até acidentes. O interessante é que os moradores da quadra se queixam da penúria em que vivem, mas têm recursos para todo domingo alugarem ônibus e saírem por aí à procura de campos de futebol ou praias distantes para baterem "rachas". Junte-se aos fogos, charangas barulhentas e desafinadas que faz com que os moradores da Beni de Carvalho, Coronel Linhares e adjacências se levantem no domingo mais cedo que nos outros dias da semana. Como já disse no início, Peppone prega no deserto. É só um desabafo. Mas não seria nada mal que nestes programas de desfavelamento fosse incluída a favela Santa Cecília.

Infere-se que a política adotada pela PROAFA era a de garantir que a população permanecesse nas próprias comunidades ou em áreas próximas, conforme aponta o seguinte depoimento: “eles pegavam e tiravam as casas daquele local e ali mesmo eram construídas novas casas, que não eram construídas em regime de mutirão, era por construtoras mesmo, que na época era financiada pelo BNH” (Marúcia Pereira. Entrevista concedida no dia 26.01.2012). Nelma também argumentou que o objetivo não era remover as famílias, era urbanizar a área, dotando-a da infraestrutura necessária para garantir as condições de habitabilidade, fornecendo água encanada, saneamento básico, etc. Porém, caso os técnicos da PROAFA avaliassem que a área era de risco, procurava-se o local mais próximo para a construção das casas.

As interlocutoras também citaram a fiscalização quanto à aquisição e à venda das casas, pois no primeiro caso, pessoas que não moravam na área queriam ser beneficiadas, sendo recorrente o fato das próprias famílias ali residentes quererem trazer seus parentes do interior para “ganharem” uma casa aqui na capital. Ressalte-se aqui o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais de cadastramento dessas famílias. Nelma afirmou: “se o projeto era para 600 famílias, é para 600 famílias, nem uma a mais, nem uma a menos. Em caso de desistência, a equipe técnica iria avaliar se havia alguma família que estivesse no mesmo perfil das que já moravam na área para ser beneficiada com a casa”. Era comum também a venda da casa por parte dos “beneficiados”: “a gente fiscalizava a venda das casas porque como eles moravam em favela, não davam importância [à casa que recebiam]. Naquele tempo, eles trocavam por uma bicicleta, por um rádio” (Marúcia).

Outro ponto de destaque eram as ações socioeducativas realizadas junto à população dos Conjuntos Habitacionais tendo em vista garantir a utilização adequada das casas, visto que muitas famílias, por exemplo, nunca haviam utilizado um banheiro com vaso sanitário. Duas situações foram recorrentes nos depoimentos dos entrevistados: ou as pessoas que ficavam tentando enxugar a água do vaso sanitário, ou colocavam jarros de flores em cima da tampa.

Cabe ressaltar, também, que a PROAFA estimulava a participação da comunidade, no projeto de urbanização, conforme afirma Braga (1995):

O trabalho político desenvolvido pelos funcionários da Fundação PROAFA, antes e depois da construção dos conjuntos habitacionais, baseava-se na sistemática do processo de “desenvolvimento de comunidade”, implementado através de uma

“metodologia participativa”.

Nos documentos elaborados pelos técnicos da Fundação PROAFA, é frequente, em sua matriz discursiva, o apelo à idéia de “participação da comunidade” [...] (p. 179).

Acerca desse estímulo realizado pelos técnicos da PROAFA em relação à população se organizar, João Roberto, líder comunitário do Santa Cecília, relata:

A assistente social [...] incentivava a gente mudar de Conselho Comunitário para Associação dos Moradores, que era a única maneira que tinha para a gente ter força para reivindicar os direitos da gente, acompanhar a transição da obra, os trabalhos, engenheiro, etc. A gente iria ter mais forças se nos organizássemos na associação. Nós procuramos fazer isso, encontramos apoio na época da PROAFA, na época a superintendente era a Dra. Nelma, e ela nos dava muito apoio.

Percebe-se que a atuação da PROAFA estava mais nas mãos dos técnicos, do que de Luíza Távora, porém, esta era essencial, segundo Nelma Spissirits, nos casos de negociação, tanto que ela fazia parte do Conselho Superior da Fundação, pois garantia, junto aos empresários, a aprovação dos projetos, como se pode constatar no caso do Santa Cecília e do Santa Teresinha, por exemplo. Segundo a interlocutora, a primeira-dama tinha bastante prestígio entre os empresários e ninguém dizia não para ela, além do total apoio que o governador dava às suas decisões. Segundo o interlocutor Luciano Sobreira, “o pedido dela [Luíza] era uma ordem para ele [Virgílio]. Ele sabia que o trabalho dela não era em benefício próprio, mas em benefício dos mais carentes”.

6.2 A Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará – FUNSESCE: o discurso da promoção social e os primeiros passos da Política de Assistência Social no Ceará

Atendendo a uma proposição do PLAMEG II, a FUNSESCE foi criada com o objetivo de integrar os órgãos que atuavam no social, a fim de evitar o paralelismo das atividades sociais desenvolvidas no Ceará (BARROS, 1982). Sua principal função, no campo específico da política promocional, era coordenar e executar uma política de recuperação, proteção, e promoção para a população de baixa renda (FUNSESCE, 1980).

De acordo com Gretchen Lima, que atuou no Movimento de Promoção Social desde 1975, em entrevista concedida dia 14.06.2011, é no governo Virgílio Távora que o Movimento de Promoção Social se funde à FUNSESCE, passando a fazer parte de seu

organograma enquanto Núcleo Operacional. Tal Movimento se constituía como uma instituição particular, sem fins lucrativos que, dirigida pela primeira-dama do Estado, atuava em todo o Estado no sentido de consolidar uma política de auto-promoção humana, através da colaboração com as instituições sociais que desenvolviam ações para a população carente, da integração dos objetivos destas para a otimização no uso dos recursos, e do atendimento aos carentes que procuravam ajuda (LIMA, 1978).

De acordo com a entrevistada,

promoção humana era promover o homem em todos os aspectos como se fosse fazer, não fazia não, mas era assim que se chamava, era o aspecto físico, psicológico, financeiro, era uma promoção que ele mudasse de situação, que ele saísse de uma situação que ele estava de pobreza, de necessidade. Então aí é que entra a ideia de pessoa humana, porque você não pode falar de promoção social sem definir o que é a pessoa humana.

A promoção social corresponde ao “crescimento integral do homem incluindo a consciência do dever característico de se aperfeiçoar e ajudar no aperfeiçoamento dos outros. O esforço no caminho da promoção coloca o homem no processo de personalização que o transforma em pessoa humana” (LIMA, 1978, p. 10).

De acordo com a autora, para que o indivíduo se autopromova, é necessário que lhe sejam dadas as condições e oportunidades necessárias para o seu desenvolvimento, que podem ser oferecidas por um trabalho promocional que vise não só a transformação econômica, mas o crescimento da pessoa nos aspectos: social, econômico, psicológico, cultural e religioso. Segundo Maria Luíza Fontenele, entrevistada em 20.10.2011, a promoção social compreendia a ideia das “pessoas se sentirem sujeitos de sua própria história [...] e de serem capazes de se autoprojetar”.

Assim, seguindo esses princípios, o Movimento de Promoção Social, através do Serviço de Assessoramento aos Municípios – SAM, capacitava as primeiras-damas dos municípios do interior do Estado para atuarem junto à população marginalizada. Percebe-se, pois, uma cultura do primeiro-damismo, visto que as primeiras-damas são responsáveis por executar projetos que atendam às necessidades da população, contando para isso com capacitação técnica e com um grupo de voluntárias que também recebiam treinamento. Embora não seja um cargo oficial, a primeira-dama se legitima enquanto condutora das políticas sociais na gestão de seus maridos-governantes.

Cabe ressaltar que a partir de 1975 o Movimento de Promoção Social passa a contar com um Setor de Serviço Social que irá dotar as primeiras-damas de instrumentos técnicos para a intervenção no social. Dentre as ações realizadas pelo SAM estão: Encontros e Treinamentos Regionais com as primeiras-damas, Preparação do Voluntariado dos Municípios, Seminário de Interiorização de Atividades Promocionais e Feira dos Municípios. Todas essas ações foram incorporadas à FUNSESCCE quando de sua fundação em 1979. Nesse sentido, percebe-se a tentativa de institucionalizar o MPS, atrelando-o a um órgão governamental e legitimando a atuação das primeiras-damas na condução das políticas sociais destinadas à população de baixa renda.

A entrevistada Gretchen Lima assim descreveu as atividades desenvolvidas pelo MPS:

- **Fichário de Obras Sociais:** “o fichário era pra atualizar o endereço, os objetivos, situação administrativa das entidades que apareciam. Para você dizer que era uma entidade com fins filantrópicos, que ia prestar um serviço à comunidade, teria que se registrar no fichário”;

- **Serviço de Integração de Obras Sociais do Movimento:** “trabalhava com as entidades sociais, dando uma orientação técnica a essas entidades particulares, para desenvolver um serviço que tivesse algum fundamento, que tivesse uma organização, então a gente fazia encontros com elas, treinamentos e festa da amizade”;

- **Serviço de Atendimento a Carenciados:** “era meramente assistencialista e para por aí”. Consistia na distribuição de remédios para a população de baixa renda, na compra de passagens para pessoas que queriam voltar para o interior, na distribuição de cestas básicas para pessoas com tuberculose, a partir do serviço de suplementação alimentar, e distribuição de prótese, cadeira de roda, perna mecânica, bota ortopédica, óculos de grau, etc.;

- **Serviço de Assessoramento aos Municípios:**

nós fomos tentar fazer em cada município o que a primeira-dama [estadual] fazia, um serviço organizado e que não fosse só aquele negócio de primeira-dama em inauguração, festas [...], mas que desse expediente, que ela tivesse um trabalho voluntário, porque a dona Luíza tinha um corpo de voluntárias que eram ligadas aos serviços de integração sociais, das obras sociais, que davam todo dia expediente, tinha a sala das voluntárias, elas davam expediente, eram umas dondocas.

- Feira dos Municípios:

A feira dos municípios [...] [acontecia] lá no parque da exposição, no tempo das exposições, a gente mandava chamar [todos os municípios via convite], tinha toda uma preparação, uma preparação com uma estrutura grande. A gente ia ao interior, dividia-se em equipes para visitar os municípios e dizer o que era [a Feira], e para [planejar] e discutir [como se daria sua participação, sempre tendo a primeira-dama do município envolvida]. [...] A gente mandava construir as barracas [...] e eles enfeitavam as prateleiras e botavam os produtos [...] [em exposição] para as pessoas conhecerem o que cada município produzia, o que cada um tinha para vender. Eles levavam o que tinha de melhor, penduravam, deixavam exposto o dia todo lá, quase a semana toda. [...] Participava uma média de 120 e 130 municípios. [...] Tinha a abertura que era uma coisa muito solene. As primeiras-damas faziam uma missa, e [...] no ofertório cada município levava um produto, depois achavam que ficava muito demorado, depois tinha a bandeira nacional e a “politicagem” todinha lá em cima, Governador e coisa e tal. Era muito bonito, mas começou a ficar muito trabalhosa, muito difícil para os municípios, porque a despesa era muito grande e o que rendia não dava para cobrir as despesas de transporte.

- **Festa da Amizade:** “era quase a mesma coisa da Feira dos Municípios, só que com as entidades sociais. Acontecia todo ano e reunia todas as entidades filantrópicas”. O objetivo era possibilitar que as instituições se conhecessem, compartilhar experiências e se confraternizar.

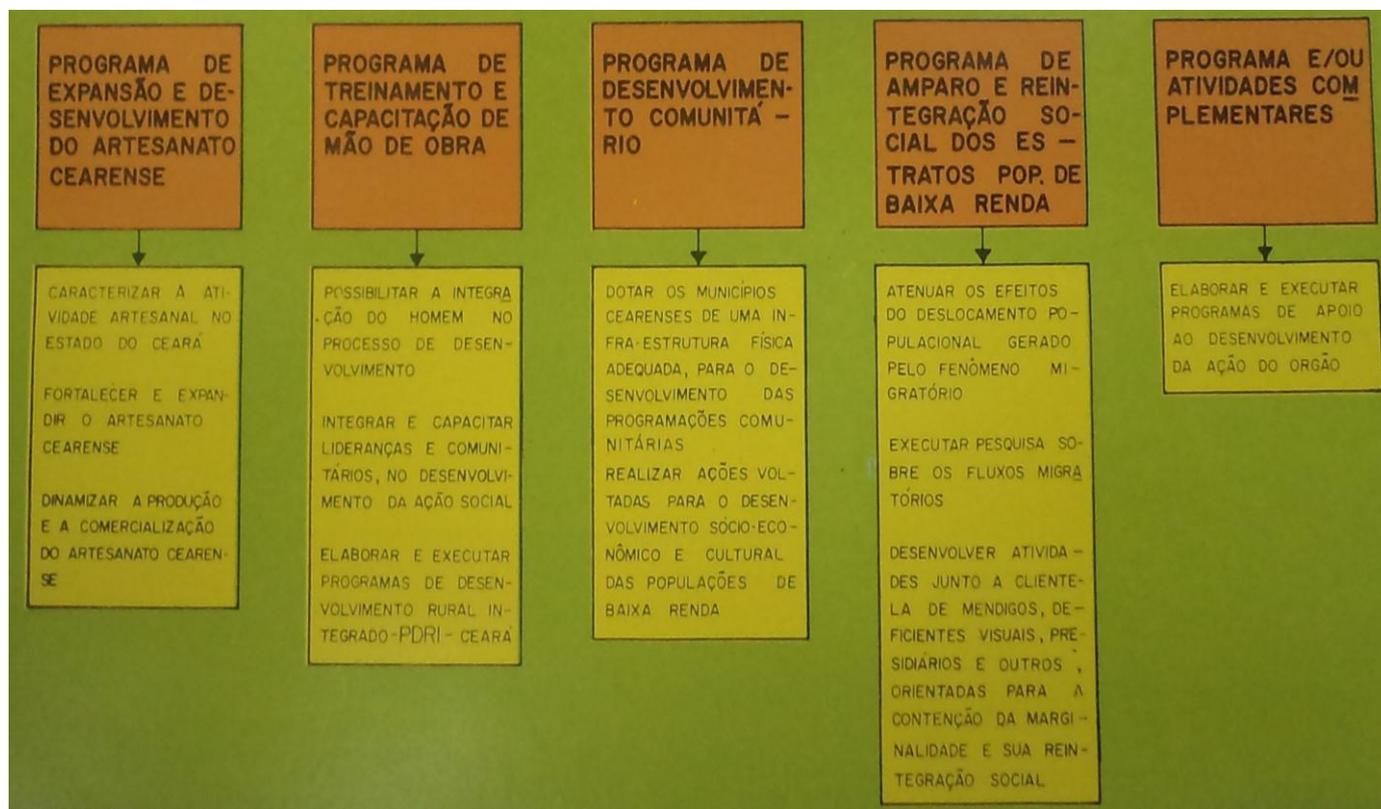
Assim, além do MPS, integravam as diretrizes básicas da FUNSESCE:

- a) expandir e desenvolver o artesanato cearense, orientado para o desenvolvimento sócio-econômico dos artesãos do Estado do Ceará;
 - b) favorecer o acesso de mão-de-obra ao mercado de trabalho, realizando treinamentos de qualificação e capacitação profissional a segmentos da população marginalizada;
 - c) desenvolver e orientar programas assistenciais e promocionais junto à clientela de mendigos, migrantes, deficientes visuais, presidiários, entre outros;
 - d) implantar, dinamizar e reativar as unidades de Centros Sociais Urbanos e Centros Comunitários, com vistas a participação ativa das populações de baixa renda no processo de desenvolvimento social;
- [...] (FUNSESCE, 1980, p. 9).

Em anexo a este trabalho encontram-se fotos das atividades desenvolvidas pela FUNSESCE.

O quadro abaixo, retirado da publicação “Os caminhos da FUNSESCCE” - 1979-1980, contém o detalhamento de cada uma das linhas de ação acima apontadas:

Fonte: Acervo Virgílio Távora - APEC



Fonte: Acervo Virgílio Távora - APEC

No que se refere ao artesanato, de acordo com Barreto (2000), Luíza criou a Central Cearense de Artesanato com o intuito de congregar num mesmo local a venda, capacitação e trabalho para os artesãos cearenses. Ao assumir a presidência da FUNSESCCE, delegou que os técnicos fizessem uma pesquisa para tomar conhecimento acerca do trabalho dos artesãos, suas especificidades e habilidades, bem como das localidades onde essas atividades eram mais concentradas.

Por meio da Central, os artesãos passaram a receber assistência técnica e social e financiamento para compra de matérias-primas, além de cursos de aperfeiçoamento e controle de qualidade dos produtos, e de serem identificados com a Carteira de Artesão.

A Central de Artesanato, que recebeu o nome da primeira-dama, possibilitava que o artesão fizesse seu produto lá na própria Central, fazendo com que o público consumidor

dos produtos visse de perto seu trabalho e habilidades. Além de atrair turistas para a compra dos produtos dos artesãos, a Central funcionou como pólo de distribuição destes para outros estados do Brasil e de exportação para o exterior.

Os artesãos cearenses passaram a participar de Feiras Nacionais do Artesanato Brasileiro, não somente para vender seus produtos, mas apresentar suas habilidades, para isso, levavam seus instrumentos e materiais para as feiras, divulgando, assim, elementos da cultura cearense por todo o Brasil.

De acordo com depoimento encontrado em Barreto (2000), o prédio no qual passou a funcionar a Central de Artesanato iria ser utilizado pelo governo estadual para a instalação de algumas secretarias, mas pela “insistência” de Luíza, Virgílio o teria repassado à FUNSESCE para a instalação da Central. Ao que parece, para sua construção, teria recebido doações de recursos, inclusive de outras instâncias governamentais, como ressalta o depoimento de Luciano Sobreira: “sabe como foi construído aquele Centro de Artesanato Luíza Távora na Santos Dumont? Ela cobrou do Paulo Maluf e ele deu toda a coberta”.

Outro local onde o artesanato cearense ganhava visibilidade, era na Feira dos Municípios, onde cada município disponibilizava a produção de seus artesãos para a venda e apreciação de sua arte.

Através da Coordenadoria de Assistência a Grupos Especiais – CAGES, a FUNSESCE realizava atendimentos, encaminhamentos e acompanhamentos a mendigos, migrantes, cegos (através de parceria com o Instituto dos Cegos) e presidiários.

De acordo com Barreto (2000), o atendimento aos mendigos se dava desde seu acolhimento na hospedaria da CAGES, até o encaminhamento aos serviços médico, dentário, nutricional, e de higiene pessoal, além de atendimento com o Serviço Social e inclusão nas atividades de profissionalização. Caso fossem crianças ou adolescentes que estivessem nessa situação, buscava-se primeiramente o contato com a família, quando sem sucesso, eram acolhidos ou na creche do CAGES e na da FEBEMCE.

Com relação aos migrantes, Barreto (2000) destaca que existiam os Centros de Triagem e Encaminhamento de Migrantes (CETREMI), instituição responsável pela

operacionalização do Projeto Migrantes que “oferecia hospedagem, alimentação, serviço social, orientação sobre o meio urbano, passagem para voltar ao lugar de origem, documentação, curso profissionalizante e encaminhamento ao mercado de trabalho” (p. 201).

Quanto ao atendimento aos presidiários, a FUNSESCE realizou convênios com empresas privadas a fim de lhes garantir capacitação profissional e trabalho, com parte da renda obtida na comercialização dos produtos produzidos pelos presos, sendo revertida para sua família e outra sendo colocada num fundo de poupança para que, ao sair da prisão, tivesse suporte financeiro para retomar suas vidas (BARRETO, 2000). A esse respeito, dois interlocutores comentam:

com os presos, foi onde ela teve uma atuação [buscando] a ressocialização e o trabalho de recuperação do preso, ela fez um convênio com Holanda Arte, colocou uma fábrica de móveis lá dentro [dos presídios], colocou uma fábrica de redes, colocou uma olaria, criou psicultura, padaria, os presos trabalhavam lá, aquele produto já alimentava outros presídios e o próprio preso recebia o dinheiro, e quando a família chegava para a visita, e ele se achava importante para a família, porque estava sustentando, estava transferindo aquele dinheiro... (Luciano Sobreira)

tinham voluntárias que trabalhavam nos presídios, principalmente no Auri Moura Costa, elas iam para lá toda semana, tinha aquela equipe, as presidiárias faziam panos de pratos, panos bordados, [...], eram as próprias voluntárias que vendiam e levavam o dinheiro para elas. [...] tinha o Paulo Sarasate, o penal Paulo Sarasate que tinha uma fábrica de redes, eles faziam as redes, os empresários forneciam o material. Aí vem a parte que temos que fazer uma crítica, porque se deixou por causa disso, os presos achavam ótimo porque tinham o que fazer, eles ganhavam meio salário, mas eles [os empresários] queriam mão-de-obra barata, por isso que eles ajudavam, e não davam os direitos trabalhistas. [Por isso] foi muito criticado. No Amanari, que era uma colônia agrícola, eles plantavam todas as verduras e legumes que eram utilizados na alimentação [de outros presídios, inclusive], era a horta (Gretchen Lima).

É válido ressaltar que Luíza Távora comparecia diariamente à Fundação para realizar atendimentos à população que ia em busca de “ajuda para a resolução dos seus problemas”, atendendo cada caso, um a um, e encaminhando-os aos técnicos, notadamente aos assistentes sociais, quando eram de sua competência, ou pedindo ao seu ajudante, Isaías, para anotar as providências que iria tomar mais tarde para atender aos pedidos pendentes. Como revelam os depoimentos a seguir:

o pessoal criticava muito porque ela ficava lá atendendo, não era do serviço de atendimento, mas chegava uma pessoa, ela dava o jeito dela [...]. Ela dava [expediente], mas não era [...] fixo, mas ela ia todo dia, ficava uma temporada lá, olhava, via e ia embora (Gretchen Lima).
Ela atendia [ao povo], ela morava ali perto do Palácio... ia todo mundo... aí, ela sentava naquela cadeira até a noite direto [...]. Ela ia para os bairros, entrava na casa,

sentava, tomava café e ia pra outro, e o Isaías era o auxiliar dela, aí [dizia]: “anota aí, anota aí Isaías!”. Depois ela ia lá [e cobrava]: “aquele negócio, cadê Isaías?”. Ficava na cabeça dela e ela ficava cobrando aquilo que tinha prometido à pessoa onde ela passou (Luciano Sobreira).

a PROFA, a Ação Social e a FUNSESCE [...] era tudo pertinho [da nossa casa]. A mamãe [Luíza] passava só por um portão, entendeu, então, a mamãe e o papai [Luíza e Virgílio] acordavam cedo e passavam a manhã toda lá. Vinham só para almoçar, passavam meia horinha, e voltavam para lá e ficavam até seis horas (Teresa Maria).

O que não podia ser solucionado via FUNSESCE e atendimento técnico, dona Luíza se encarregava de resolver pela via do favor: ou por sua própria conta, chegando, às vezes a retirar dinheiro do seu próprio bolso, ou solicitando a ajuda de algum empresário e das voluntárias que davam suporte ao seu trabalho promocional, conforme os depoimentos dos entrevistados:

chegava aquele pessoal, ela tirava dinheiro do bolso e dava, até garçons que trabalhavam lá: “olhe dona Luíza, essa letra aqui vai vencer amanhã”. [Luíza respondia:] “tá, menino, vai ali e paga essa letra (Luciano Sobreira).

ela telefonava para os empresários: olha quem está falando é Luíza Távora, eu quero “quinhentos reais” hoje, quinhentos e tantos para ajudar pessoas necessitadas, e ela era atendida. Ela era acreditada nesse meio empresarial. [...] Dona Luíza não podia faltar não, você sabe o que é um pedido feito por uma pobre que nem a gente e o pedido feito a uma instituição pela primeira-dama, mulher do Governador? (Gretchen Lima)

No que se refere ao trabalho desenvolvido pelos Centros Sociais Urbanos, estes seguiam as diretrizes do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos – PNCSU, implantado em âmbito nacional entre 1975 e 1984. A execução das ações comunitárias à população de baixa renda, no Ceará, via CSUs, dava-se a partir da colaboração entre FUNSESCE e Fundação do Serviço Social de Fortaleza – FSSF.

Borba (1990) destaca quais eram os objetivos dos CSUs:

Proposto inicialmente como base física para a prestação de serviços públicos de relevância social à população de baixa renda concentrada em áreas urbanas carentes de infra-estrutura e equipamentos similares, ao CSU foi atribuído um papel de catalisador de certo tipo de relações sociais – mas chamadas “relações comunitárias” – tidas como desejáveis e necessárias à solução dos problemas dessas áreas.

A preservação dessas relações e o seu incremento, em um processo de “desenvolvimento comunitário”, constituíram o principal objetivo estratégico do PNCSU, sendo consideradas também como condição para que fossem alcançados os demais objetivos explícitos e imediatos do Programa: a elevação dos rendimentos e a melhoria das condições de vida da população beneficiária (p. 405).

Os CSUs funcionavam como base física para a prestação de serviços sociais, tais como: educação, saúde e nutrição, previdência e assistência social, profissionalização, recreação, lazer e cultura, ofertados pelos órgãos públicos. Assim, congregavam num só lugar o atendimento às necessidades da população da comunidade na qual estava instalado, incrementando as relações comunitárias.

As atividades de profissionalização disponibilizadas pelos CSUs possibilitavam, também, a geração de salários indiretos à população atendida. A FUNSESCE também contava com um Programa de Treinamento e Capacitação de Mão de Obra, oferecendo cursos nas áreas de corte e costura, culinária, cabelereiro, construção civil, dentre outros.

Percebe-se que naquela época, já se delineavam as linhas que seriam adotadas pela Política Nacional de Assistência Social, anos depois. Nesse período, percebe-se a atuação de Luíza Távora mais no papel de chefe, coordenando as ações para o social e supervisionando o trabalho dos técnicos.

6.3 “Quem engorda o gado é o olho do dono”

As discussões realizadas neste trabalho evidenciaram que o “estilo de gerenciar” da primeira-dama Luíza Távora aponta para a transição entre o tradicional e o moderno, mediada por certo carisma¹⁸.

Luíza apresentava uma visão política no sentido de equacionar qual era a melhor estratégia a utilizar em determinados momentos e contextos. Assim, dependendo da situação, se utilizava das relações de favor para garantir “aos desvalidos da sorte” – expressão utilizada por ela para denominar os pobres – o atendimento às suas necessidades. Embora ainda não se veja a expressão “garantia de direitos” nos documentos analisados da época, Luíza já entendia que era necessário atender à população em todas as suas necessidades. Para isso arregimentava os melhores profissionais para a execução das políticas sociais, sem deixar, contudo, de se colocar personalisticamente como mentora das ideias e ações. Percebe-se com isso, um hibridismo entre os três tipos de dominação de Weber (1986): a tradicional, a

¹⁸ De acordo com Weber (2003) o carisma se legitima a partir de “dons pessoais e extraordinários de um indivíduo”, configurando-se como “devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que dele fazem o chefe” (p. 127).

burocrática e a carismática.

Sua relação com os técnicos é, em alguns momentos, de horizontalidade, em outros de verticalidade, tendo em vista que ela os deixava à vontade para desenvolver os planos, programas e projetos para o social dentro dos critérios técnicos e teóricos, escutando sua opinião com relação a situações que envolvessem parecer de um profissional, como demonstra o depoimento a seguir:

Porque a vantagem da gente quando era o diretor era porque tinha todo o apoio dela, ela escutava nossa opinião quando chegava alguém dizendo: ah! Eu vou botar a fulana lá para não sei o que... [ela só respondia]: “Tá ok, pode deixar que depois eu lhe dou a resposta”. Eu ia por lá e dizia Dona Luíza não dá certo por isso e por isso, aí ela dizia: “Num bota! Não dá certo, não dá certo” (Luciano Sobreira).

Porém, as ações dos profissionais não poderiam se distanciar do que ela acreditava ser a melhor estratégia de enfrentamento à situação-problema. Assim, tudo passava pelo seu crivo, inclusive a autorização para realizar visitas às comunidades ou realizar alguma ação nova, por exemplo.

A primeira-dama acompanhava de perto todas as atividades realizadas pelas instituições sociais, como se estivesse cuidando de sua própria casa, percebe-se, pois, a extensão e a imbricada relação entre público e privado, e a referência aos papéis de gênero, conforme afirma Luciano Sobreira:

Ela “criou” aquela ideia de que “quem engorda o gado é o olho do dono”. Tudo o que ela fazia ela estava presente, estava cobrando, ela estava lá. E tem uma coisa, a chefe do setor, ela falava assim como se tivesse falando como um filho. Eu não quero isso assim, eu não quero para ontem, eu quero para hoje. Agora. Pronto, era desse jeito.

[...]

Ela acompanhava dinamicamente, era como se fosse construir a casa dela, a paixão social dela era a construção duma casa dela, era um ideal dela, ela não queria ver falha, apareceu uma rachadura aqui ela vai lá corrigir. Ela construiu um papel social para a pobreza que era a visão dela, o campo social dela.

Sua filha também compartilha da mesma opinião:

Ela era muito autônoma, assim, a mamãe óbvio, ela idealizava, era a linha de frente [...] tinha as técnicas do Estado e ela não era técnica, não era assistente social, não era nada disso, ela idealizava, por exemplo: tinha tanto. Devia quanto? Quanto recebia? [...] Ela detectava o problema, ela no máximo ela sugeria a linha de ação, óbvio que aí eram as técnicas que detalhavam e faziam e tudo, mas aí, ela sempre tava à frente (Teresa Maria).

Percebe-se, a partir dos depoimentos, que o êxito dos projetos e programas executados pelas instituições sociais nas duas gestões de Luíza, se deu em razão de ter uma

líderança que buscou direcionar as ações, valorizando o planejamento como ferramenta de trabalho.

6.4 A Luíza que ficou no imaginário dos que a conheceram

Dona Luíza foi, sem dúvida, a mais atuante primeira-dama que a população cearense conheceu. Ela soube cativar milhares de pessoas humildes tanto na periferia de Fortaleza quanto no interior do Estado, com seu espírito público, generosidade e dedicação¹⁹.

Com a mesma naturalidade que andava de pés descalços nas favelas, Luíza Távora circulava nos salões da burguesia do Estado. Tinha uma preocupação especial com as crianças, mães solteiras, menores, prostitutas e velhos. Seu trabalho não tinha o peso da fadiga nem da tibieza. Era executado. A ação político-social de Luíza não ficava restrita às fileiras do seu partido. Atendia a qualquer um independente da cor partidária. Perdemos a grande personalidade feminina dos últimos 40 anos. A partir de hoje, o Ceará fica mais pobre²⁰.

Quem sabe bem falar de Luíza Távora é o favelado. Os pobres dirão dela o que nenhum jornalista poderá dizer. Nenhum político falará com a linguagem mágica do povo. O grande Virgílio era conhecido na periferia não como governador, mas, como o marido de Dona Luíza. Nas enchentes impiedosas que na terra seca castigaram os lares mais humildes do mundo, era Dona Luíza o socorro dessa gente sofrida. Em tempos de Sol e de fome, sob outra face da tragédia, era a mesma senhora, a mesma mão, a mesma coragem, o mesmo coração maternal de Dona Luíza que surgia e ressurgia. Tinha espírito prático e ações diretas. Encantou a pobreza²¹.

Para essa gente humilde que a nominou “mãe dos pobres” costumava abrir as portas de seu endereço a qualquer hora do dia. Quando primeira-dama, a Sra. Távora costumava deixar circular entre os “socialites”, em palácio, a petizada carente que assistia²².

Dona Luíza foi uma companheira de presença marcante em todos os momentos da atividade parlamentar e executiva de Virgílio. Ela garantiu por todo o tempo o tom humano que sempre procurou dar às pessoas que a procuravam, nos seus planos de assistência social que a tornaram muito atuante e respeitada²³.

A morte de Luíza é uma perda para o Ceará e seu povo, pois ela foi a grande figura feminina do Estado, nos últimos tempos. Era uma mulher de fibra e grande companheira de Virgílio Távora. Era a mãe dos pobres, amada e respeitada por todos, principalmente por aqueles menos favorecidos pela sorte²⁴.

Dona Luíza Távora foi em vida uma das mais ardorosas protetoras das classes

¹⁹ Depoimento do Deputado Paulo Lustosa ao Jornal *Diário do Nordeste* em matéria intitulada “Morre a ex-primeira-dama do Ceará Luíza Távora”, veiculada no dia 14 de fevereiro de 1992.

²⁰ Matéria produzida por Cid Carvalho em 15 de fevereiro de 1992 sob o título “Dona Luíza partiu” para o Jornal *Tribuna do Ceará*.

²¹ Matéria produzida por Cid Carvalho em 15 de fevereiro de 1992 sob o título “Dona Luíza partiu” para o Jornal *Tribuna do Ceará*.

²² Jornal *Diário do Nordeste*, Coluna de Sonia Pinheiro de 14 de fevereiro de 1992.

²³ Depoimento de Dr. Cláudio Santos ao Jornal *Tribuna do Ceará* em 15 de fevereiro de 1992.

²⁴ Depoimento de Manoel de Castro ao Jornal *Tribuna do Ceará* em matéria especial acerca do falecimento de Luíza Távora, veiculada no dia 14 de fevereiro de 1992.

menos favorecidas. A atuação junto aos favelados jamais será esquecida. Ouvia a todos com paciência e não se cansava de atender aos pobres. Era de uma dedicação inextinguível aos pobres e, por isso mesmo, a sua imagem ficou gravada e nunca será esquecida²⁵.

Dos trechos acima, retirados de jornais cearenses acerca da morte de D. Luíza Távora, forjam-se inúmeras narrativas acerca da primeira-dama classificada como: “mãe dos pobres”, mulher forte, guerreira, de decisões firmes, a fortaleza de seu marido, o Governador Virgílio Távora; além de humana, generosa, amável, acolhedora e propositiva. Esses foram os adjetivos utilizados pelos jornais para descreverem a primeira-dama em questão e teria forjado uma memória coletiva acerca dela. Assim, a maioria dos depoimentos coletados durante as entrevistas, recorreram a esse imaginário, mesmo por parte dos interlocutores que apresentaram um olhar mais crítico, assim, memória individual e memória coletiva nesse caso, apresentam a mesma referência.

O imaginário que enreda a história de Dona Luíza, também está presente no discurso dos políticos cearense, como demonstra os depoimentos a seguir, extraídos da transcrição da sessão solene de homenagem póstuma a Carlos Virgílio²⁶, seu filho, ex-deputado estadual, realizada em 22 de março de 2001 na Câmara dos Deputados do Ceará:

Da mãe, a saudosa, Dona Luíza Távora, nosso inesquecível companheiro recebeu a lição da generosidade humana, do sentimento fraterno, do amor ao próximo, virtudes que a imortalizaram como a eterna Primeira-Dama no coração e na saudade do povo simples que ela tanta amava (Deputado Aécio Neves, p. 703).

[...] À frente da PROAFA [Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana] e da Legião Brasileira de Assistência sua devotada atuação fê-la credora da gratidão e do respeito de todos os mais variados segmentos de nossa coletividade (Deputado Mauro Benevides, p. 707).

[...] [Virgílio Távora] [e]ra casado com uma mulher que acompanhava *pari passu* a peregrinação do esposo, Luíza Távora, digna também de reconhecimento pelo amparo dirigido aos mais necessitados, dando efetivo cumprimento a sua frase tradicional: “O nosso trabalho de ação social é um ato constante de amor ao próximo” (Deputado José Linhares, p. 718).

Nos depoimentos, percebe-se a recorrência de uma narrativa imagética acerca do papel de uma primeira-dama, pois, como afirma Torres (2002):

²⁵ Depoimento do Senador Afonso Sancho ao Jornal *Tribuna do Ceará* em matéria especial acerca do falecimento de Luíza Távora, veiculada no dia 14 de fevereiro de 1992.

²⁶ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/plenario/notas/solene/hv220301.pdf>. Acesso em: 12.01.2011.

[o]s papéis de primeira-dama assentam-se nesses valores ditos femininos, em que os sentimentos de bondade e de solidariedade acabam sobrepondo os níveis de racionalidade das atividades assistenciais desenvolvidas por essas mulheres. [...] No trabalho das primeiras-damas, é visível a utilização dos sentimentos de amor e de doação, por meio dos quais se vão conquistando a simpatia e a credibilidade das classes subalternas com quem estabelecem relações de serviços, chegando, em alguns casos, a ganhar mais popularidade que os seus maridos governantes (p. 58).

A imagem de Luíza Távora sempre ao lado de seu marido, legitima o papel tradicional da mulher, vista como adjuntora, em referência à Eva, e como mediadora dos pedidos dos mais necessitados ao gestor maior, em referência à Virgem Maria. Assim, num país e num Estado, onde a religião é um elemento cultural mediador das relações sociais, percebe-se que os papéis femininos e masculinos são compreendidos e legitimados a partir do discurso religioso.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa empreendida possibilitou caracterizar a gestão do social no Ceará pela primeira-dama Luíza Távora nos dois governos de Virgílio Távora (1963-1966 e 1979-1982), recorrendo, para tanto à História Oral, a partir de depoimentos de pessoas que atuaram no social no período, aos documentos disponíveis no Acervo Virgílio Távora e à pesquisa em jornais da época.

O estudo discutiu acerca da cultura política brasileira apresentando de que forma embasou a atuação de Luíza Távora enquanto uma mulher primeira-dama num cargo de gestão. Problematizou acerca da ascensão das mulheres à esfera pública, que paradoxalmente não conseguiram romper com os papéis de gênero. Com Luíza isso também teria ocorrido, visto que assume o cargo de gestora pública, mas este é significado em referência à maternidade e ao cuidado do outro.

Concluiu que as propostas para o social nesse período estiveram em constante contradição, apresentando uma hibridação entre moderno e tradicional, público e privado. Assim, demarcam-se dois momentos distintos na atuação de Luíza, mas que irão ter como pano de fundo tal contradição: a primeira gestão, com a primeira experiência de planejamento, tendo a aliança com a Igreja Católica e o voluntariado como carro-chefe, o que coloca o Estado mais no papel de subsidiário do que de executor, e Luíza como uma mulher-benemerente; e a segunda gestão, marcada pela ênfase maior na técnica, na burocracia e no planejamento, com as ações sendo coordenadas e executadas pelo Estado, tendo como característica principal a atuação de profissionais especialistas em cada área de intervenção, e Luíza como mulher-chefe.

Assim, infere-se que a atuação de Luíza Távora no social se apresentou de forma híbrida: de um lado buscava inovar no âmbito do social dando ênfase à qualidade técnica dos serviços, com a introdução do planejamento, com a ampliação do número de atendimentos e serviços, porém, de outro, se projetava a figura da benemerência e da caridade, da vocação ao cuidado do outro, associado ao signo cristão e “feminino” do próximo e do amor aos pobres.

Percebe-se a recorrência de narrativas que exaltam mais o imaginário forjado acerca da Luíza “mãe dos pobres”, do que da Luíza gestora, camuflando a contribuição que esta deu para pensar, de forma racionalizada, políticas sociais que atendam os interesses da população, embora, no período, ainda não se compreendesse a pessoa humana enquanto sujeito de direitos.

Dentre as figuras-chave que intermediaram historicamente a relação entre governante e povo, desponta a primeira-dama que incorpora o papel de “mãe dos pobres”. Num país onde à população foi negado quase tudo, a primeira-dama parece incorporar a “Mãe do Salvador”, que com o seu amor e bondade intercede pelos que mais precisam.

A necessidade de estudos como este que visam trazer à baila elementos às vezes esquecidos da história não muito distante. Legitimam-se por retomarem fatos, momentos e personagens que contribuíram para a gênese de certos fenômenos que se reeditam nos tempos atuais. Assim, como foi exposto neste trabalho, é crescente o número de primeiras-damas na intervenção social. Cabe, porém, lembrar que esse fenômeno remonta a meados do século XX no Brasil e destaca uma característica muito particular da forma de fazer política pública por essas paragens.

O estudo trouxe uma contribuição para a discussão acerca da gênese da cultura do primeiro-damismo no Ceará, configurando-se como uma chave de leitura para estudos posteriores que busquem discutir acerca desse fenômeno na contemporaneidade, com vistas a perceber as continuidades e rupturas possíveis com um passado-presente.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-EL-HAJ, Jawdat. **Entre a governança administrativa e a governabilidade política: uma perspectiva histórica das reformas administrativas no Brasil**. Rondônia: TCE, 2010. Disponível em: www.tce.ro.gov.br. Acesso em 06 de outubro de 2011.

AMARAL, Isabel. **Primeira-dama, o que é?** Madrid, 28 de Fevereiro de 2007 (Palestra proferida por Isabel Amaral, na EIP - Escuela Internacional de Protocolo - em Madrid, Espanha, no dia 28 de Fevereiro de 2008). Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos913/primeira-dama/primeira-dama2.shtml>. Acesso em 15 de outubro de 2010.

ARAÚJO, Jairo Melo. **Voluntariado: na contramão dos direitos sociais**. São Paulo: Cortez, 2008.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: **Revista Estudos Históricos**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/ FGV, v.11, n. 21, p. 9-34, 1998.

BARBALHO, Alexandre. Os modernos e os tradicionais: cultura política no Ceará Contemporâneo. In: **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.12, n. 22, p. 27-42, 2007.

BARBOSA, Arnaldo Parente Leite. **Planejamento Governamental**. Aspectos teóricos e uma análise das experiências mundial, brasileira e cearense. Fortaleza: UECE. Imprensa Universitária, 1987.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARRETO, Maria F. Daltro. **Luíza Távora, uma legenda**. Fortaleza – ABC Fortaleza, 2000.

BARROS, Maria Deuzina Freires. **Serviço Social na FUNSESCE**. Relatório de Estágio. Universidade Estadual do Ceará. Curso de Serviço Social. Fortaleza – CE, 1982.

BORBA, Sheila Villanova. A produção de equipamentos Urbanos como alternativa de política social - o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos. In: **Ensaio FEE**. Porto Alegre, n. 2, 1991, p. 403-421.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança dos velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAGA, Elza Maria Franco. Lógica contraditória do PROMORAR: clientelismo e participação. In: _____. **Os labirintos da habitação popular: conjunturas, programas e atores**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995, p. 157 - 201.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. De 18 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm. Acesso em 26 de janeiro de 2011.

_____. **Legião Brasileira de Assistência**. Extrato dos Estatutos. Diário Oficial da União. De 03 de outubro de 1942. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2501983/dou-secao-1-03-10-1942-pg-60>. Acesso em 22 de julho de 2012.

_____. **Decreto-Lei Nº 4.830**. Estabelece contribuição especial para a Legião Brasileira de Assistência e dá outras providências. De 15 de outubro de 1942. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=1566&norma=3405>. Acesso em 22 de julho de 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, 47(1) janeiro-abril, 1996. Disponível em: <http://academico.direitorio.fgv.br/ccmw/images/1/1d/Bresser.pdf>. Acesso em 24 de janeiro de 2011.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado, seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 7-38.

CAMPOS, Maria Christina S. S. C., *et alli*. **História Oral e Pesquisa Sociológica: a**

experiência do CERU. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 1998.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos A. de. Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte da chefia. In: PARENTE, Josênio & ARRUDA, José Maria (Org.). **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha, 2002, p. 09-34.

_____. **O Estado, a terra e o coronelismo nordestinos**. Mossoró: ESAM/FGD, 1991. (Coleção Mossoroense, série C, v. DCCI).

COSTA, Célia Maria Leite. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. In: **Revista Estudos Históricos**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/ FGV, v.11, n. 21, p. 189-200, 1998.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **As donas no poder: mulher e política na Bahia**. Universidade Federal da Bahia. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – FFCH/ UFBA, Salvador, 1998 (Coleção Bahiana).

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). Escrever a história das mulheres. In: **História das Mulheres no Ocidente**. Lisboa: Afrontamento, 1991.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. rev. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FILHO, Ernesto Pimentel & VASCONCELOS, Edson. Foucault: da microfísica à biopolítica. In: **Revista Aulas**. Dossiê Foucault, n. 3, p. 1-22, dez./2006 - mar./2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

GALLIAN, D. M. C. “O historiador como inquisidor ou como antropólogo? Um questionamento para os ‘historiadores orais’”. In: **Revista de História**. São Paulo: FFLCH-USP, n.125-126, ago./1991- jul./1992.

- GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GROSSI, Yonne de Souza & FERREIRA, Amauri Carlos. Razão narrativa: significado e memória. In: **História Oral**. São Paulo, USP, n. 4, jun., 2001.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. 2. ed. Fortaleza – CE: Premium, 2011.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.
- LIMA, Gretchen von Paumgarten. **Uma experiência de Serviço Social num trabalho promocional**. Relatório Científico sobre o trabalho de Estágio em Campo apresentado para obtenção da Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, CE: 1978.
- MANTEGA, Guido. O nacional-desenvolvimentismo. In: _____. **A Economia Política Brasileira**. São Paulo: Polis/ Petrópolis: Vozes, 1984.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom & HOLANDA, Fábíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.
- MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MORAIS, Ana Flávia Goes. **As representações sobre Luíza Távara na política cearense – 1962-1966**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará. Centro de Humanidades. Curso de Mestrado Acadêmico em História. Fortaleza, 2011.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PARENTE, Josênio C. **A fé e a razão na política**: conservadorismo e modernidade das elites cearenses. Fortaleza: UFC, 2000.

_____. O Ceará dos “coronéis” (1945-1986). In: SOUZA, Simone de. (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 3. ed. rev. atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Relatos Orais em Ciências Sociais: limites e potencial. In: **Revista Análise & Conjuntura**. Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p. 109-127, set./dez., 1991.

PERROT, Michelle. Em que ponto está a história das mulheres na França? **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 14, n. 28, p. 9-27, 1994.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

PRIORI, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História brasileira em perspectiva**. São Paulo; Contexto, 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos Orais: do "indizível" ao "dizível". In: SIMON, Olga de Moraes von (Org.). **Experimentos com histórias de vida**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos**: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. Coleção Gênero Plural.

SALES, Clara Maria Silva (Org.). **Retrato da LBA/ Ceará**. Período 1942 a 1994. S/D. Mímeo.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Entre a Destruição e a Preservação. In: SCHIAVO, Cleia & ZETTRL, Jayme (Coord.). **Cultura, Memória e Cidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: _____. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1991, p. 11-31.

SCOTT, Joan. **Gênero:** um a categoria de análise histórica. Educação Realidade, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5- 22, jul./dez., 1990.

SILVEIRA, Irma Martins Moroni da. **A descentralização da Política de Assistência Social no Ceará:** caminhos e descaminhos. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2007.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família:** as mulheres no Golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Política habitacional para os excluídos:** o caso da Região Metropolitana do Recife. In: **Coleção Habitare.** Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras. Porto Alegre, 2007, p. 115-149. Disponível em: http://www.habitare.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/colecao7/capitulo_4.pdf. Acesso em 10 de junho de 2012.

SPOSATI, Aldáiza. **Assistência X Assistencialismo X Assistência Social.** I Conferência Nacional de Assistência Social no Brasil, 1995.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social:** relações de gênero e de poder. São Paulo: Cortez, 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves. **De Heródoto ao gravador:** histórias da história oral. s.l.; s.n., 1990.

WEBER, Max. Burocracia. In:_____. **Ensaio de sociologia.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, p. 229-282.

_____. Os três tipos puros de dominação legítima. In: CONH, G. (Org.). **Weber**. São Paulo: Ática, 1986, p. 128-141. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. A política como vocação. In: _____. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 55-124.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2003 (Coleção Obra Prima de Cada Autor).

_____. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UNB, 2009.

FONTES

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (APEC). Fundo: Governador Virgílio Távora. Série: Secretaria do Poder Executivo. Sub-série: Secretaria de Planejamento. Data: 1963-1966. Caixa: 02. Conteúdo:

- PLAMEG I.

- PROGRAMA DE GOVERNO. União pelo Ceará, 1962

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (APEC). Fundo: Governador Virgílio Távora. Série: Secretaria do Poder Executivo. Sub-série: Secretaria de Planejamento. Data: 1979-1982. Caixa: 04. Conteúdo:

- PROAFA, **Plano de Metas**, 1980

- DESFAVELAR. **Uma nova proposta de Política Social**, 1981

- PROAFA, **Avaliação e proposta de consolidação**, 1982

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (APEC). Fundo: Governador Virgílio

Távora. Série: Secretaria do Poder Executivo. Sub-série: Secretaria de Trabalho e Ação Social. Data: 1963-1966. Local: Fortaleza-CE; Municípios do Ceará.

Conteúdo:

- CEARÁ, **Governo do Estado do. Plano de Metas** – Governo Virgílio Távora. PLAMEG 1963-1966.

- CEARÁ, **Governo do Estado. Plano de Bem Estar do Governo do Estado do Ceará.** Fortaleza. 1965.

- CLUBE DO ADVOGADO. **A Grande Solução.** Fortaleza, 1965

- LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Regulamento dos CEMAPRO.** Fortaleza, CE, 1963.

- LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Plano de Ação Social da LBA - 1963-1966.**

- LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Convênio Legião Brasileira de Assistência – Comissão Ceará com a Arquidiocese de Fortaleza.** 20 Abr. 1965.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (APEC). Fundo: Governador Virgílio Távora. Série: Secretaria do Poder Executivo. Sub-série: Secretaria de Planejamento. Data: 1979-1982. Caixa 4, Local: Fortaleza-CE

Conteúdo:

- PLAMEG II – Diagnóstico e Programação

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (APEC). Fundo: Governador Virgílio Távora. Série: Secretaria do Poder Executivo. Sub-série: Fundação de Serviços Sociais do Ceará – FUNSESCE. Data: 1979-1982. Caixa 1, Local: Fortaleza-CE

Conteúdo:

- Os caminhos da FUNSESCE, 1980.

JORNAIS – BIBLIOTECA PÚBLICA MENEZES PIMENTEL

DIÁRIO DO NORDESTE

“Morre a ex-primeira-dama do Ceará Luíza Távora”, 14 de fevereiro de 1992.

Coluna de Sonia Pinheiro, 14 de fevereiro de 1992.

TRIBUNA DO CEARÁ

“Tomou posse na LBA Dona Luíza Távora, 04 de abril de 1963.

“Dona Luíza partiu”, 15 de fevereiro de 1992

O POVO

“As Lavadeiras fizeram os Centros Maternais...” 17 de agosto de 1965

“Confissões de uma Grande Dama”. Suplemento Frame, 06 de agosto de 1983.

APÊNDICE

Apêndice 1 – Roteiro de Entrevista

1. Conte-me acerca de quem foi Luíza Távora, enquanto mulher e primeira-dama. Que contribuições você considera que a mesma deixou para a política cearense e para as intervenções no social?
2. Como era sua relação com os pobres, com os técnicos das instituições sociais, com os líderes políticos, inclusive com seu marido, Virgílio Távora?
3. Que ações a mesma desenvolveu no âmbito social que você tomou conhecimento? Como costumava conduzi-las? Como você caracterizaria as práticas voltadas para o social, coordenadas por Luíza?
4. Que estratégias ela adotava na operacionalização dos seus projetos?
5. Relate como foi sua experiência de trabalho junto à Luíza Távora.
6. Qual era o cenário político e social da época? Como Luíza se inseria nesse contexto?
7. Que inovações você considera que Virgílio e Luíza trouxeram para o Ceará?

ANEXOS

Registros Fotográficos - Fonte: APEC



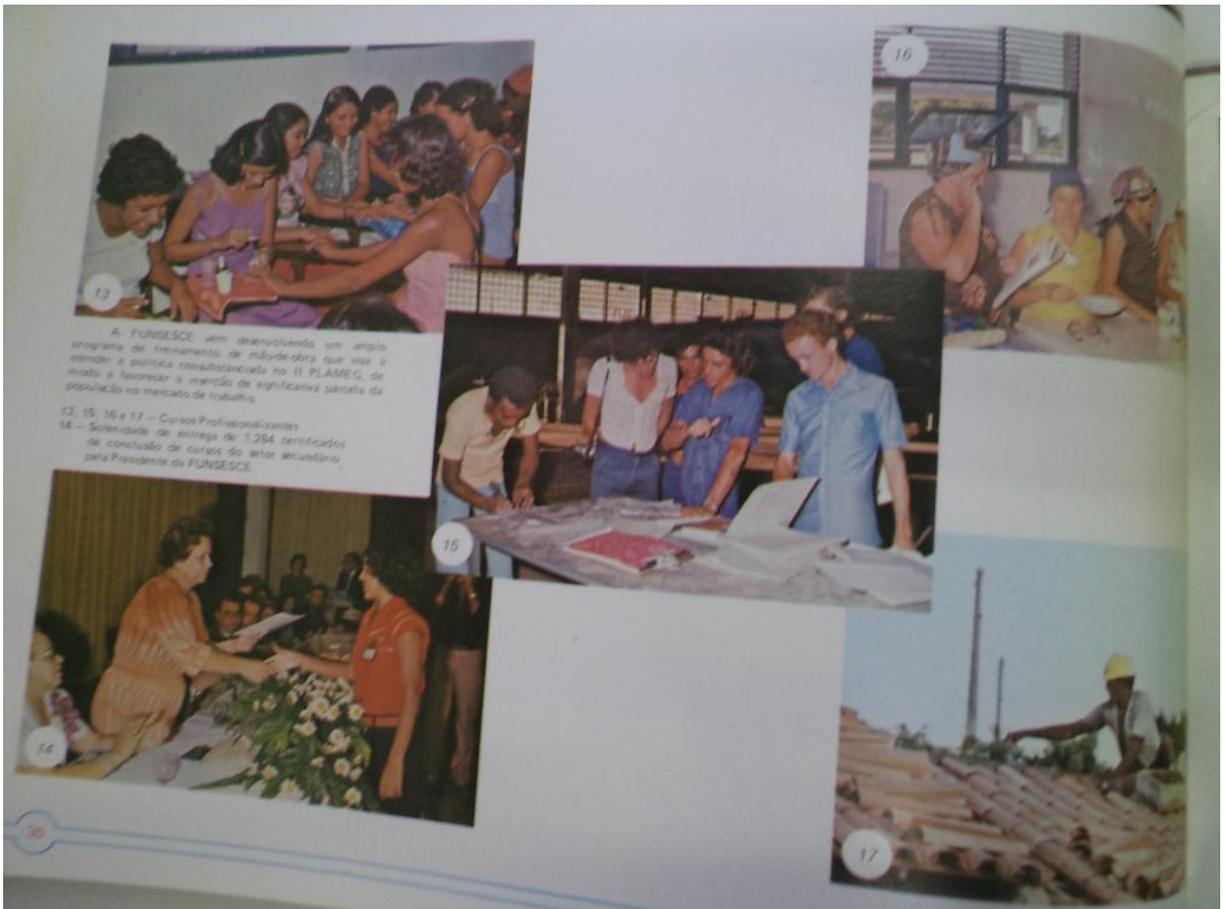
Luíza e Virgílio em visita às obras dos Conjuntos Habitacionais



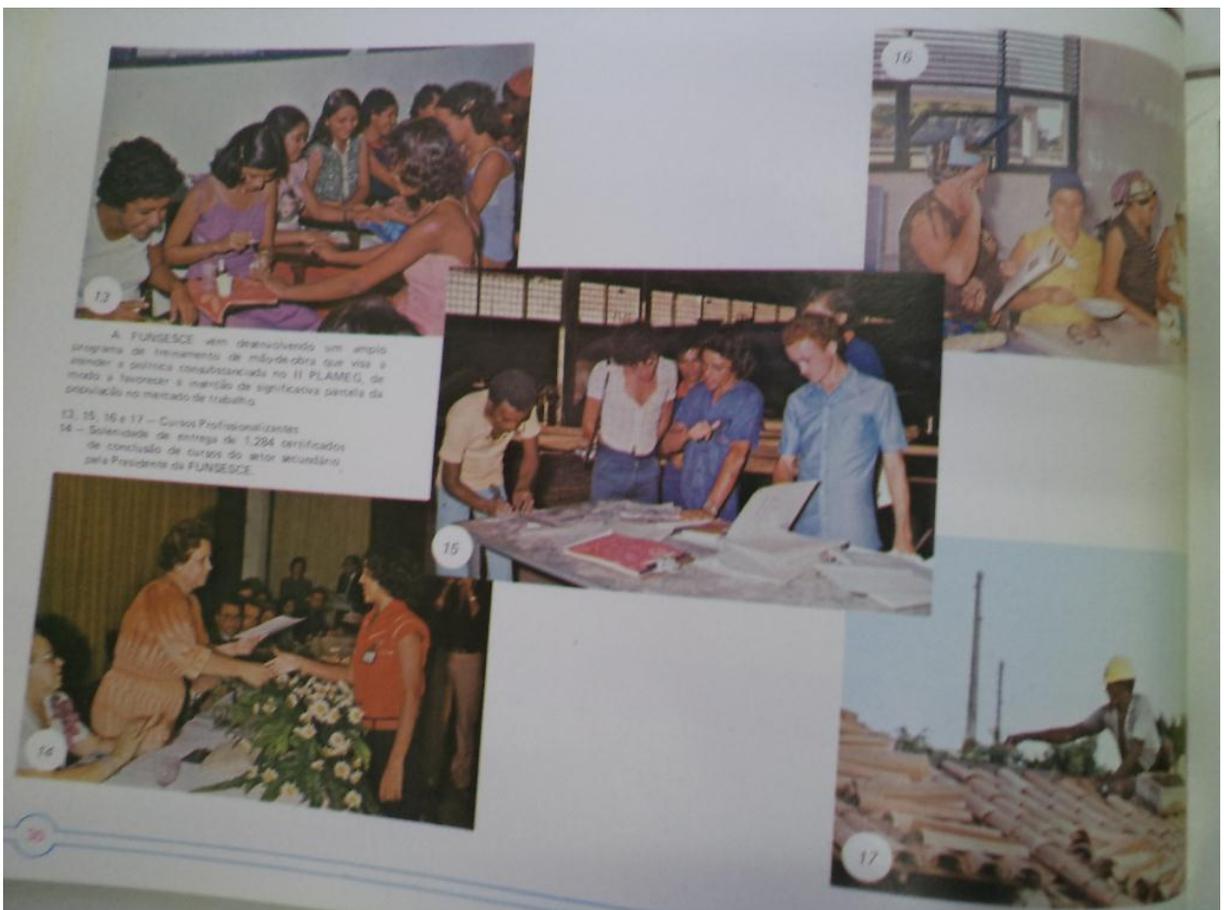
Luíza distribuindo presentes no Natal das Crianças da LBA, 1965.



Produtos dos Artesãos Cearenses são expostos em Feiras de Artesanato



Programa de Capacitação de Mão de Obra - FUNSESCCE



Cursos profissionalizantes realizados nos presídios – FUNSESCE



Atividades do Movimento de Promoção Social – FUNSESCE